

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO

Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais
na cidade de Campina Grande-PB

Sonale Vasconcelos de Souza
Orientadora: Doralice Sátyro Maia

João Pessoa – PB
Julho de 2013

Sonale Vasconcelos de Souza

Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais
na cidade de Campina Grande-PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Prof^a. Doralice Sátyro Maia.

João Pessoa – PB
Julho de 2013

S729r Souza, Sonale Vasconcelos de.
Relação cidade-campo: permanência e recriação dos
subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB / Sonale
Vasconcelos de Souza.-- João Pessoa, 2013.
165f. : il.
Orientador: Doralice Sátyro Maia
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN
1. Geografia. 2. Cidade. 3. Campo. 4. Subespaços rurais -
Campina Grande-PB.

UFPB/BC

CDU: 91(043)

“Relação cidade-campo: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande-PB”

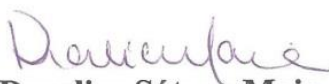
por

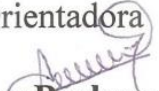
Sonale Vasconcelos de Souza

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Profª Drª **Doralice Sátyro Maia**
Orientadora


Prof. **Anieres Barboza da Silva**
Examinador interno


Profª Drª **Maria de Fátima Ferreira Rodrigues**
Examinadora interna


Profª Drª **Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro**
Examinadora externa

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia

Julho/2013

AGRADECIMENTOS

Durante esses últimos 28 meses, em que estive focada no curso de mestrado e na elaboração desta dissertação, passei por vários momentos no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPB). Alguns foram muito agradáveis e proveitosos, repletos de aprendizado e troca de conhecimentos entre amigos e professores, outros não foram tão fáceis e exigiram de mim muita paciência e perseverança. Todavia, entre fases boas e ruins, é necessário destacar que sempre aprendemos algo por meio das experiências e dos amigos que convivem ao nosso lado e nos acompanham em todos os momentos, desse modo, aproveito este espaço para agradecê-los.

Os seis primeiros meses de curso foram os mais difíceis para mim. E isso não se deu por causa de desentendimentos familiares ou por conta das leituras e nem da longa carga horária das disciplinas, mas sim devido a uma situação desagradável gerada por alguns alunos da minha própria turma de mestrado. Esses afirmaram que o processo de seleção de bolsas tinha sido irregular e que nós (eu e outros 5 alunos) tínhamos sido “favorecidos” por alguns professores. Assim, recorreram às instâncias jurídicas administrativas para exigirem maiores esclarecimentos. Até aí tudo bem. Contudo, não esperaram os fatos serem resolvidos administrativamente e abriram um processo na Justiça Federal. Então, o meu primeiro desafio como aluna do PPGG(UFPB) não foi apenas estudar e pensar no meu projeto de dissertação, mas fazer isso ao mesmo tempo em que acompanhava processos e tentava compreender ações e termos jurídicos. Dessa forma, quero agradecer a todos aqueles que me ajudaram nesse período, dando apoio, incentivando e me colocando para cima, especialmente aos meus queridos amigos e colegas de turma Salomé Maracajá, Rebeca Aguiar, Leonardo Costa e Jorge Ferreira (Jorginho), vocês são e sempre serão muito especiais para mim.

Após esse pequeno desabafo, dando continuidade, agradeço principalmente a minha orientadora Doralice Maia (Dora) por tudo, por ter acreditado em mim e no meu trabalho desde a graduação, pelas orientações que não se limitaram apenas a vida acadêmica, pelas várias leituras deste trabalho, enfim, por sua amizade, paciência e carinho. Sou muito grata a você.

Agradeço também...

À professora Maria de Fátima Rodrigues, pelos textos discutidos na disciplina “Geografia e Cultura”, pelas orientações, pelas contribuições postas em relação ao trabalho,

como também pelo apoio e incentivo empreendidos durante diversos momentos da minha trajetória acadêmica.

Ao professor Anieres Silva, pela disponibilidade e por ter aceitado participar da banca de avaliação. Mas, sobretudo pelos textos, discussões e trabalhos de campo realizados nas disciplinas “Geografia do Brasil” e “Geografia Política”, durante a minha graduação, muito do que eu aprendi naquele período trago na dissertação e carregarei adiante.

À professora Bernadete Castro, pelas sugestões no “Exame de Qualificação”, por ter aceitado prontamente o convite para examinar este trabalho e por suas considerações durante a defesa.

Aos meus amigos e companheiros do Grupo de Pesquisa (GEURB) e do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU) – Yure, Nirvana, Flávia, Ari, Wilma, Marina, Rafaela, Rebeca, Leonardo, Camila, Chrislayne, Paula Dieb, Eliana Calado – obrigada a todos pelos “debates lefebvrianos”, pelas indicações de leituras, pelos cafés, pelo apoio, enfim, por compartilharem comigo momentos de incertezas e alegrias.

À Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), por ter me proporcionado a participação no Projeto de Pesquisa “Estrutura e Dinâmica Urbana da Cidade Média: a cidade de Campina Grande na Paraíba” por meio do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) durante a minha graduação. É importante ressaltar que o “Projeto de Mestrado” deste trabalho nasceu da pesquisa anterior, de iniciação científica, desenvolvida em Campina Grande. Além disso, agradeço tanto aos pesquisadores quanto aos estudantes que conheci por meio da ReCiMe, é muito gratificante participar desse grupo, obrigada a todos pela acolhida e pelo aprendizado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo (REUNI) durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. E ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB, por fornecer ajuda de custo para a realização de alguns trabalhos de campo.

Aos alunos da turma de Geografia Urbana, na qual fiz o estágio docência. Obrigada a todos pela acolhida e por compreender que assim como vocês eu também estava aprendendo. Desejo-lhes muito sucesso e ressalto que foi um prazer discutir e estudar com vocês nas aulas.

À Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (SEDAP), em especial à Chefe de Gabinete, Maria Aparecida Henriques (Cida), pela disponibilidade em ajudar sempre que foi necessário e por ter me proporcionado o acesso aos dados utilizados na dissertação (Cadastro dos criadores de gado de Campina Grande).

Aos agricultores e criadores e/ou negociadores de gado que colaboraram diretamente com a pesquisa, muitíssimo obrigada por terem me recebido bem em suas casas, por se colocarem a disposição e por participarem da pesquisa por meio das entrevistas e dos relatos.

À minha família: primeiramente aos meus pais, por terem se esforçado para me educar da melhor maneira possível, devo reconhecer que embora tenhamos pontos de vista diferenciados, parte do que sou hoje reflete a boa educação que me deram; e, sobretudo às minhas irmãs Suênia e Saline, valeu pela força e por me compreender sempre, o amor que sinto por vocês é incondicional.

Ao meu amigo e companheiro Leonardo Costa, por sua presença, paciência e carinho em todos os momentos, sua parceria foi de extrema importância para a realização desta pesquisa. Obrigadão por me acalmar nos momentos difíceis, por me acompanhar nos trabalhos de campo, enfim, por tentar sempre me ajudar de uma forma ou de outra.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que se preocuparam e torceram por mim, como Manoel Júnior, Deborah Vanessa, Rafaela, Victor Júnior, Luiz Eduardo...

“Os trabalhadores, artesãos e pequenos agricultores expulsos da terra não aprenderam a radicalizar-se quando vieram para as cidades. O que aprenderam, em circunstâncias mudadas, foi uma série de novas formas de organização, novas diretrizes, confirmando e ampliando uma velha postura de ressentimento, independência e aspirações.”

Raymond Williams, 1973

RESUMO

A pesquisa visou analisar a relação cidade-campo e teve como objeto de estudo a cidade de Campina Grande-PB. Com a modernização tecnológica e a expansão dos espaços urbanos, a temática cidade-campo, atualmente, vem se destacando na ciência geográfica, a partir de produções que buscam evidenciar as novas relações e os novos objetos que estão sendo inseridos no campo. Todavia, ao contrário dessa perspectiva, aqui, o objetivo consistiu em compreender a existência e a (re)produção dos subespaços rurais no interior da malha urbana da cidade analisada. Assim, investigou-se a cidade considerando-a como espaço produzido por meio de lógicas diferenciadas, em que se destacam não apenas os espaços concebidos pelas classes dominantes e pelos governantes, mas também os espaços vividos e apropriados, construídos cotidianamente pela população. Dentre tais espaços, examinaram-se os subespaços rurais mantidos e recriados na cidade. Contudo, devido ao grande número de estabelecimentos agropecuários espalhados pela cidade, elegeu-se a área localizada sob a rede alta tensão como objeto central para a investigação. Ao longo da pesquisa, procurou-se dialogar com autores que dessem subsídio às discussões acerca da relação cidade-campo, tanto em períodos passados quanto no contexto atual; realizaram-se trabalhos de campo, com a intenção de observar, registrar e investigar as áreas com estabelecimentos agropecuários na cidade e foram consultados os dados e as informações sobre atividades agropecuárias nas instituições governamentais, como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP. Após o levantamento em campo e a análise em gabinete, buscou-se responder aos questionamentos elaborados no início da pesquisa. Nesse sentido, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, em que as observações, as entrevistas, as descrições e a fundamentação teórica foram fundamentais para a realização do trabalho. Ao término da investigação, verificou-se que, mesmo com a intensificação do processo de urbanização, em Campina Grande, assim como em outras cidades brasileiras, os costumes e as atividades rurais permanecem sendo constantemente adaptadas à realidade citadina, devido ao desejo das pessoas de reproduzirem um modo de vida semelhante ao que vivenciaram no campo. Essas pessoas – criadores de gado e agricultores – apropriam-se cotidianamente de áreas não edificadas da cidade (como a rede de alta tensão) e criam subespaços rurais, ou seja, espaços vividos que se contrapõem à lógica dominante de produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade. Campo. Subespaços rurais. Campina Grande.

ABSTRACT

The research aimed at analyzing the city-countryside relationship and had as an objective of study the city of Campina Grande-PB. With the technological modernization and the expansion of urban spaces, the city-countryside theme is standing out at present in the geographic science, from the productions which aim at showing the new relationships and the new objects which are being introduced into the countryside. However, contrary to this perspective, the objective consisted in understanding the existence and the (re)production of the rural subspaces in the interior of the urban net of the city analyzed. Thus, the city was investigated regarding it as a space produced by means of differentiated logics, in which stand out not only the spaces conceived by the dominant classes and the governments, but also the inhabited and appropriated spaces, built by the population daily. Among such spaces, rural subspaces kept and recreated in the city were examined. However, due to the great number of mixed-farming establishments spread out in the city, an area was chosen situated under a high tension net as a central objective for the investigation. Throughout the research we sought to talk with the authors who might give an aid to the discussion of the city-countryside relationship, both in past periods and in the present context; field work was carried out with the aim of observing, registering and investigating the areas with mixed-farming establishments in the city and the data and information about mixed-farming activities in the governmental institutions were consulted, such as the State Office of Development of Mixed-farming and Fishing - SEDAP. After the survey in field and the analysis in the office, we sought to answer the questions made in the beginning of the research. Accordingly, it is a study of qualitative nature, in which the observations, the interviews, the descriptions and the theoretical foundation were fundamental for the accomplishment of the task. At the end of the investigation, it was verified that, even with the intensification of the process of urbanization in Campina Grande, as well as in other Brazilian cities, the customs and the rural activities remain constantly being adapted to the city reality, due to the people's wish to reproduce a way of life similar to that experienced in the countryside. These people – cattle breeders and farmers – take possession of the uninhabited areas every day (like the ones under the high tension net) and create rural spaces, that is, inhabited spaces which are opposed to the dominant logic of production of the urban space.

Keywords: City. Countryside. Rural subspaces. Campina Grande.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEASA – Central Estadual de Abastecimento S/A

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular

CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada

EMPASA – Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

FAPESQ – Fundação de Apoio a Pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

NEGEF – Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNCPM – Programa Nacional Cidades de Porte Médio

PNDU – Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

SEDAP – Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento

SESC – Serviço Social do Comércio

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Riacho das Piabas, onde foi construído em 1820 o Açude Velho. Neste local deu-se início a ocupação de Campina Grande no Século XVII. No segundo plano da imagem podem-se ver animais pastando e bebendo água.

Figura 2 – Croqui da Vila Nova da Rainha em 1790.

Figura 3 – Croqui da cidade de Campina Grande em 1864.

Figura 4 – Sacas de algodão na Rua Marquês do Herval em 1922, atrás, no segundo plano da imagem podemos visualizar alguns burros de carga trazendo pesados fardos de algodão.

Figura 5 – Caminhões e casas comerciais na atual Rua João Pessoa em 1929.

Figura 6 – Rua Vila Nova da Rainha no cruzamento com a Rua Afonso Campos em 1932.

Figura 7 – Carregadores de água (conhecidos como aguadeiros), no ano de 1930, concentrados nas margens do Riacho das Piabas, local próximo à atual Feira Central, onde hoje se encontra o SESC-Centro.

Figura 8 – Expansão da malha urbana de Campina Grande.

Figura 9 – Vaca percorrendo a Rua Cardoso Vieira no Centro em 1958.

Figura 10 – Cruzamento da Rua Getúlio Vargas com a Rua Siqueira Campos no Centro, provavelmente na década de 1960, observando-se no terceiro plano bovinos na rua.

Figura 11 – Feira de Campina Grande em 1964.

Figura 12 – Barbeiros populares concentrados às margens do Canal das Piabas.

Figura 13 – Localização dos estabelecimentos agropecuários por setor censitário no município de Campina Grande.

Figura 14 – Plantações num pequeno sítio recriado na área sob a rede de alta tensão, próximo a Avenida Marechal Floriano Peixoto, no Bairro Malvinas.

Figura 15 – Resquícios de uma antiga fazenda no Bairro Três Irmãs.

Figura 16 – Curral sem cobertura localizado ao lado da Rua dos Avelozes no bairro Malvinas.

Figura 17 – Curral ao lado da moradia do criador, numa posse localizada no bairro Três Irmãs.

Figura 18 – Moradora antiga do bairro Presidente Médici que mantém no quintal de casa pequenos roçados e um curral de gado bovino, levando leite *in natura* numa garrafa pet para a vizinha.

Figura 19 – Feira de gado de Campina Grande, realizada as quartas-feiras no Parque de Exposição Carlos Pessoa Filho.

Figura 20 – Loteamento e moradias sendo construídas entre a rede de alta tensão e a malha urbana, no bairro Acácio Figueiredo, aproveitando espaços não edificados que restaram de antigas propriedades rurais.

Figura 21 – Criador carregando, numa carroça de tração animal, capim para alimentar os animais no Bairro Malvinas.

Figura 22 – Fundo do quintal de um criador e negociador de equinos e muares, entre os bairros Malvinas e Ramadinha.

Figura 23 – Feira nas margens do açude de Bodocongó, onde os comerciantes negociam animais, carroças, selas e outros utensílios.

Figura 24 – Mesa improvisada com alimentos e bebidas comercializadas na Feira de Bodocongó.

Figura 25 – Criação doméstica de porcos que serve como complemento na renda.

Figura 26 – Posse em área sob a rede de alta tensão durante o período de estiagem, próxima a Rua dos Avelozes no bairro Malvinas.

Figura 27 – Plantações em área debaixo da rede de alta tensão no bairro Malvinas.

Figura 28 – Aposentado limpando área de plantio próximo a Avenida Marechal Floriano Peixoto, no bairro Malvinas.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da rede de alta tensão da CHESF em Campina Grande

Mapa 2 – Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande

Mapa 3 – O centro tradicional e a formação dos bairros periféricos em Campina Grande (1930-1940)

Mapa 4 – Desconcentração das atividades urbana

Mapa 5 – Unidades de produção rural na cidade de Campina Grande (2013)

Mapa 6 – Níveis de elevação da cidade de Campina Grande

Mapa 7 – Atividades rurais identificadas sob a linha de transmissão de energia da CHESF

Mapa 8 – Bairros onde já foi realizada a feira de animais do açude de Bodocongó

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Expansão da malha urbana de Campina Grande-PB

Tabela 2 – População de Campina Grande (1774 – 2010)

Tabela 3 – População Urbana e Rural de Campina Grande (1970 – 2010)

Tabela 4 - Dados referentes às favelas de Campina Grande em 1983

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
ENTRE A CIDADE E O CAMPO: A DESCOBERTA DO RURAL NA CIDADE	26
1.1 Relação cidade-campo a partir da divisão do trabalho	27
1.2 A particularidade da relação cidade-campo no contexto brasileiro	31
1.3 Cidade, campo, urbano e rural: perspectivas e análises	37
CAPÍTULO 2	
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO RURAL NA CIDADE	55
2.1 Entre o Litoral e o Sertão: entroncamento, comercialização de cereais e ponto de pouso para o gado.....	57
2.2 Da cidade tradicional à cidade modernizada: a permanência de costumes rurais no processo de urbanização	68
2.2.1 Cidade tradicional: tempo lento e costumes rurais na cidade	73
2.2.2 Cidade modernizada: permanência do rural nos interstícios da malha urbana.....	87
CAPÍTULO 3	
OS SUBESPAÇOS RURAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES	108
3.1 Sob a rede de alta tensão: atividades rurais na cidade	116
3.1.1 Criação de gado bovino	124
3.1.2 Criação de outros animais - cavalos, burros e jumentos	132
3.1.3 Criações de suínos	141
3.1.4 Plantações agrícolas	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	154
APÊNDICE	161
ANEXO	165

INTRODUÇÃO

Durante o Curso de Graduação em Geografia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (2007-2010), estive dois anos vinculada à Iniciação Científica, como bolsista, e desenvolvi, sob a orientação da Prof^a Doralice Maia, o plano de trabalho – “A periferização da cidade: as favelas e as ocupações irregulares na cidade de Campina Grande- PB”¹. Esse plano teve como objetivo investigar a produção de aglomerados urbanos, como as favelas e as ocupações irregulares em Campina Grande-PB, na perspectiva de entender a expansão e a espacialização das habitações precárias nessa cidade, como também averiguar a atuação dos poderes públicos em relação a essa problemática. Utilizei os dados levantados e as análises realizadas durante esta pesquisa e os transformei no meu trabalho final de conclusão do curso – a monografia. No entanto, resolvi não continuar pesquisando sobre a problemática habitacional na pesquisa de Mestrado porque, nos últimos períodos do curso, quando ainda estava trabalhando com as habitações precárias e elaborando a monografia sobre essa temática, comecei a me interessar por outra problemática, também muito presente nas cidades brasileiras: a permanência de atividades e de costumes rurais na malha urbana das cidades. Esse despertar, voltado para estudar a relação cidade-campo, começou a partir das leituras de alguns textos e trabalhos na disciplina optativa “Urbanização Brasileira”, ministrada naquele período pela Prof.^a Doralice Maia. Foi nessa época em que tive o primeiro contato com os trabalhos de Mestrado e de Doutorado da referida professora e com o livro “Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural”, organizado pela Prof.^a Maria Encarnação Sposito.

Aos poucos, fui mergulhando nas leituras sobre a temática cidade-campo, e as leituras também foram sendo introjetadas nas minhas ideias, nos meus pensamentos, na maneira como observava o espaço ao meu redor e comecei a enxergar fatos que passavam despercebidos no meu cotidiano. Ora, eu nunca havia parado para pensar que, desde criança, meu pai e meu avô (seu pai, que já faleceu), que moravam na cidade, saíam todos os dias logo cedo, às 04h30min, para tirar leite do gado. E mesmo após a morte de meu avô, meu pai continua até hoje acordando cedo, cuidando de algumas cabeças de gado e “mexendo” na terra – limpando, plantado e cortando capim para os animais.

¹ Este Plano de Trabalho estava associado ao Projeto de Pesquisa “Estrutura e Dinâmica Urbana da Cidade Média: a cidade de Campina Grande na Paraíba”, coordenado pela Professora Dr.^a Maria Encarnação Sposito (UNESP-PP), e, de modo geral, tinha como meta levantar dados estatísticos e qualitativos sobre a habitação na cidade de Campina Grande, visando contribuir com a construção da Plataforma de Dados desse projeto.

Ele mantém, aqui em João Pessoa, no Bairro Costa e Silva, numa área abaixo da linha de transmissão de energia da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), uma pequena criação de gado de corte e, ao lado do curral, cultiva, além do capim para o gado, plantações de frutas, verduras e raízes, como maracujá, mamão, caju, noni, quiabo, couve, coentro, macaxeira, etc. Ademais, cultiva algumas plantas medicinais de que gosta e que utiliza muito no dia a dia, como capim-santo e erva-cidreira. Quanto mais eu via meu pai, cotidianamente, praticando atividades e costumes rurais, mais me interessava pela temática cidade-campo.

Esse interesse por estudar as práticas rurais na cidade se intensificou ainda na graduação, durante os trabalhos de campo e as observações realizadas nas margens da malha urbana e nos bairros periféricos de Campina Grande, onde comecei a me deparar, frequentemente, com currais, vacarias, pocilgas e “vazios urbanos” sendo utilizados como área para pasto de gado na cidade e pequenas criações de suínos e de aves domésticas. Esses elementos, geralmente localizados em bairros ou áreas afastadas do núcleo central, próximos às habitações das camadas populares, chamaram a minha atenção e me fizeram pensar sobre os motivos pelos quais as pessoas trabalhavam com a produção de leite e carne para o consumo próprio e/ou para a comercialização na cidade. Por isso, resolvi estudar no Mestrado a relação cidade-campo após anuência de minha então orientadora, ainda na graduação.² Começamos a nos perguntar por que essas pessoas mantinham tais práticas em espaços tão urbanizados, onde dificilmente é possível mantê-las.

Assim, alguns questionamentos foram essenciais para a orientação desta pesquisa, tais como: Será que estas atividades sempre existiram no perímetro urbano da cidade e, com o tempo, com o adensamento populacional e com o crescimento urbano, elas foram sendo empurradas para mais distante? Será que estas atividades estavam distantes da cidade e, devido à expansão da malha urbana, começaram a ser envolvidas pela cidade? As pessoas que mantêm as atividades rurais são migrantes expulsos do campo que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho urbano? Ou existem pessoas que, mesmo inseridas em atividades urbanas, mantêm determinadas práticas rurais por puro prazer e por não conseguirem abandoná-las?

² Utilizei em alguns momentos a 1ª pessoa do singular para destacar as reflexões realizadas por mim em particular. No entanto, compreendo que essa pesquisa consiste num trabalho realizado em conjunto, por mim e por minha orientadora, portanto priorizei fazer uso da 1ª pessoa do plural.

A partir desses questionamentos, definimos o nosso objetivo geral, que foi de analisar a relação cidade-campo a partir da permanência e da (re) produção das atividades e dos costumes rurais no interior da malha urbana de Campina Grande. Para tanto procuramos, no decorrer da elaboração da pesquisa, averiguar quais os principais costumes rurais mantidos nessa cidade, quais as dificuldades enfrentadas pela população para manter certas atividades rurais no perímetro urbano e quais as razões apontadas pelas pessoas para desejarem e continuarem praticando tais atividades na cidade.

Convém destacar que tentamos nos apoiar no método apresentado por Lefebvre (1978, p. 71), que propõe que, para se analisar determinada realidade, são imprescindíveis três momentos: o “descritivo”, o “analítico-regressivo” e o “histórico-genético”. O descritivo é aquele em que o pesquisador se utiliza da observação e das técnicas de pesquisa, orientado a partir da experiência e de uma base teórica, visando levantar informações acerca da realidade; o analítico-regressivo é o período em que são realizadas as leituras, e o objetivo do pesquisador é tentar relacionar o singular (realidade observada) ao universal (totalidade), pois é fundamental situar o objeto de estudo no tempo e no espaço; o histórico-genético é o momento em que é possível analisar as transformações pelas quais passou o objeto de estudo e situá-lo em relação ao processo global. A partir daí, o pesquisador experimenta retornar para a realidade presente vivenciada, mas, agora, compreendendo-a.

É a partir dessa reflexão sobre o desenvolvimento da pesquisa que procuramos nos amparar, pois, assim como Lefebvre (1978), concordamos que, para tentar compreender uma dada realidade é indispensável recorrer à sua história, já que “el método puramente descriptivo y empírico sólo podia nacer en un país sin historia, o más exactamente sin gran ‘espesor’ histórico.” (1978, p. 66).

Nesse sentido, embora tenham sido realizados vários trabalhos de campo para levantarmos informações e dados nas áreas com permanências de atividades rurais na cidade, também tivemos a preocupação de compreender como foi a relação entre a cidade de Campina Grande e o campo em seu entorno, em outros momentos históricos. Para tanto, buscamos leituras e informações relativas à história da cidade. Contudo, como explica Lefebvre (1978), assim como devemos sobrepor os diferentes tempos históricos, temos que associar as diferentes realidades espaciais, ou seja, devemos relacionar o singular ao universal, o objeto de pesquisa delimitado ao contexto histórico e espacial. Então, fizemos

leituras sobre a relação entre a cidade e o campo em diferentes períodos, buscando focar a realidade brasileira, em especial, a encontrada na cidade ora aqui estudada.

Assim, para compreendermos a existência de práticas rurais na cidade de Campina Grande, investigamos como elas têm sido reproduzidas, quem são as pessoas que realizam as atividades rurais, como mantêm essas práticas rurais e quais as características e as condições das áreas que são utilizadas. Esses aspectos foram essenciais para nossa análise, e a fim de conseguir respostas para eles, fizemos vários trabalhos de campo, observações e entrevistas.

Inicialmente, para localizar as áreas com características rurais na cidade, utilizamos como ferramenta o levantamento de imagens de satélite, como, por exemplo, as do programa *Google Earth*, cuja análise foi fundamental para orientar os percursos realizados nos trabalhos de campo pela cidade. Então, num primeiro momento, utilizamos a observação exploratória. As primeiras observações e as conversas com as pessoas nos trabalhos de campo ocorreram de modo informal, visando localizar os estabelecimentos que desenvolvem atividades agropecuárias e obter informações sobre a área, as práticas rurais e o cotidiano das pessoas. Nos primeiros trabalhos de campo, tivemos a preocupação fundamental de construir uma “relação de confiança” com as pessoas que vivem nas áreas visitadas, por isso, foram necessárias várias idas a campo para conversar com elas e esclarecer quais eram os objetivos das visitas.

Devido ao fato de as práticas rurais acontecerem, principalmente, nas margens da malha urbana, iniciamos a observação pela área de expansão da cidade. Em um dos primeiros trabalhos de campo, andamos ao longo de toda a alça sudoeste³, observando, fotografando e verificando as atividades rurais produtivas existentes nas bordas dessa rodovia. Em seguida, adentramos em direção ao interior do tecido urbano, visando encontrar pequenas ocupações e estabelecimentos rurais, onde a prática rural, na maioria das vezes, é realizada como uma forma de ajudar na alimentação e na permanência das pessoas na cidade. Nosso intuito, *a priori*, era de identificar todas as áreas da cidade onde havia atividades rurais, mapeá-las e entrevistar as pessoas que as mantinham. Todavia, percebemos que esse trabalho não seria possível em um período de dois anos, porquanto encontramos muitos estabelecimentos

³ A alça sudoeste é uma via rodoviária criada com o intuito de imprimir mais rapidez ao tráfego de veículos vindos do litoral paraibano e do agreste pernambucano, ambos com destino ao Sertão, a Curimataú e ao Cariri paraibano. Esta estrada com, aproximadamente, 12 km de extensão, margeia a cidade de Campina Grande e une as rodovias BR104 (sul) e BR230(oeste).

agropecuários tanto na área de expansão e no entorno da alça sudoeste, quanto em pequenos lotes vazios e em terrenos impróprios para ocupação dentro da cidade.

Portanto, a partir dos trabalhos de campo iniciais, selecionamos uma área delimitada – localizada abaixo da rede de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) – como objeto primeiro para a análise da pesquisa. Assim, nessa área, focalizamos os trabalhos de campo, as entrevistas e os registros fotográficos. A rede de alta tensão atravessa, no sentido norte-sul, a parte oeste da cidade de Campina Grande e percorre os seguintes bairros: Novo Bodocongó, Serrotão, Ramadinha, Malvinas, Três Irmãs, Presidente Médice, Acácio Figueiredo e Velame.

As áreas localizadas abaixo da rede de alta tensão, nas quais foram encontrados vários estábulos e pessoas praticando atividades rurais, caracterizam-se como áreas públicas, impróprias para ocupação e voltadas para o uso restrito da CHESF. Apesar disso, são ocupadas por pessoas que detêm posses e a utilizam para manter algumas práticas rurais, como criações de gado bovino, equino ou suíno e plantações agrícolas. Também descobrimos pessoas que, além de criar alguns animais, mantêm-se com sua comercialização.

Dentre os aspectos que ressaltamos para a escolha dessa área da cidade, estão: a localização, pois se encontra nos interstícios da cidade, e um dos aspectos importantes da pesquisa é enfatizar a apropriação de espaços “vazios” para a realização de práticas rurais; a característica específica da área, porque a maioria das pessoas não são proprietárias dos terrenos, e sim, possuem pequenas posses, já que o terreno é público e é proibido ocupar a área; e a prática das atividades e o cotidiano das pessoas, que consistem em pequenas criações de gado (bovino, equino e suíno) e plantações agrícolas voltadas para o próprio consumo e/ou para a comercialização na cidade.

Entendemos que a área situada sob a rede de alta tensão em Campina Grande, por se encontrar dentro de sua malha urbana, corresponde, diretamente, aos questionamentos que buscamos solucionar em relação ao motivo da existência de práticas rurais em áreas tão urbanizadas. Logo, ao enfatizar a apropriação da cidade por meio da realização de atividades próprias do campo, resolvemos escolher a área sob a rede de alta tensão, em contraposição às restantes, sobretudo porque a maioria das demais áreas volta-se para a expansão urbana, onde a contraposição entre as práticas rurais e as urbanas não são tão evidenciadas.

A escolha de uma área para fazer uma análise mais apurada tornou viável a realização da pesquisa, que partiu da observação e da descrição das áreas e dos hábitos rurais e seguiu com a realização de entrevistas com as pessoas que vivenciam e mantêm atividades rurais. A delimitação da área contribuiu para uma análise mais minuciosa e um levantamento mais detalhado de dados e informações sobre essa área, pois seria praticamente impossível, devido ao tempo, fazer trabalhos de campo, observações minuciosas e entrevistas em todas as pequenas unidades que mantêm atividades agropecuárias no interior do perímetro urbano de Campina Grande.

As entrevistas semiestruturadas foram o principal procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa, a partir das quais levantamos informações que esclarecessem os questionamentos e contribuíssem para a análise qualitativa. A descoberta de alguns aspectos foi essencial durante a realização das entrevistas, tais como: o tipo de atividade realizada (produção e/ou criação de bovino, equino, caprino, suíno, etc.; plantação de hortifrutigranjeiros, como verduras, frutas e capim para a forragem do gado); a finalidade da atividade (se comercializada, utilizada para consumo próprio ou ambos); e as informações relacionadas aos entrevistados (se sempre realizou atividades rurais; se desempenha outras atividades profissionais; se sempre morou na cidade; se gosta da atividade que realiza).

A opção pela entrevista semiestruturada se justifica porque, como esclarece Triviños (1987), “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (1987, p. 146). Assim, após algumas observações em campo, elaboramos um roteiro de entrevista visando orientar os entrevistados e obter informações importantes para a análise dos questionamentos levantados. Esse roteiro foi nosso ponto de partida, contudo não impediu que, durante as entrevistas, as pessoas pudessem falar livremente sobre fatos que achassem relevantes, pois o propósito era de levantar informações detalhadas que contribuíssem para a análise qualitativa em torno de nosso principal questionamento: o porquê da prática de determinadas atividades rurais na cidade.

Os trabalhos de campo foram realizados a pé, percorrendo a área sob a rede de energia da CHESF. Conosco sempre levávamos uma câmera fotográfica, um caderno de anotação, o roteiro de entrevista e um gravador. No decorrer da pesquisa, constatamos que, praticamente, em toda a extensão da área sob a rede de energia, havia práticas rurais, por isso uma de nossas finalidades foi levantar os usos rurais ali presentes e entrevistar as pessoas que conservavam

os costumes rurais nessa área. Nas andanças, anotávamos e descrevíamos as observações importantes acerca das atividades e fazíamos um esboço dos currais, dos estábulos e das plantações, considerando sua localização na área. Ademais, sempre que possível, fazíamos o registro fotográfico das posses e dos pequenos estabelecimentos agropecuários. Por meio dos trabalhos de campo e das observações realizadas no programa *Google Earth* conseguimos verificar cerca de 40 posses delimitadas sob a rede de alta tensão. Procuramos, também, entrevistar todos os criadores e agricultores que encontrávamos pelo caminho, no entanto, nem todos se dispunham, e alguns preferiam apenas conversar informalmente. Logo, das pessoas com quem conversamos, somente 14 aceitaram participar das entrevistas.

Além dos trabalhos de campo, tivemos a preocupação em levantar dados e informações secundárias em órgãos e instituições governamentais. Para isso, procuramos, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP) e na Prefeitura Municipal de Campina Grande, algum cadastro ou levantamento de pessoas que mantivessem atividades agropecuárias na cidade, ou de áreas rurais que se encontrassem no interior do perímetro urbano. É importante ressaltar que nos deparamos com muitas dificuldades, tanto devido à falta de informações quanto de disponibilidade de acesso a alguns dados. Todavia, apesar das dificuldades e das diversas idas à SEDAP, conseguimos acessar o Cadastro de Criadores de Campina Grande, a partir do qual levantamos e mapeamos os estabelecimentos pecuários existentes na cidade.

Quanto aos procedimentos e às técnicas de pesquisa, destacamos que os trabalhos de campo, as observações e as entrevistas foram nossos pilares. Conforme Alentejano e Rocha-Leão (2006), o “trabalho de campo é fundamental, mas, se realizado desarticulado do método e da teoria torna-se banal”. Com essa afirmativa, acreditamos que o trabalho de campo deve ser compreendido e realizado como parte do método, e não, como o próprio método. Lefebvre (1978, p. 71) assevera que tais técnicas de pesquisa consistem num dos momentos da análise. Esse aspecto é importante, porque o trabalho de campo, para os geógrafos positivistas, é o único meio para se chegar à verdade absoluta, que só pode ser obtida com as descrições em excesso sem nenhuma análise.

Todo pesquisador/observador sempre revela aquilo que pretende destacar e lê a paisagem de determinada forma, conforme entende o espaço. Nesse contexto, precisamos ressaltar a proposta deste trabalho a partir de sua metodologia, pois, apesar de utilizarmos

procedimentos metodológicos que são característicos da Geografia tradicional, como as observações e as descrições, atribuímos a eles uma leitura próxima ao materialismo histórico, pois analisamos a paisagem como “aparência” (parte superficial) da “essência” (realidade objetiva) dos fenômenos.

Segundo Santos (1996), a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos diferenciados. Apoiando-nos nessa afirmativa, compreendemos que a análise da paisagem não deve ter como finalidade somente a localização e a descrição da área e das atividades rurais por si sós. Por isso nos esforçamos para que, por meio das atividades e dos hábitos rurais verificados na paisagem, pudéssemos encontrar aspectos relevantes para a análise teórica, ou seja, buscamos entender a relação entre o rural e o urbano na cidade de Campina Grande, não apenas analisando a realidade empírica, mas também procurando relacioná-la ao processo histórico e espacial brasileiro. Com essa etapa realizada, retornamos à análise acerca da materialidade estudada, produzindo um registro que poderá ser utilizado tanto por outros pesquisadores quanto pela própria população como documento que comprova a ocupação e a realização de determinadas atividades rurais nesse espaço.

Por conseguinte, ao final do percurso investigativo (ou seja, após a aplicação dos procedimentos metodológicos, do levantamento de dados, das informações e da elaboração do aporte teórico), conseguimos produzir um conjunto de informações, análises e resultados que estão organizados em três capítulos, dispostos a seguir:

No 1º capítulo – “Entre a cidade e o campo: a descoberta do rural na cidade” – abordamos a relação cidade-campo a partir da divisão do trabalho, visando mostrar como essa relação se modificou ao longo do tempo. Também apresentamos alguns conceitos utilizados em trabalhos desenvolvidos acerca da relação cidade-campo, sobretudo no Brasil. Esse resgate foi realizado com o intuito de situar a nossa pesquisa. Realizamos diversas leituras sobre a relação entre cidade e campo, pois, sentimos a necessidade de fundamentar o objeto de análise, e procuramos, entre os conceitos trabalhados pelos estudiosos, aqueles que conseguissem dar conta de explicar a realidade por nós estudada. Assim, esse capítulo foi formado por um apanhado teórico elaborado com a finalidade de apresentar a problemática acerca da pesquisa.

No 2º capítulo – “O processo de urbanização e a manutenção do rural na cidade” – discutimos o processo de urbanização da cidade de Campina Grande, apontando momentos importantes do seu crescimento, e procuramos enfocar a permanência das atividades e dos

costumes rurais na cidade. A explanação deste capítulo centrou nos conceitos de “cidade tradicional” e “cidade modernizada”, pois pretendíamos mostrar que, embora a cidade, ao longo dos tempos, tenha se transformado e se adaptado às exigências do mundo moderno, ainda mantém práticas tradicionais características do modo de vida rural.

No 3º capítulo – “Os subespaços rurais na cidade de Campina Grande: permanências e transformações” – trazemos uma análise das atividades e das práticas rurais encontradas na área investigada. Para isso, utilizamos o levantamento obtido nos trabalhos de campo, sobretudo a partir das observações e das entrevistas realizadas. Ademais, nessa parte do trabalho, procedemos a uma abordagem mais detalhada sobre as noções e os conceitos utilizados para explicar a manutenção das atividades rurais na cidade e discutimos sobre as seguintes conceituações: “subespaços rurais”, “espaço vivido”, “táticas” e “costumes”.

CAPÍTULO 1

ENTRE A CIDADE E O CAMPO: A DESCOBERTA DO RURAL NA CIDADE

Discutir sobre a relação entre cidade e campo é uma tarefa complexa, pois esse tema pode ser abordado a partir de vários vieses diferentes. Além disso, é uma relação que, ao longo do tempo, devido à intensificação da divisão do trabalho e à modernização do campo, tem passado por várias transformações que têm contribuído para o surgimento de novas formas e novos conteúdos. Williams (2011 [1973], p. 471), buscando entender as mudanças ocorridas no Século XVIII, na Inglaterra, assevera:

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas.

Williams (2011 [1973]) tem como objetivo compreender as modificações que estavam ocorrendo na passagem do Século XVIII para o Século XIX na Inglaterra. Para isso, utiliza uma abordagem histórica social e literária. A partir da citação acima, podemos notar que o autor do livro “O campo e a cidade na história e na literatura” dá ênfase à perspectiva histórica como um ponto crucial para se entenderem as transformações ocorridas entre a cidade e o campo. Visando entender o “presente” (Séculos XVIII e XIX), ele retorna ao passado utilizando obras literárias.

O movimento de análise, realizado por Williams, que se caracteriza pelo constante regresso ao passado para compreender o presente, é chamado por ele de “escada rolante”. Williams propõe que esse movimento pode ser uma pista importante para o entendimento dos fatos. Dessa maneira, com o intuito de elaborar uma análise acerca da relação cidade-campo, pretendemos voltar ao passado para decifrar como ocorreu a formação de tais espaços, cidade e campo, e como se apresentaram ao longo do tempo até chegar aos dias atuais.

A cidade e o campo têm características próprias, tanto em relação ao que é produzido, quanto ao conteúdo das relações sociais e culturais. No entanto, entendemos que um só pode ser analisado a partir do outro, ou levando em consideração a relação entre ambos. A relação cidade-campo, embora apresente semelhanças em diferentes contextos históricos e espaciais, em cada espaço-tempo, manifestam características únicas, que são resultados da convergência de fatores internos e externos. É importante frisar que, em diferentes países, essa relação não

se apresenta com as mesmas características, e em regiões e cidades de um mesmo país, como o Brasil, tal relação tem particularidades.

Nesse sentido, ressaltamos que, para analisar a relação cidade-campo, devemos partir da compreensão do processo histórico, pois, só através do seu entendimento, poderemos esclarecer a realidade atual. Lefebvre (1991b [1969], p. 184) afirma que, para “conhecer um objeto ou um fenômeno é [necessário] justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixa-lo *passivamente* no *hic et nunc*, no aqui e no agora. É investigar suas *relações*, suas *causas*.” Para esse autor, assim como o conhecimento, a realidade está em constante movimento, por isso é imprescindível retornar ao passado para compreender o período atual. Tomando por base essa reflexão, pretendemos discorrer como se processou a relação cidade-campo e, em seguida, analisar as peculiaridades dessa relação no contexto histórico brasileiro.

1.1 Relação cidade-campo a partir da divisão do trabalho

Para dialogar sobre a relação cidade-campo, nossa investigação partiu dos autores que refletiram sobre essa relação, mostrando que é imprescindível abordar a divisão do trabalho, pois, a partir dela, é possível conhecer o papel que a cidade e o campo desempenharam ao longo do tempo histórico. Ademais, “não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho. Essa divisão estabelece-se diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização” (SPOSITO, 2011, p. 124). Nessa perspectiva, Endlich (2006, p. 11) afirma que “só é possível o reconhecimento da diferença e o exercício de reflexão sobre o rural e o urbano, sobre a cidade e o campo, em decorrência da divisão do trabalho”.

Segundo Marx & Engels (2007 [1932]), antes do surgimento da agricultura no período neolítico, havia apenas grupos organizados em forma de sociedade tribal, na qual não havia diferença entre cidade e campo, e a divisão do trabalho era pouco desenvolvida, pois se limitava a uma divisão social entre membros da família e/ou da tribo. O povo alimentava-se da caça e da pesca, da criação de animais ou, no máximo, da agricultura. Contudo, com o posterior desenvolvimento das forças produtivas e a modificação das relações de produção, os povos primitivos não só passaram a produzir para a subsistência imediata, como também foram capazes de aumentar a produção originando um excedente alimentar.

Esse excedente alimentar possibilitou que as comunidades se fixassem em determinado local e que fossem desenvolvidas outras atividades relativas a funções

administrativas, políticas, militares e à elaboração do conhecimento. A partir de então, o desenvolvimento das forças produtivas provocou uma divisão territorial do trabalho e originou espaços diferenciados de produção: a cidade e o campo. Todavia, nesse período, a cidade ainda não se mantinha com base numa dinâmica associada à mercantilização e ao processo de industrialização, por isso a produção do campo era preponderante. No entanto, quando passou a ser controlada pelo mercado e a dominar a produção a partir das indústrias, foi estabelecida como espaço privilegiado em relação ao campo.

Nesse sentido, é necessário examinar como a relação entre a cidade e o campo se manifestou em contextos históricos diferentes, tendo em vista que, em determinados momentos, o campo demonstrou ser dominante, social e economicamente, e em outros, a cidade assumiu este papel. Lefebvre (2001, p. 68) afirma que a relação cidade-campo “mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época manifestam-se relações bem diferentes”.

Esse autor (1999a [1970]), ao mostrar como se deu o processo de urbanização, ao longo de diferentes períodos históricos, aborda como tal processo provocou modificações tanto na cidade quanto em sua relação com o campo. Assim, propõe que se analisem, a partir de uma concepção global, três grandes épocas históricas: “a rural, a industrial e a urbana” (1999a [1970], p. 35). Na rural, já se verificava uma visível divisão entre cidade e campo, entretanto, nessa época, a cidade e o campo passaram por vários momentos diferentes: o primeiro, em que a cidade se caracterizava como política; o segundo, quando houve uma retração da cidade e um amplo domínio do campo; e o terceiro, em que o comércio passou a ser uma função importante na/da cidade.

Na cidade política, característica da Antiguidade, embora houvesse uma divisão do trabalho entre cidade e campo, a cidade mantinha uma relação complementar e harmônica com os territórios circunvizinhos e “organizava, dominava, protegia, administrava, explorava um território, com os camponeses, os habitantes dos vilarejos, os pastores, etc.” (LEFEBVRE, 1999b, p. 40). As cidades podiam ser consideradas como obras, pois o valor de uso predominava sobre o valor de troca, e os costumes das pessoas ainda eram mais importantes do que a produção e o consumo. Lefebvre (1969, p. 138) descreve como se caracterizava a cidade e como se dava sua relação com o campo nesse período histórico:

Cada cidade é uma obra e também cada casa. Tudo nela se mistura e se une: objetivos, funções, formas, prazeres, atividades. [...] Entre o campo, as ruas e as

casas, não há corte nem confusão; passa-se dos campos ao coração do burgo e das habitações por uma sucessão ininterrupta: árvores, jardins, pórticos e pátios, animais.

Na Idade Média, com a queda do Império Romano, a maioria das cidades passou por um período de adormecimento. Nessa época, o campo, organizado em feudos, tinha um maior adensamento populacional e manifestava-se de modo mais dinâmico e autônomo do que as cidades. *A posteriori*, a cidade que, antes, relegava os lugares destinados à troca e ao comércio para a sua periferia, passou, aos poucos, por um processo que durou séculos, a integrar o mercado em sua estrutura. A cidade antiga que, antes, vivenciava o cotidiano a partir do valor de uso, começa a ser superada pela cidade comercial baseada na troca e no comércio (LEFEBVRE, 2001).

Na segunda época, a industrial, a troca e o comércio se intensificaram, devido ao aumento da produção artesanal e industrial, e, em contrapartida, a produção do campo perdeu importância. Tais aspectos provocaram o crescimento do êxodo rural e aumentou a concentração populacional nas cidades, por isso, a cidade industrial caracterizou-se por sua intensa expansão sobre o campo. A partir de então, houve uma explosão da cidade tradicional⁴. Esse movimento, chamado por Lefebvre (2001) de implosão-explosão, é provocado pela intensificação da urbanização proporcionada pelo processo de industrialização.

Na era industrial, verifica-se a “absorção” do campo pela cidade (localização das primeiras indústrias, obtenção de matérias-primas, migração) e a “explosão” da cidade no campo (extensão do tecido urbano, invasão do campo pela tecnologia, modo de vida e símbolos da cidade, expansão da troca e da mercadoria). (SOBARZO, 2006, p. 71)

A partir de então, a divisão do trabalho, que estabelecia a produção local entre o campo e a cidade, com o desenvolvimento das forças produtivas e da indústria, tornou-se mais complexa, pois passou a organizar tanto o trabalho nos estabelecimentos produtivos (divisão técnica do trabalho) da cidade e do campo quanto a produção e o intercâmbio entre diferentes cidades e nações. Desse modo, o capitalismo passou a explorar cada local de maneira diferenciada conforme seus interesses. Essa progressão da divisão do trabalho é visível no pensamento de Marx & de Engels (2007 [1932]), quando afirmam:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, no princípio, à divisão do trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola, e com isso à divisão entre *cidade* e *campo* e à oposição entre os interesses de ambos. Seu desenvolvimento posterior leva à divisão entre trabalho comercial e industrial. Ao mesmo tempo se

⁴ Conforme Lefebvre (2001), cidade tradicional está relacionada à cidade anterior ao processo de industrialização, portanto, caracteriza-se como uma cidade concentrada, única, que também pode corresponder à cidade histórica.

desenvolvem sempre, através da divisão de trabalho no interior desses diferentes setores, diferentes seções entre os indivíduos atuando em conjunto em um determinado trabalho. A posição dessas seções individuais umas contra as outras é condicionada pelo modo de operação do trabalho agrícola, industrial e comercial. As mesmas condições mostram-se, em caso de intercâmbio desenvolvido, nas relações de diferentes nações umas com as outras. (MARX & ENGELS, 2007 [1932], p. 47). (grifos dos autores)

A terceira época - a urbana - corresponde à atual, resultante da implosão-explosão da cidade e em que as relações de produção se modificaram, todavia ainda não foram totalmente transformadas. Segundo Lefebvre (1999a [1970]), estamos num período em que a distinção entre cidade e campo tende a ser superada, contudo, isso não implica o desaparecimento das atividades agrícolas. Nesse sentido, o que caracteriza cada unidade espacial (a cidade e o campo) permanece, mas a relação entre ambas se transforma, e as formas espaciais se mesclam surgindo novos conteúdos entre elas. O modo capitalista explora ao máximo o que está disponível, por isso que aparecem cada vez mais “novas” atividades econômicas, como a agroindústria e o turismo rural, que misturam aspectos do campo e da cidade.

Queiroz (1978), já na década de 1970, demonstra uma preocupação com as transformações observadas no campo brasileiro, devido à expansão do urbano e da modernização agrícola. Nesse momento, a autora questiona, sobretudo pensando no estudo dos grupos rurais, se a penetração dos elementos urbanos no campo resultaria numa homogeneização rural-urbana. E com o intuito de embasar a discussão em torno da relação cidade-campo, ressalta que “as relações entre ambos não teriam sido sempre as mesmas” (QUEIROZ, 1978, p. 47). Então, visando analisar as modificações pelas quais a relação cidade-campo passou, a autora utiliza três configurações maiores de estrutura e organização social: a sociedade tribal, a sociedade agrária e a sociedade urbana.

Segundo Queiroz (1978), na sociedade tribal, apontada anteriormente, “inexiste a divergência rural-urbana, os grupos sociais são de pequena envergadura, a divisão social do trabalho é fraca e não existe concentração urbana” (1978, p. 47). Já na sociedade agrária, é perceptível uma diferenciação entre cidade e campo, pois se verifica uma divisão do trabalho, na qual a cidade funciona como centro político-administrativo que organiza e domina o campo que, por outro lado, cumpre um papel importante como fornecedor dos produtos consumidos na cidade. Todavia, na sociedade urbana, considerada também pela autora supracitada como sociedade industrial, destaca-se, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico alcançado na cidade e a sua expansão no campo, pois

[...] a cidade se liberou do meio rural no que toca à produção em geral, e se tornou produtora por excelência, reorganizando o trabalho agrário através das máquinas,

impondo ao meio rural seu gênero de vida e sua estratificação social de base econômica; a cidade pode então crescer demograficamente de maneira por assim dizer ilimitada, pois seu abastecimento depende antes de mais nada do desenvolvimento tecnológico. (QUEIROZ, 1978, p. 48)

As ideias expostas até o momento apresentaram como a divisão do trabalho entre cidade e campo se sucedeu ao longo do tempo. Com base no exposto, fica claro que é indispensável abordar a divisão do trabalho, pois o desenvolvimento das forças produtivas e a especialização da produção proporcionaram o estabelecimento do campo e da cidade, uma vez que, após a divisão da produção entre ambos, fica impossível pensar na existência da cidade sem o campo e vice-versa.

Verificamos, então, a partir da divisão do trabalho, que a cidade e o campo assumiram características próprias, perceptíveis nas formas e nas funções exercidas por cada espaço. A cidade se tornou não apenas o centro político-administrativo, mas também o local da troca e da produção industrial. Em contraposição, o campo especializou-se na produção agrícola. Contudo, também observamos que a relação entre ambos os espaços passou por modificações intensas após o desenvolvimento industrial. O duplo processo, como escreve Lefebvre (2001, 1999 [1970]), de industrialização-urbanização provoca tanto na cidade quanto no campo modificações que são evidenciadas atualmente através da flexibilização da divisão do trabalho entre ambos os espaços.

Conhecer a periodização histórica da relação cidade-campo é necessário. Todavia, a relação entre a cidade e o campo não ocorreu nem ocorre da mesma forma em todos os espaços-tempo. Os apontamentos aqui destacados relacionados à divisão do trabalho entre cidade e campo retratam características específicas da realidade europeia. Nesse sentido, Queiroz (1978) afirma que os três tipos de sociedades (tribal, agrária e urbana) destacados por ela “podem ser concomitantes no tempo e no espaço numa sociedade como a brasileira” (1978, p. 49). Por isso cabe aqui discutirmos de que modo a divisão do trabalho e a diferenciação entre cidade e campo aconteceram no Brasil e como os estudiosos preocupados com a relação cidade-campo têm procurado compreender as diversas realidades brasileiras.

1.2 A particularidade da relação cidade-campo no contexto brasileiro

No Brasil, a diferenciação entre cidade e campo não ocorreu da mesma forma que na Europa, já que, no primeiro, tal processo aconteceu lentamente e impulsionado pelo desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo que surgiram na realidade europeia.

Na Europa, o processo de urbanização passou por fases de estruturação que duraram séculos, como apontamos a partir da divisão do trabalho entre cidade e campo. No Brasil, ocorreu de modo acelerado, ultrapassando as fases da divisão do trabalho verificadas nos países europeus e apoiando-se, durante muito tempo, nas atividades agrícolas e extrativistas.

No início da colonização brasileira, quando os portugueses chegaram, encontraram uma “população relativamente pouco numerosa, dispersa, estruturada em grupos de pequeno porte, tecnologia pobre, nômades, e portanto desconhecendo cidades” (QUEIROZ, 1978, p. 279), eles viviam organizados em sociedades tribais. Nesse momento, a metrópole tinha interesse em povoar, extrair as riquezas que pudessem ser encontradas, como metais preciosos, e utilizar as terras a fim de produzir matérias-primas para serem comercializadas e utilizadas nas indústrias europeias.

Nesse contexto, era necessário um lugar onde se pudessem reunir as atividades políticas e administrativas. Para isso, criaram-se algumas cidades localizadas em pontos estratégicos que, conforme Singer (1995), podem ser chamadas de cidades da conquista. Em relação a essas primeiras cidades brasileiras, Santos (1993, p. 17) afirma que, “no começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”.

Assim, nesse primeiro momento, não existia uma divisão do trabalho entre cidade e campo que fosse baseada em atividades produtivas, já que, na cidade, não havia produção econômica, e a vida socioeconômica se concentrava nas propriedades rurais. Nesse sentido, a população que morava e trabalhava no campo também frequentava a cidade, principalmente em períodos de festividade religiosa ou nas férias, portanto, “a população de vilas e cidades era quase a mesma da do campo, pois era ela praticamente que ali habitava também” (QUEIROZ, 1978, p. 280). Queiroz (1978) chega a afirmar que a cidade era um prolongamento das fazendas e existia para servi-las.

Assim, podemos presumir que não havia uma divisão do trabalho e uma delimitação evidente entre cidade e campo e que a vida entre estes espaços se confundia. Queiroz (1978) também nos chama a atenção para mostrar que a distinção entre cidade e campo não era muito nítida no Brasil e, atualmente, em alguns municípios, ainda não o é. Esse aspecto, segundo a autora, reflete-se num vício de linguagem que permanece até hoje sendo muito utilizado por nós, quando, por exemplo, queremos dizer que vamos ao campo e, geralmente, falamos: “vou para o interior”. Logo, embora tendo particularidades, cidade e campo se configuravam como

partes de um todo inseparável, em que existia o interior (o campo), disperso, como local dinâmico onde se dava a produção agrícola, e o centro (a cidade), concentrado, como local voltado para a comercialização dos produtos, sobretudo para o mercado externo.

No Brasil, até o Século XVIII, a cana-de-açúcar e o ouro eram praticamente os únicos produtos comercializados para o mercado externo, contudo, posteriormente, no Século XIX, houve uma diversificação e passaram a ser exportados outros produtos, como o café, o algodão, o cacau e o fumo. As cidades da conquista eram “um grande arquipélago” (SANTOS, 1993, p. 26), pois não se relacionavam entre si, e sua economia e produção voltavam-se para atender ao mercado europeu.

Aos poucos, além das cidades da conquista, começaram a surgir outras aglomerações urbanas no interior do país, impulsionadas pelo estabelecimento das fazendas de gado no sertão nordestino. Essa atividade econômica fornecia um excedente alimentar para ser consumido nos engenhos de cana-de-açúcar, nas vilas e nas cidades. Por conseguinte, o processo de ocupação para o interior proporcionou uma divisão espacial do trabalho, em que o litoral se especializou na produção da cana-de-açúcar. Em contrapartida, no Sertão e no Agreste, o complexo algodão-gado-lavouras de subsistência constituiu a base econômica para manter a população brasileira (ANDRADE, 2007).

Singer (1995 [1973]) explica que o surgimento das fazendas pode ser considerado como o início de um processo de reorganização produtiva porque propiciou a produção de um excedente agrícola comercializável no mercado interno. Considerando que, antes, nas propriedades rurais, havia a produção voltada para o mercado externo e uma pequena produção de alimentos para a subsistência das pessoas que ali viviam e trabalhavam, o comércio nas cidades era restrito às mercadorias exportadas e importadas. Com essa reorganização produtiva, a função comercial da cidade ganha importância, como explica Singer:

[...] o excedente alimentar produzido pela economia de subsistência vai animar agora uma vida comercial cada vez mais ampla, de um lado, pela comercialização do próprio excedente alimentar, e, do outro, devido aos gastos da classe senhorial em todo tipo de bens de luxo, geralmente importados. Esta classe senhorial, composta tanto por plantadores e por mineradores, que produzem para o mercado externo, como por fazendeiros, que produzem para o mercado interno, retém uma parcela ponderável do excedente colonial que é gasta, em sua maior parte, dentro da colônia. (SINGER, 1995 [1973], p. 102)

Nesse contexto, as cidades da conquista que só tinham uma função político-administrativa vão se tornando mais dinâmicas e assumindo o caráter de cidade comercial. No

entanto, o movimento que se dava nas cidades ainda ocorria, principalmente devido à produção do campo, tanto o movimento financeiro quanto o populacional, pois, na cidade, não se tinha produção econômica considerável, e a maior parte da população vivia do/no campo. Assim, de modo geral, habitavam as cidades administradores civis e militares, religiosos e comerciantes.

Se associarmos o processo de urbanização ao surgimento e ao crescimento de cidades, esse pode ser considerado um fenômeno muito antigo, que acontece desde tempos remotos, muito antes do aparecimento das indústrias. Todavia, se compreendermos a urbanização como atualmente se caracteriza – um processo de expansão das cidades resultante do processo de industrialização. Como explica Lefebvre, esse é um fenômeno mais recente, que iniciou, na Europa, no fim do Século XVIII, e no Brasil, no fim do Século XIX. Porém, no Brasil e em alguns países onde a industrialização foi tardia, ao contrário do que aconteceu na Europa, podemos afirmar que houve uma diferenciação entre cidade e campo e uma urbanização antes mesmo do aparecimento das primeiras indústrias, pois, anteriormente a uma verdadeira divisão do trabalho, a partir da produção, os grandes proprietários fundiários que frequentavam a cidade, com o desejo de modernizar-se, tentaram adotar “o modelo de urbanização ocidental” (MAIA, 1994, p. 10). Queiroz (1978, p. 57) defende a hipótese de que,

[...] primeiramente se difundiu no Brasil um gênero de vida⁵, o da sociedade burguesa, a partir de mais ou menos 1820, e antes de entrar o país em verdadeiro processo de industrialização. O novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, porém muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual. O que é mais, a partir deste momento – julgamos – vida na cidade e vida no campo também passam a diferenciar-se muito em qualquer nível social.

Com base nas reflexões sobre a urbanização brasileira no Século XIX, realizadas por Maia (1994) e Queiroz (1978), verificamos que o modo de vida nas cidades começava a se divergir em relação ao modo de vida do campo. Esse fato ficava explícito nos objetos materiais importados e, sobretudo, nos costumes vivenciados na cidade que eram reproduzidos conforme as normas vindas dos países europeus, o que fazia com que o

⁵ É importante destacar que preferimos utilizar a noção de modo de vida à de gênero de vida. O termo “genre de vie” proposto por La Blache, muito utilizado nos estudos regionais, referia-se ao conjunto de hábitos e técnicas desenvolvidos pelos grupos humanos em determinados lugares ou regiões e estava relacionado às particularidades culturais existentes em cada grupo, devido às suas relações com outros grupos e com o meio em que habitavam. Segundo Maia (2000), esse termo ao ser traduzido do francês para o português, recebeu duas denominações. Alguns autores o converteram do sentido literal para o termo “gênero de vida”; outros traduziram para a expressão “modo de vida”, levando em consideração o sentido anterior. Assim como essa autora, optamos pelo termo “modo de vida”, pois este se refere diretamente a uma maneira ou forma de vida.

comportamento do indivíduo variasse conforme estivesse no campo ou na cidade (QUEIROZ, 1978).

No Brasil, o processo de urbanização teve níveis e dinâmicas diferentes, dependendo da localização, do período e, principalmente, das políticas econômicas. Em cidades do interior do território, onde o comércio se mantinha da produção agrícola, e essa produção era voltada para o mercado interno, a população urbana, embora se diferenciasse da população do campo, estava muito próxima dele e ainda conservava algumas práticas e hábitos rurais, sobretudo a população que ficava na periferia e nos arredores das cidades.

As cidades brasileiras, mesmo depois da independência, levando em consideração a divisão internacional do trabalho, continuaram desempenhando a função de fornecedoras de matérias-primas para as nações industrializadas. Somente entre o final do Século XIX e começo do Século XX, iniciou-se o processo de industrialização no país, com o objetivo de substituir as importações de produtos vindos do exterior. As primeiras indústrias produziam bens de consumo não duráveis, e sua estrutura e seu maquinário eram muito simples.

Daí em diante, algumas cidades adquiriram o aspecto de cidade industrial. A partir de então, podemos dizer que, no Brasil, começou uma verdadeira divisão do trabalho entre a cidade e o campo, pois, “no seu intercâmbio com o campo, a cidade pôde finalmente oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar” (SINGER, 1995 [1973], p. 111). O desenvolvimento tecnológico e a intensificação da industrialização no país proporcionaram, inicialmente, a divisão do trabalho entre cidade e campo, no entanto, aos poucos, foram se estruturando outras divisões, como a divisão do trabalho entre as regiões do país que, anteriormente, não se inter-relacionavam, apenas mantinham relações com o exterior. Entretanto, no Brasil, a intensificação do processo de industrialização não foi rápida e só veio provocar modificações no crescimento das cidades, a partir da década de 1930 em diante, como destaca Andrade (2007) que, ao refletir sobre a economia urbana brasileira, afirma:

O Brasil, que fora até os fins do século passado um país eminentemente agrícola, cujas cidades principais, exercendo funções administrativas e comerciais, tinham um crescimento lento, começou a apresentar, a partir de 1900, com a República, um crescimento urbano mais acelerado. Essa aceleração se acentuaria a partir de 1930 e mais ainda na década 1941-50, a ponto de a sua população urbana ter atingido, nessa época, uma porcentagem superior a 36 % do total. (ANDRADE, 2007, p. 217-218)

Entendemos que, no Brasil, antes de o processo de industrialização se intensificar, a partir do final do Século XIX, algumas cidades mostravam um considerável crescimento

populacional e um modo de vida diferenciado em relação ao campo. Contudo, o movimento era lento e acontecia devido ao capital obtido nas atividades primárias e à relação de proximidade com o campo. O processo de industrialização provocou uma dinamização nas cidades e resultou em uma grande concentração populacional e de serviços. É a partir daí que se propaga, nas cidades brasileiras, a ideia de que a cidade representava o moderno, e o campo, o atrasado.

Com o avanço do processo industrial, o campo também se modernizou. No Brasil, sobretudo a partir das décadas de 1950-60, a incorporação de tecnologias e a modernização no campo redefiniram as relações cidade-campo, e algumas áreas agrícolas foram dominadas por novos aparatos técnicos e por novas lógicas de produção. Santos (1993) destaca que a modernização agrícola aconteceu de maneira generalizada na região concentrada (que abrange alguns estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste), no entanto, no restante do país, ocorreu seletivamente. Desde então, observa-se o que alguns autores, entre eles, Guimarães (1977), denominam de “modernização agrícola conservadora”. Esse termo diz respeito às características da modernização agrícola no Brasil, que ocorreu associando a entrada de inovações tecnológicas no campo à manutenção e à ampliação da concentração e da especulação fundiária pelos grandes proprietários rurais.

Tais circunstâncias provocaram a expulsão de pequenos agricultores do campo, forçando-os a migrarem para as cidades, pois a maioria não tinha condições de competir com os grandes produtores e manter sua produção. Assim, esses pequenos agricultores, em grande parte, não proprietários, tiveram como saída procurar na cidade melhorias de vida, onde se alocavam nas mais diversas condições. Muitos mantiveram práticas originárias do campo, por “necessidade” ou por “desejo” (MAIA, 1994).

Pelo exposto, verificamos que, no Brasil, o campo sempre esteve muito próximo da cidade. E embora reconheçamos a existência de fatores responsáveis pela difusão do urbano no campo, como a intensificação da modernização e a reestruturação produtiva, não podemos esquecer a permanência do modo de vida rural que, ainda que se altere com o crescimento urbano, permanece não só no campo, mas também na cidade. É nesse sentido que Maia (1994), ao se referir à cidade de João Pessoa, chama-nos a atenção para a permanência de atividades rurais:

O fato de as cidades assim *urbanizadas* apresentarem um alto índice de população *urbana* nas suas estatísticas, não significa que esta população esteja inserida numa economia urbana. Parte dos seus habitantes continua praticando atividades

tipicamente rurais, seja no meio rural, seja dentro mesmo dos chamados espaços urbanos. (1994, p. 31) (grifos da autora)

A divisão do trabalho entre cidade e campo, atualmente, é cada vez mais complexa devido a diversos fatores, a saber: a expansão do urbano e a reestruturação produtiva; atividades urbanas, no campo, e rurais, na cidade; além das atividades econômicas que mesclam o urbano e o rural. No campo, temos visto o aparecimento de atividades que reproduzem práticas tipicamente rurais a partir da lógica urbana. É o caso do turismo rural, em que se emprega um modo de vida rural como estratégia de mercado. Outra atividade é a ampliação do mercado imobiliário, em que se utiliza o campo para a construção de condomínios rurais para segundas residências.

Ainda que a expansão do urbano, ao longo do campo, seja uma realidade incontestável, isso não ocorre sempre de modo contínuo, pois, em meio a esse contínuo urbano, persistem descontinuidades rurais. Assim, considerando-se a realidade brasileira, como refere Maia (1994), na citação acima, as ruralidades não são encontradas somente no campo, mas também nas cidades. Por isso, nosso objetivo é de entender a existência de atividades que se caracterizam pelo modo de vida rural na cidade de Campina Grande, utilizando a discussão em torno da relação cidade-campo que, nos últimos anos, tem estado presente nas pesquisas dos geógrafos brasileiros. Partindo dessa compreensão, apresentaremos as noções basilares para esta pesquisa: cidade, campo, urbano e rural. Nosso intuito é de resgatar algumas opiniões sobre a relação entre cidade e campo e entender o fundamento do que delas derivam: o urbano e o rural, pensando, sobretudo, na realidade brasileira.

1.3 Cidade, campo, urbano e rural: perspectivas e análises

O desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho determinaram uma organização social e econômica entre cidade e campo, especificando o campo como responsável pela produção agrícola, e a cidade, pela produção industrial, pelo comércio e pelos serviços. Entretanto, atualmente, temos vivenciado uma reestruturação produtiva, cujas atividades econômicas originalmente encontradas nas cidades têm se fixado no campo. Nesse sentido, a relação cidade-campo está despertando cada vez mais a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como sociólogos, geógrafos, economistas, antropólogos, etc., cujas pesquisas têm demonstrado a necessidade de se compreenderem as mudanças provocadas com as novas relações estabelecidas entre a cidade e o campo.

Temos identificado que a maioria dos trabalhos acerca da relação cidade-campo trata da expansão do urbano sobre o campo, em que os autores buscam identificar os novos objetos e entender como se dão as novas relações entre esses espaços. É comum encontrarmos discussões embasadas em conceitos e noções, tais como: novo rural, novas ruralidades, pluriatividade, *continuum* rural-urbano, urbanidades no rural, espaço periurbano, entre outras denominações. Embora essas definições não deem conta de analisar o nosso objeto de estudo – a permanência de práticas rurais na área urbanizada da cidade de Campina Grande – precisamos abordá-las, uma vez que são noções fundamentais para a análise.

Nessa perspectiva, a fim de fundamentar nossa discussão, procederemos a um debate sobre os pares conceituais cidade/campo e urbano/rural, apontando como tais conceitos foram modificados devido à intensificação do processo de urbanização. Abordaremos as principais perspectivas que vêm sendo construídas sobre a relação cidade-campo, no contexto atual brasileiro, e apresentaremos o que se define por zona urbana e zona rural na legislação brasileira e ainda refletiremos sobre as práticas rurais mantidas na cidade de Campina Grande, que revelam uma realidade bem diferente das que são ressaltadas por outros pesquisadores no restante do país, sobretudo em municípios e cidades das Regiões Sul e Sudeste.

Anteriormente à segunda metade do Século XX, os interessados em entender a cidade e o campo fundamentavam suas pesquisas nas diferenças encontradas entre esses espaços, pois eles eram considerados espaços contraditórios que apresentavam realidades muito distintas, logo, não havia uma preocupação com a relação que havia entre ambos os espaços – cidade e campo – a análise era feita baseada na concepção dicotômica, e os estudos realizados de modo sistemático e comparativo.

Marx (2007 [1932]) expõe que a “cidade já é obra da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, do desfrute e das necessidades, ao passo que o campo representa o expoente cabal ao fato contrário, quer dizer ao isolamento e à solidão”. Nessa assertiva, podemos perceber uma descrição característica de uma análise dicotômica, pois as características de cada espaço são apresentadas com um enfoque nos aspectos opostos – concentração e isolamento – de cada um. É importante frisar que o período vivenciado por Marx – Século XIX – foi uma fase de grande efervescência industrial na Europa, onde os contrastes entre a vida urbana e a rural se intensificaram.

No início do Século XX, uma das áreas do conhecimento que demonstrou bastante interesse em analisar as particularidades da cidade e do campo foi a Sociologia. As pesquisas

nessa área apontavam critérios diferenciados fundamentais para se comparar a sociedade urbana com a rural. Os principais critérios destacados por Solari (1979) e que eram utilizados nesse período eram: a ocupação dos indivíduos (atividade econômica), o contato com a natureza, a densidade populacional, a diferenciação social, a mobilidade, a estratificação e a interação social, as relações diretas e indiretas e a relação com a vizinhança. Além disso, a cidade e o campo eram compreendidos com base em seu oposto e definidos levando em consideração o outro. Também não havia uma diferença entre forma e conteúdo, ou seja, a cidade e o urbano eram definidos como uma única coisa, assim como o campo e o rural. Por conseguinte, a organização espacial e o modo de vida, eram compreendidos a partir de um mesmo conceito.

Tal fato é evidente quando resgatamos as ideias de Park (1973), que atribui ao conceito de cidade aspectos materiais e sociais. Assim, a cidade é composta por instalações necessárias às atividades citadinas, estruturas administrativas e políticas, serviços, mas também por um conjunto de costumes e tradições. Park afirma que

a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, *ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones* etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos - *tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis* de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um *corpo de costumes e tradições* e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (PARK, 1973, p. 28) (grifo nosso).

Na primeira metade do Século XX, Wirth (1973), destacando o urbanismo como um modo de vida, coloca à frente dos estudiosos da época e estabelece uma diferença entre os conceitos cidade e de urbano ao afirmar que as cidades se limitam à estrutura física, enquanto o urbano pode se espalhar em direção a comunidades rurais, o que possibilita que o modo de vida urbano penetre o campo. Do mesmo modo que Solari (1979) destacou as relações sociais como um critério para diferenciar a sociedade rural da urbana, Wirth (1973) evidenciou, como característica do modo de vida urbano, a substituição dos contatos primários (diretos) pelos secundários e o enfraquecimento dos laços familiares e da relação com a vizinhança.

A diferenciação proposta por Wirth (1973) entre cidade e urbano fica mais evidente a partir da segunda metade do Século XX, quando ocorrem mudanças no campo provocadas pela industrialização e pela entrada de equipamentos e de hábitos urbanos. Daí em diante, os autores passaram a identificar urbano e rural como modos de viver e de apropriar o espaço.

Em contrapartida, cidade e campo se restringiram a realidades espaciais, que tendem cada vez mais a se relacionar de maneiras distintas produzindo uma realidade complexa.

Da segunda metade do Século XX em diante, o interesse em estudar a relação cidade-campo põe-se em evidência. Essa relação passa a ser compreendida por alguns através da expressão *continuum* rural-urbano. Um dos primeiros a sistematizar a noção de *continuum* foi o antropólogo Redfield, que propôs a existência de um *continuum* entre o campo e a cidade, com o intuito de ressaltar as permanências e as transformações sofridas pelas comunidades rurais a partir da influência do modo de vida urbano.

Para Redfield (*apud* CARMO, 2009), existiam estágios de sociedades conforme sua vinculação com o urbano, tais como: as pequenas comunidades ou primitivas (*tribal village*), que eram autossuficientes e se encontravam imunes a qualquer tipo de ligação com territórios mais urbanizados; as sociedades camponesas (*peasant village*), que não eram completamente autônomas e estabeleciam algumas ligações com os meios urbanos; e as sociedades urbanas (*town city*), que representavam as cidades mais desenvolvidas. (CARMO, 2009)

O termo *continuum* rural-urbano vem sendo utilizado, mais recentemente, a partir de várias vertentes. Podemos distinguir três vieses de análise, pois alguns o utilizam para dar ênfase à inevitável urbanização do campo; outros, para explicar o aparecimento de áreas que mesclam aspectos rurais e urbanos; e há os que, apesar de admitir a existência de um movimento contínuo de expansão do urbano, destacam a permanência do rural tradicional e sua reconstrução.

No primeiro enfoque, observamos uma forte relação do *continuum* rural-urbano com a expansão do urbano sobre o campo. Essa concepção baseia-se na ideia de que ocorrerá uma total “urbanização do campo”, por isso ele perderá as características relacionadas ao rural tradicional e surgirá uma realidade com novos elementos e novas relações provenientes da junção do urbano com rural, formando, então, o espaço rurbar. O termo “rurbano” é utilizado para dar ênfase à superação entre os dois espaços, onde desaparecem tanto a vida urbana quanto a rural, ou seja, tem-se uma fusão entre os dois espaços e os dois modos de vida.

No Brasil, um grupo de pesquisadores, coordenado pelo Professor Graziano da Silva, vem desenvolvendo, com base nessa interpretação, o Projeto Rurbano, que tem como objetivo analisar as principais transformações ocorridas nas últimas décadas no espaço rural brasileiro.

Utilizando-se de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os estudos coordenados pelo referido professor pretendem mostrar o crescimento do que denominam de “novo rural brasileiro”. O grupo tem verificado, no espaço rural brasileiro, principalmente no Centro Sul, mudanças como o aumento de atividades não agrícolas e de pessoas do campo envolvidas nessas atividades e no rendimento dessa população (SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002).

Conforme Silva (1997), o “novo rural brasileiro” é um *continuum* urbano, que se modifica e se encontra cada vez mais urbanizado, devido a dois fatores: ao “processo de industrialização da agricultura” e ao “transbordamento do mundo urbano naquele espaço que, tradicionalmente, era definido como rural”. Graziano da Silva (1997) assevera que o “novo rural” compõe-se basicamente de três grupos de atividades: a) a agropecuária moderna diretamente ligada às agroindústrias; b) as atividades não agrícolas relacionadas à moradia, ao lazer, às atividades industriais e à prestação de serviços e c) as “novas” atividades agropecuárias, que são as atividades tradicionais do campo que estão sendo revalorizadas pelo mercado capitalista.

Na segunda vertente sobre o *continuum* rural-urbano, verificamos a utilização desse termo para explicar o surgimento de espaços intermediários entre a cidade e o campo, os quais, apesar de ainda não estarem localizados na área urbana, são muito influenciados pelas atividades advindas dela. Nessa perspectiva, os autores consideram que, embora permaneçam características tradicionais rurais no campo, a expansão da malha urbana tem adentrado esse espaço, provocando mudanças socioeconômicas e espaciais. Portanto, ressaltam que o processo de urbanização tem proporcionado o crescimento de atividades não agrícolas associadas às atividades agrícolas, e isso contribui para a formação de áreas complexas de transição rural-urbana que, apesar de manterem paisagens rurais, mesclam, cada vez mais, as lógicas rural e urbana.

Assim, há grupos de estudiosos que procuram entender o “espaço periurbano”, geralmente, utilizando as ideias expostas sobre o *continuum* rural-urbano. Nesse sentido, destacamos as reflexões que vêm sendo construídas por Vale (2005), que refere que, entre o campo e a cidade, existe um *continuum* espacial que, ao mesmo tempo, interliga e distingue essas duas realidades. Tal área de transição evidencia uma grande interdependência e complementaridade entre esses espaços, por isso é difícil diferenciar o que seria uma paisagem rural ou urbana, a essa área a autora denomina de espaço periurbano.

A outra vertente trata o *continuum* rural-urbano como um processo constante de expansão do urbano sobre o campo, que, apesar de provocar mudanças nas relações cidade-campo e proporcionar o surgimento de novas áreas de transição e novos conteúdos, não elimina os conteúdos originais de cada espaço. Nesse sentido, a existência do *continuum* urbano sobre o campo não provoca uma homogeneização dos espaços, mas uma sobreposição de usos e de práticas espaciais diferenciadas e contraditórias. Poderíamos relacionar vários autores a essa vertente, no entanto, a maior parte deles não utiliza a expressão *continuum* rural-urbano para fundamentar suas ideias, ao contrário, criticam-na, afirmando que ela representa a inexorável urbanização do campo e o desaparecimento do modo de vida rural tradicional.

Rosa & Ferreira (2006), todavia, apesar de destacarem as novas relações entre cidade e campo, demonstram uma preocupação acerca da necessidade de estudos que discutam o modo de vida rural e a própria ruralidade, confirmando que, no Brasil, em meio aos processos de transformação, tanto no campo quanto na cidade, existe uma ruralidade em reconstrução interligada ao urbano que carece de análises. Assim, as autoras propõem que se deve pensar no uso da definição de *continuum*, desde que não seja baseado nas ideias relacionadas à dicotomia e à visão voltada para a abrangência total do urbano em contraposição ao rural. Então, consideram que

[...] campo e cidade só podem ser concebidos – na contemporaneidade – em suas relações. [...] E nesse contexto, acredita-se que o conceito de *continuum* possa ser repensado, não para reforçar a dicotomia urbano-moderno versus rural-atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade – e tanto a população rural, quanto a população urbana – são partes de uma mesma sociedade. (ROSA & FERREIRA, 2006, p. 196)

Como vimos, a ideia de *continuum* rural-urbano pode denotar vários direcionamentos. Aqui, tentamos agrupar em três vertentes principais para facilitar a compreensão. Ressaltamos que, atualmente, podemos encontrar, de maneira clara ou subentendida, cada uma dessas vertentes. A expressão *continuum*, geralmente, não é utilizada como foco principal nas pesquisas, contudo, a forma como é exposta no texto, associada a outros termos e conceitos, auxilia a se entender o posicionamento do autor acerca da relação cidade-campo. Logo, para visualizar como tem sido estudada a relação cidade-campo, sobretudo no Brasil, é necessário destacarmos algumas pesquisas realizadas recentemente e os principais conceitos básicos utilizados.

Conforme o nosso levantamento bibliográfico, existem alguns estudiosos e grupos de pesquisa preocupados em compreender as mudanças que vêm ocorrendo nas relações entre

cidade/campo e urbano/rural. Tais preocupações já resultaram em frutos como artigos, dissertações e teses sobre o tema. Essa realidade se diferencia bastante de duas décadas atrás, período em que ainda não havia tantos trabalhos e projetos interessados nessa discussão. Entre esses grupos de pesquisa, destacamos o Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense (NEGEF), coordenado pelos Professores Glaucio Marafon e João Rua no Rio de Janeiro, que desenvolvem pesquisas e orientam trabalhos que têm como objetivo compreender as mudanças espaciais, sociais e políticas causadas pela crescente urbanização, no interior fluminense, e verificar as estratégias da produção familiar para sobreviver, seja através de empregos agrícolas ou não agrícolas, bem como entender o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo.

Assim, os pesquisadores acima debatem sobre as mudanças provocadas, principalmente, pela intensificação da urbanização e pelo estabelecimento de novas atividades no campo, sobretudo em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. Para tanto, estruturam as discussões a partir da necessidade de se repensar o rural (a ressignificação do rural), e a fim de explicar as novas atividades encontradas no campo utilizam noções e conceitos, como: urbanidades, ruralidades, novas ruralidades, urbanidades no rural e pluriatividade.

Biazzo (2009), Fusco (2005), Silva (2008) e Rua (2003) compreendem que o rural, no Rio de Janeiro, já não pode ser associado apenas às atividades agrícolas e que é preciso repensar a existência das atividades não agrícolas no campo. Em relação ao processo de urbanização, entendem que a lógica urbana avança e chega ao campo, no entanto, esse processo não causa o fim do rural, mas proporciona, devido às inter-relações entre urbanidades e ruralidades, o aparecimento de novas ruralidades.

Para explicar a dinamicidade entre as atividades urbanas e as rurais, os autores supracitados preferem utilizar os termos urbanidades e ruralidades em vez de urbano e rural, pois urbanidades-ruralidades estão relacionadas a lógicas, a racionalidades e a aspectos culturais (e não, apenas, econômicos), que se territorializam, ao contrário dos termos urbano e rural que, apesar de se referir a lógicas e a modos de vida específicos, geralmente estão relacionados a um recorte espacial e, às vezes, precisam desse recorte espacial para ser bem mais compreendidos. Biazzo (2009, p. 79) refere que “o uso das expressões ruralidades e urbanidades parece mais adequado do que ‘rural’ e ‘urbano’, pois expressam maior dinamismo através de identidades sociais que constantemente se reconstroem”.

Rua (2003) afirma que rural e urbano se integram, mas sem se tornarem a mesma coisa, pois preservam suas especificidades. Para chegar a essa assertiva, o autor baseia-se tanto em estudos que centram a análise no urbano quanto em obras que dão ênfase às especificidades do rural. Logo, enfatiza o processo de urbanização da sociedade e, ao mesmo tempo, a permanência do rural, que, segundo ele, se dá, dentre outros modos, pela reapropriação de elementos da cultura rural pelo urbano. Assim, propõe o uso das expressões “urbanidades no rural” e “novas ruralidades” simultaneamente, pois, desse modo, é possível ter uma dimensão dos processos que caracterizam as relações entre cidade e campo sem perder de vista a ideia do todo. Para esse autor, “desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re) significação do rural e da natureza” (2003, p. 54).

O fenômeno da pluriatividade, definido por Silva (1997) a partir da perspectiva econômica, como a “combinação de atividades agrícolas e não agrícolas”, vem sendo observado e estudado no interior do Rio de Janeiro pelos integrantes do NEGEF, que têm procurado desvendar essa noção destacando-a como uma possibilidade de resistência das famílias para permanecerem no campo diante da expansão do urbano, contrapondo-se, portanto, à associação dessa noção somente à expansão de atividades não agrícolas nos espaços rurais. Silva (2008) destaca o caráter heterogêneo e diversificado desse fenômeno, ao compreendê-lo como o entrelaçamento da expansão da modernização e da lógica urbana sobre o campo com as estratégias sociais e produtivas de permanência das famílias.

Com base no exposto, entendemos que os integrantes do NEGEF ressaltam, na análise acerca da relação cidade-campo, a sobreposição e a inter-relação entre as lógicas urbana e rural. Utilizando como objeto de estudo municípios ou regiões do interior fluminense, procuram dar ênfase à expansão do urbano sobre o campo e observam tanto as mudanças quanto as permanências. Os termos urbanidades, ruralidades, novas ruralidades e urbanidades no rural são utilizados simultaneamente, visando dar conta da realidade, que é compreendida como um espaço híbrido composto por várias territorialidades que são constituídas a partir da lógica urbana e da lógica rural.

No Rio Grande do Sul, alguns professores e estudantes também vêm demonstrando interesse pela temática “relação cidade-campo”, e assim como no Rio de Janeiro, os trabalhos destacam as mudanças ocasionadas pela expansão da lógica urbana sobre o campo. No entanto, a dissertação de Kozenieski (2010), orientada por Medeiros, apesar de reconhecer o

aparecimento de atividades não agrícolas no município (como haras, sítios de segunda residência, estabelecimentos de lazer rural, etc.), teve como objetivo analisar a permanência de atividades caracteristicamente agrícolas no município de Porto Alegre.

Kozenieski (2010), para explicar a existência de atividades agrícolas frente à expansão do urbano, utilizou o conceito de território e a noção de territorialidade. Percebemos que as reflexões desse autor são bastante similares às reflexões que estão sendo realizadas pelo NEGEF. É possível verificar tal posicionamento quando ele afirma:

[...] A urbanização se faz presente na escala local como a presença de urbanidades no rural. A presença dessas urbanidades não significa necessariamente a extinção do rural, podem representar um espaço híbrido, de convívio desses dois modos de vida, com a conformação de espaços híbridos. Contudo, a massiva presença de urbanidades pode extinguir o rural. Dessa forma, acreditamos que o rural configura-se como um espaço singular, no qual atividades tradicionais e mais recentes se encontram, é um espaço com territorialidades intensas, no qual cada vez mais vem incorporando elementos urbanos em sua constituição. A presença de urbanidades não significa o fim do rural, pode representar o convívio dessas suas espacialidades. Entretanto, a transformação com características intensa podem extinguir-la. (KOZENIESKI, 2010, p. 39)

A citação acima resume bem o modo de pensar do autor, e como podemos observar, ele utilizou os mesmos termos analisados por Rua (2003): “urbanidades no rural” e “espaço híbrido”. As análises acerca da relação cidade-campo são bem semelhantes, contudo, ao invés de destacar as urbanidades no rural, Kozenieski teve como propósito destacar as atividades rurais presentes na área rural do município de Porto Alegre, verificando duas territorialidades: uma expressa através da identidade dos produtores com o lugar e com as atividades agrícolas, marcada pelo prazer e por se manter mesmo diante da especulação imobiliária; e a outra, caracterizada pela estagnação e por ser mantida por agricultores com idades elevadas que não querem mudar de profissão nem buscar alternativas.

Observamos aqui interpretações sobre a relação cidade-campo que procuram entendê-la na perspectiva da existência e da construção de multiterritorialidades (urbanidades e ruralidades) entre esses dois espaços. Esse modo de pensar foi encontrado recorrentemente entre estudiosos que desenvolvem pesquisas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Conforme suas pesquisas, é necessário repensar a cidade e o campo, pois as relações intensas entre eles têm proporcionado a construção de novas urbanidades e de ruralidades, que são territorialidades sobrepostas num espaço híbrido, onde é difícil definir o que é rural e o que é urbano.

Existem alguns trabalhos, desenvolvidos por estudiosos em municípios do interior paulista que, embora não se contraponham a essas reflexões, têm dado destaque aos conceitos

urbanização difusa ou dispersa e espaço periurbano, que têm sido utilizados para analisar a relação cidade-campo em municípios onde a urbanização se caracteriza pelo processo de desconcentração espacial, que provoca o crescimento das cidades de maneira espraiada, proporcionando, por conseguinte, o estabelecimento de atividades urbanas em áreas rurais distantes das cidades.

Apesar de os conceitos “urbanização dispersa ou difusa” e “espaço periurbano” ainda serem definições pouco utilizadas no Brasil, alguns pesquisadores como Sposito (2011) e Reis (2006) têm procurado difundir-las e utilizá-las analisando algumas cidades e municípios particularmente do Sudeste brasileiro. Nesse sentido, encontramos dois trabalhos que discutem a relação cidade-campo e que recorrem a esses dois conceitos: um deles é uma dissertação desenvolvida por Noronha (2008), cujo objeto de estudo foi o município de Jundiaí-SP; o outro é uma tese realizada por Vale (2005), escrita com o objetivo de definir e compreender o conceito de espaço periurbano como uma categoria de análise geográfica. Essa última autora buscou entender a dinâmica e as características do espaço periurbano no município de Araraquara-SP.

A urbanização difusa ou dispersa caracteriza-se não apenas pela expansão da lógica urbana, mas também da malha urbana de maneira intensa, ou seja, a cidade difunde-se para além dos limites administrativos. É nesse sentido que Dematteis (1998) relacionou, de modo metafórico, essa urbanização a uma mancha de azeite. Essa desconcentração urbana está associada a vários fatores, como a expansão dos meios de comunicação, a mecanização agrícola e a difusão industrial e de serviços, além da busca da população citadina pela moradia e pelo lazer em áreas rurais não tão distantes das cidades.

Vale (2005, p. 17) e Noronha (2008, p. 117) consideram o espaço periurbano como resultado do processo de desconcentração urbana. Para ambos os autores, o espaço periurbano é uma área de transição rural-urbana onde se verifica uma crescente complexidade e interdependência entre a cidade e o campo. Assim, tanto a urbanização difusa quanto o espaço periurbano estão relacionados à expansão das malhas urbanas e ao surgimento de novos conteúdos em áreas rurais, consideradas áreas de transição rural-urbana.

Sob o ponto de vista de Vale (2005), a característica marcante do espaço periurbano é a plurifuncionalidade. Ela enuncia que, embora a mistura de usos do solo não seja uma característica exclusiva desse espaço, já que são comuns as práticas agrícolas em áreas urbanas e a implantação de indústrias em áreas rurais, “no espaço periurbano, essa mistura

pode ser tão intensa, que dificulta a separação entre o que é rural (ou agrícola) do que é urbano. Isso permite que a dinâmica periurbana tenha características próprias” (2005, p. 81-82). Pablo Gutman, Graciela Gutman e Guillermo Dascal (1987, p. 17), analisando o espaço periurbano da Grande Buenos Aires, também salientam que “es un área de competencia de numerosos usos, y por ello mismo de conflictos potenciales. Notoriamente el uso rural es el más débil, el que cede espacio frente al avance de las otras actividades”.

A partir do exposto, verificamos que se tem discutido muito sobre a intensificação e a expansão da urbanização sobre o campo. Os debates a respeito do fenômeno urbano e a relação cidade-campo, geralmente, baseiam-se em abordagens centradas nos novos conteúdos e nas novas relações que vêm surgindo entre a cidade e o campo. Contudo, isso não significa dizer que as reflexões expostas até aqui não reconheçam a permanência do rural tradicional, mas queremos destacar que a maioria das pesquisas utiliza como objeto de análise o aparecimento das novas ruralidades, como, por exemplo, as agroindústrias, as segundas residências, o turismo rural, a pluriatividade, etc., provocados pela expansão do modo de vida e dos equipamentos urbanos sobre o campo.

Nesse sentido, o foco das pesquisas sobre a relação cidade-campo está no campo, mais precisamente, na maneira como o campo e o rural têm se modificado devido à expansão do processo de urbanização. Pensando a partir desse aspecto, nossa pesquisa segue outro viés, pois se propõe a analisar a relação cidade-campo dando destaque à manutenção do rural tradicional, e à manutenção desse rural não no campo, mas nos interstícios da área urbana edificada da cidade, particularmente, da cidade de Campina Grande.

Tal ideia surgiu ao percorrermos as ruas, sobretudo dos bairros periféricos da cidade, e encontrarmos muitos currais nos fundos ou nas laterais de alguns terrenos, pessoas levando o gado para pastar e resquícios de antigas propriedades rurais. Tais evidências do modo de vida rural são perceptíveis na área urbana. Na análise ora realizada, não cabe uma discussão sobre a delimitação da área estudada – se é campo, cidade ou espaço periurbano – a discussão tem como foco a cidade, onde as atividades urbanas são predominantes como um todo, embora o que ressaltamos sejam aqueles “subespaços rurais” na cidade. Alguns deles se concentram na nossa área de estudo, exatamente sob a rede de alta tensão, onde não pode haver edificações, e a apropriação dos terrenos é feita por pessoas que mantêm práticas rurais. Subespaços rurais foi um termo proposto por Maia (1994) para definir as áreas com atividades rurais encontradas no perímetro urbano de João Pessoa-PB. Em sua pesquisa, a autora verificou que

os subespaços rurais se localizavam, principalmente, nas margens dos rios que cortam essa cidade.

Convém ressaltar que não embasamos nossa discussão no conceito de espaço periurbano, pois examinamos atividades que se encontram completamente no interior da área urbana do município, ou seja, no espaço intraurbano. Talvez, possamos pensar, atualmente, na conformação de uma área como espaço periurbano em Campina Grande, por exemplo, no eixo de saída para Lagoa Seca - PB, onde se encontram, de maneira misturada, condomínios horizontais fechados, restaurantes, bares, lojas de plantas ornamentais e de artesanatos, loteamentos populares, chácaras de segunda moradia, pousadas e sítios com produção de hortaliças e frutas.

Ainda que existam terrenos não edificadas perto da rede de alta tensão, eles são lotes urbanizados à espera de valorização. Nessa área, não observamos, de modo evidente, aspectos de transição entre a lógica urbana e a lógica rural que caracterizam os espaços periurbanos. Ademais, devido à malha urbana ainda apresentar vestígios da expansão espraiada, abrangendo espaços construídos e espaços não edificadas, é possível encontrar atividades e práticas rurais no interior do perímetro urbano. Logo, o que verificamos e queremos ressaltar, neste trabalho, é a permanência de atividades rurais dentro da malha urbana, pois, em Campina Grande, assim como em muitas cidades brasileiras, essas atividades vêm resistindo ao crescimento do tecido urbano e permanecem como resquícios em áreas que, por vários motivos, não estão ocupadas.

Em Campina Grande, a malha urbana se expande de forma dispersa, dentro do próprio perímetro urbano, ainda não urbanizado. Isso é comum em cidades de países subdesenvolvidos, onde o Estado, ao promover a expansão da cidade, deixa, nos interstícios, extensas propriedades rurais, que se configuram como grandes espaços “vazios” e beneficiam sobremaneira os proprietários fundiários, cujas terras passam por um “período de pousio”, ou seja, por um período em que se espera a valorização dessas terras a partir da implantação dos equipamentos de infraestrutura urbana. Maia (1994, p. 50) esclarece essa característica peculiar do processo de urbanização das cidades brasileiras:

As malhas das cidades, mais notoriamente as do “mundo subdesenvolvido”, expandem-se de forma dispersa e desordenada, deixando amplos vazios. Este é o resultado da compra e parcelamento de terras com fins especulativos, mantendo-os em reserva à espera do incremento de seu preço. Consequentemente, os vazios ocupam vastas superfícies propícias à agricultura/pecuária, o que muitas vezes gera espaços conflitivos, onde atividades e modos de vida divergentes passam a conviver lado a lado, um no outro.

Nessa citação, a autora destaca que a existência de áreas não edificadas, dependendo da localização na cidade, torna possível a prática de atividades primárias, como a agricultura e a pecuária. Singer (1995 [1973], p. 94) também expressa que, apesar de a cidade se caracterizar pela ausência de atividades primárias, “não se pode desconhecer a presença de certas atividades agrícolas em cidades. Elas são, no entanto, praticadas na periferia da área urbana e constituem, em geral, atividades pouco importantes no contexto citadino.” Com base nessas colocações, ressaltamos que as atividades e as práticas rurais encontradas nas cidades brasileiras, geralmente, permanecem em áreas periféricas que, até o momento, não foram ocupadas (ou não podem ser ocupadas) e ainda conservam condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

A malha urbana se expande dispersamente, devido à atuação dos proprietários fundiários através da especulação imobiliária. Porém, é importante ressaltar que a própria legislação brasileira⁶ dá respaldo para essas ações, pois, ao mesmo tempo em que define a zona urbana, nega-a em seguida. O Código Tributário Nacional, artigo 32, parágrafo 1º, decreta que a delimitação da zona urbana⁷ deve ser definida em lei municipal considerando as áreas onde existam pelo menos dois dos equipamentos urbanos básicos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado. Por outro lado, no parágrafo seguinte, acrescenta, de maneira contraditória:

A lei municipal pode considerar urbanas *as áreas urbanizáveis*, ou de *expansão urbana*, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, *mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior*. (grifo nosso)

Analisando o trecho acima, vemos que, embora a zona urbana se caracterize pela presença de determinados equipamentos urbanos, qualquer área, ainda que não disponha desses equipamentos, pode ser considerada e delimitada como urbana. Portanto, não há nenhuma limitação para a expansão urbana. No Brasil, a zona rural é considerada como a “localização fora da zona urbana do Município”, ou seja, o que resta, logo, não existe uma intencionalidade voltada para a manutenção de áreas destinadas às atividades agropecuárias.

⁶ Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, denominada Código Tributário Nacional, regula o sistema tributário nacional e estabelece as normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

⁷ Os conceitos urbano e rural se referem às relações sociais, aos modos de vida e aos conteúdos produzidos, respectivamente, na cidade e no campo. Todavia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as legislações brasileiras ainda utilizam esses conceitos (urbano e rural) para definir o que entendemos como cidade e campo.

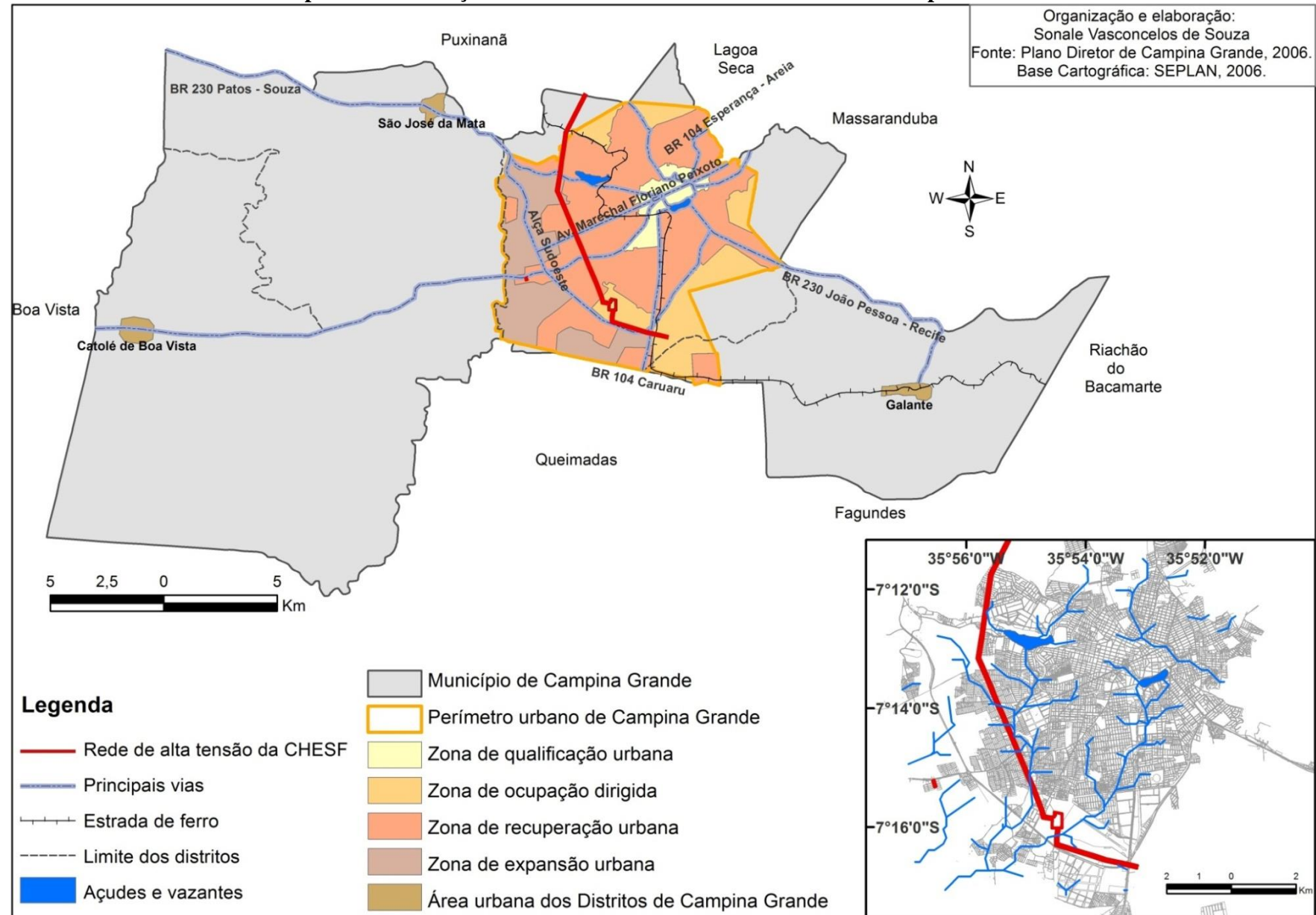
Em contrapartida, embora não ocorra em Campina Grande, atualmente, cada município, por meio do plano diretor, pode planejar e delimitar uma área para ser destinada a conservar a produção agropecuária no entorno da cidade.

As atividades primárias constituíram a base econômica do país durante muito tempo, desde a ocupação do território brasileiro até a primeira metade do Século XX, quando começaram a se instalar as primeiras indústrias no Brasil. As cidades brasileiras sempre tiveram uma proximidade com o campo. Inicialmente, o capital investido nas cidades em grande parte era obtido a partir da produção agropecuária. Assim, embora, com o passar dos anos, a industrialização tenha proporcionado uma expansão da urbanização e mais complexidade na divisão do trabalho, esses processos não se estabeleceram no espaço brasileiro da mesma forma e, em algumas cidades e regiões do país, as atividades agropecuárias ainda continuam sendo muito importantes.

Diante desses fatores, podemos encontrar, em muitas cidades brasileiras, a prática de atividades agropecuárias e a permanência de hábitos rurais, ainda que seja comum as instituições públicas não considerarem a existência de tais atividades dentro do perímetro urbano. Em Campina Grande, não é diferente, pois, ao andar pela cidade, podemos nos surpreender ao ver várias paisagens que retratam um modo de vida rural: pessoas cavalcando pelas ruas; carroças sendo utilizadas para transportar alimento do gado; animais pastando em vazantes; estabelecimentos como currais, cocheiras e chiqueiros; pessoas cuidando do gado ou tirando leite de vacas; plantações de capim; resquícios de antigas fazendas; pessoas adestrando cavalos; etc.

É interessante destacar que essas paisagens revelam áreas localizadas dentro do perímetro urbano que em grande parte, ficam encobertas pelas construções da cidade. Com base nas andanças e nos trabalhos de campo exploratório, verificamos que existem muitas criações de gado e plantações em Campina Grande. Algumas dessas atividades estão localizadas em propriedades privadas na área de expansão urbana, no entanto, existem várias criações de gado e pequenas plantações sendo mantidas na área, predominantemente residencial, sobretudo, onde se instalou a rede de alta tensão. Devido à grande dispersão das atividades rurais na malha urbana de Campina Grande, elegemos como área específica para a realização de trabalhos de campo os espaços ocupados sob a rede de alta tensão.

Mapa 1 – Localização da rede de alta tensão da CHESF em Campina Grande



A ocupação desses espaços com atividades rurais não ocorre somente em Campina Grande. Souza (2007, p. 27) aponta que, nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, “às vezes, podem ser encontradas, como minúsculas ilhotas em meio a um oceano de espaço construído, ‘extravagâncias espaciais’ como plantações de hortaliças, verduras e legumes (olericultura), desenvolvidas debaixo de torres de alta tensão”. Assim, como esse autor, também encontramos atividades rurais sob a rede de alta tensão na cidade estudada, no entanto, além de plantações, são perceptíveis muitas criações de gado. Essa é uma atividade que predomina na área.

O mapa 1 nos mostra que a rede de alta tensão está localizada dentro da malha urbana da cidade de Campina Grande. Por essa razão, preferimos não compreender a área delimitada como objeto de estudo a partir do conceito de espaço periurbano, porquanto ela se situa abaixo da rede de alta tensão e não se encontra no entorno da cidade, mas no seu interior, ou seja, explícita na área predominantemente construída da cidade, em que prevalecem a dinâmica e o modo de vida urbano.

Além disso, a área coberta pela rede de alta tensão, considerando a maior parte de sua extensão, está localizada na Zona de Recuperação Urbana, que, segundo a Prefeitura Municipal, “caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda” (Plano Diretor de Campina Grande, 2006). É nessa porção da cidade que se concentram os bairros populares. Como já adiantamos, as atividades rurais realizadas abaixo da linha de transmissão de energia são mantidas por pessoas de baixo poder aquisitivo, muitas das quais são aposentadas ou se sustentam com a renda obtida a partir de pequenas criações de gado.

Com base no exposto, compreendemos que há uma lógica dominante expressa na expansão da urbanização sobre o campo, contudo, baseando-nos em alguns estudiosos, como Maia (1994; 2000), por exemplo, reconhecemos que, embora haja um inevitável contínuo da cidade sobre o campo, tal fenômeno não provoca uma total homogeneização dos espaços, pois a produção do urbano implica a sobreposição de usos e de práticas espaciais diferenciadas e contraditórias que se complementam. Maia investigou os hábitos rurais na cidade de João Pessoa, e suas reflexões nos ajudam a compreender as permanências do rural no cotidiano e na (re) produção da cidade:

Assim, o mundo denominado moderno torna-se cada vez mais artificial. Há uma redefinição do espaço e do tempo. Muito embora este seja o processo avassalador e

o mundo bastante homogêneo, não há uma extinção por completo das diversidades. Mesmo fragmentados persistem diferenças e resistências, enfim os *resíduos*. Isto é, as sobrevivências de tempos e de espaços que muitas vezes sobrevivem no todo ou em parte. Portanto, *resíduos* que se tornam cada vez mais raros. [...] como já dissemos anteriormente, a realidade em sua complexidade não se mostra homogênea, e o espetáculo da cidade vai-se compor não só pelo progresso, mas também pelo reverso. E o campo, longe de ter desaparecido, permanece nas dissimulações dos seus limites. (1999, p. 215) (grifos do autor)

Entendemos que, no processo de (re) produção do urbano na cidade, podem ser verificadas duas tendências: uma voltada para a homogeneização a partir da difusão de um modo de vida urbano, e outra que conduz à resistência com base na manutenção de modos de vida diferentes do imposto pela modernidade. Para entendermos o porquê da permanência de atividades e hábitos rurais encontrados na cidade de Campina Grande, utilizaremos o conceito de “espaço vivido” elaborado por Lefebvre e utilizado por alguns geógrafos, entre eles, Damiani (2008) e Maia (2000). Esse conceito compõe a tríade: “espaço concebido, espaço vivido e espaço percebido”. É por meio desses conceitos que o autor explica os momentos contraditórios existentes na produção social do espaço.

Fundamentamo-nos em Lefebvre (1991c [1974]), por entendermos o espaço concebido como sendo aquele construído pelas estratégias econômicas e políticas, em que governantes e administradores elaboram modelos abstratos, distantes do real e reguladores das práticas sociais; já o espaço percebido consiste nas representações elaboradas por meio da percepção da produção social do espaço; e o espaço vivido é o que, conforme Damiani (2008) é “o espaço que os habitantes produzem, apesar da redução das relações diretas, implicada nas formas modernas do espaço concebido. Este é o plano das práticas espaciais” (2008, p. 88).

Com essa citação, esclarecemos que as práticas rurais encontradas sob a rede de alta tensão, em Campina Grande, não são produzidas de maneira legalizada nem levadas em consideração no planejamento da cidade, mas realizadas com base nas necessidades cotidianas e por um modo de fazer e de pensar que se contrapõem à lógica de produção que ali existe. Portanto, as áreas que mantêm atividades rurais na cidade se constituem como um “espaço vivido”, pois ocorrem devido à “apropriação” da cidade, que é planejada e concebida como um lugar inadequado para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, logo, voltada para a produção industrial, a concentração, o mercado, etc.

E as pessoas que se apropriam da cidade e se mantêm basicamente da realização de atividades características do modo de vida rural conservam costumes que são considerados atrasados pela maioria dos cidadãos, como, por exemplo, utilizar animais e carroças de tração

como meio de transporte, ordenhar o gado manualmente, vender o leite in natura pelas ruas, etc. Esses costumes rurais, geralmente, contradizem a lógica urbana dominante na produção da cidade, a qual é produzida pelos governantes e pelos proprietários fundiários como “espaço concebido”. No capítulo seguinte, mostraremos como as práticas rurais se mantiveram, ao longo do tempo, nos interstícios da malha urbana de Campina Grande, mesmo depois da implementação das modernizações no espaço urbano.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DO RURAL NA CIDADE

Neste capítulo, pretendemos desvendar a relação cidade-campo, em Campina Grande, a partir do seu processo de urbanização. Ainda que a maioria dos estudiosos trate dessa cidade sempre ressaltando o moderno, mostrando os momentos de auge de crescimento econômico e de expansão urbana, nosso propósito é o de promover uma discussão, visando apresentar o que, até então, não se fala, tampouco se esclarece. Isso significa que procuramos revelar a permanência do tradicional, sobretudo expondo os costumes e as práticas rurais que resistiram na cidade.

Inicialmente, iremos abordar a importância da localização do sítio da cidade para o seu processo de ocupação e trataremos do contexto histórico destacando o uso inicial da área central da cidade como ponto de pouso dos tropeiros que percorriam longos caminhos comercializando produtos entre o Sertão e o Litoral da Paraíba. Esses tropeiros eram pessoas que trabalhavam negociando mercadorias e levavam, nos lombos de burros, o que era produzido nos engenhos do Litoral e do Brejo paraibano para o Sertão, como aguardente e rapadura, além dos produtos industrializados que vinham do exterior. E quando voltavam do Sertão, traziam algodão e agave, produtos beneficiados e comercializados em Campina Grande, como também o gado para ser vendido como alimento no Litoral. Vale destacar que, ao longo do processo de ocupação do Nordeste, a região do Agreste paraibano, onde fica localizada a cidade de Campina Grande, especializou-se na combinação da policultura para a subsistência e a pecuária.

Apontaremos, ainda, como Campina Grande, antes pequena vila do interior do estado da Paraíba, foi assumindo aspectos e características de uma cidade de destaque impulsionada pela grande produção do algodão nos demais municípios interioranos. É importante salientar que essa cidade, no começo, foi se distinguindo como entreposto comercial, particularmente em função da comercialização de cereais (como a farinha de mandioca) e do gado, e *a posteriori*, do algodão. Ressaltamos que, embora o crescimento econômico e populacional tenha modificado Campina Grande, atribuindo-lhe uma dinâmica urbana proporcionada pelo comércio, esse crescimento estava diretamente atrelado à produção do campo e não eliminou a presença de atividades rurais na cidade. Assim, mesmo depois das reformas urbanísticas ocorridas entre as décadas de 1930 e 1940, a cidade revela a existência do modo de vida rural

e das atividades primárias, como criações de gado e pequenas lavouras, sobretudo nos bairros periféricos, mas ainda próximos à área central da cidade.

Em seguida, trataremos da cidade na segunda metade do século XX. É nesse período em que se intensifica o processo de industrialização, impulsionado pela criação dos distritos industriais e pelos investimentos realizados a partir da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no setor. Assim, entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade de Campina Grande vivencia uma expansão urbana nunca vista antes, proporcionada pelo crescimento industrial e pela queda na produção do algodão. É a partir desse momento que a cidade, antes caracterizada fortemente pela atividade comercial, passa a se destacar pela criação de novas indústrias. A partir desse período, a população urbana de Campina Grande atinge taxas de crescimento superiores à da população total. Isso pode ser compreendido devido ao aumento do êxodo rural ocasionado pela estagnação da produção do algodão, pela falta de planejamento e de auxílio por parte do Estado para manter as famílias no campo e pela intensificação do processo de urbanização.

É nesse contexto em que se insere a ocupação do entorno da área onde está localizada a rede de alta tensão de energia elétrica, já que, por volta da década de 1980, inicia-se o crescimento urbano na parte oeste da cidade, promovido, principalmente, pelo Estado a partir da construção de conjuntos habitacionais. Essa expansão deixou várias áreas não edificadas nos interstícios da malha urbana, incluindo alguns estabelecimentos rurais. Portanto, nesta parte do capítulo, relacionamos o processo de urbanização de Campina Grande com as áreas que mantêm as práticas de atividades rurais dentro do perímetro urbano e destacamos que a manutenção das práticas rurais na cidade ocorre, principalmente, em áreas impróprias para ocupação, como por exemplo, nas áreas cobertas pelos fios de alta tensão ou nas que ficam perto de riachos ou de canais e em terrenos voltados para a expansão urbana.

Assim, visando compreender quais os motivos para ocorrência de subespaços rurais nos interstícios da malha urbana de Campina Grande, precisamos retomar a produção desse espaço como um todo, ao longo de diferentes períodos históricos, pois os subespaços rurais consistem em resquícios de antigas propriedades rurais que existiam no entorno da cidade e foram “engolidas” com o passar dos anos e se caracterizam como espaços apropriados por homens e mulheres oriundos do campo que não conseguiram abandonar totalmente seu modo de vida nem seus costumes.

2.1 Entre o Litoral e o Sertão: entroncamento, comercialização de cereais e ponto de pouso para o gado

A presença de atividades e costumes rurais tradicionais nas cidades brasileiras revela, como apontado no capítulo anterior, a particularidade do processo de urbanização brasileiro que ocorreu tardiamente e de maneira rápida e superou, inicialmente, a clássica divisão do trabalho entre cidade e campo experimentada na Europa. Desde o início, por volta dos Séculos XVIII e XIX, o processo de urbanização brasileiro caracteriza-se pela forte imbricação com o campo. Era nesse espaço que se destacava a dinâmica social e econômica e onde se encontrava a maior parte da população. Anteriormente a esse período, os aglomerados urbanos (povoados, vilas e cidades) surgiam e se mantinham praticamente em função do campo e das necessidades básicas também relacionadas às atividades rurais, como, por exemplo, o comércio de cereais e de gado. Nesse sentido, analisaremos o aparecimento do povoado de Campina Grande e seu crescimento até se tornar uma cidade, visando mostrar os traços rurais que marcaram a origem do seu espaço urbano no contexto do processo de urbanização brasileiro.

No Brasil, durante o período colonial, as cidades eram criadas em pontos estratégicos, pois funcionavam como centros político-administrativos e comerciais utilizados pela metrópole para a exportação dos produtos agrícolas e dos minerais em direção à Europa. Santos (2011 [2001], p. 29) afirma que “o desenvolvimento urbano era uma consequência imediata da combinação de dois fatores principais: a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas.” Os poucos núcleos de povoamento existentes nesse período estavam localizados na faixa litorânea do país e se encontravam bastante isolados uns dos outros, pois só mantinham relações comerciais com a metrópole. Logo, constituíam o que ficou denominado por Santos (2011 [2001]) de “Brasil arquipélago”.

Santos (1993, p. 17) acrescenta que “o dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo”. A grande produção agrícola voltada para a exportação concentrava-se no Litoral ou Zona da Mata, nessa região, sobretudo nas várzeas dos rios. Devido às condições edafo-climáticas mais favoráveis, foram instalados engenhos direcionados para a transformação da cana em açúcar. Nessa época, as propriedades rurais eram autossuficientes. Portanto, embora a produção do açúcar fosse prioridade, havia as pequenas lavouras alimentares nos engenhos que visavam atender ao consumo local. Além disso, com a

plantation açucareira e o aumento da densidade demográfica, foi necessário introduzir a criação de animais domésticos, como bois e cavalos, indispensáveis à alimentação e aos serviços de tração. A importância do gado para o período é lembrada por Andrade (1961, p. 49):

Na realidade, sem bois e sem cavalos, os engenhos não poderiam existir, pois os mesmos eram utilizados no transporte da cana dos “partidos” para o engenho e no transporte do açúcar dos engenhos para os pontos de embarque. Também, nos locais onde não havia água corrente em abundância, cabia aos bovinos e aos equinos moverem as almanjarras que acionavam os engenhos.

A expansão da produção açucareira intensificou a procura de animais de tração e o aumento do consumo de carne nos engenhos e nos centros urbanos. Consequentemente, favoreceu o crescimento da atividade pecuária. A partir daí, iniciou-se a ocupação em direção ao interior do país, particularmente no Nordeste, com a penetração nas regiões do Agreste e do Sertão.

Prado Júnior (2008 [1942]), ao explicar a expansão do povoamento no interior do Brasil, destaca alguns fatores essenciais que impulsionaram diferentes eixos de penetração: o bandeirismo predador de índios e prospectador de metais e pedras preciosas; a exploração das minas descobertas a partir dos últimos anos do Século XVII; as missões católicas catequizadoras e a exploração dos produtos naturais, na floresta amazônica, e a marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino. Essa última penetração impulsionada pelo estabelecimento de fazendas de gado foi a responsável pelo povoamento de todo o interior nordestino e se deu através dos “caminhos do gado” que acompanhavam a trajetória dos rios.

Conforme Joffily (1977), a colonização dos sertões paraibanos ocorreu a partir de duas fortes bandeiras: uma realizada pelos Paulistas e Baianos que seguiu o Rio São Francisco e atingiu as ribeiras dos rios Piancó e Piranhas; e outra, descoberta pelo capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, que saindo do litoral acompanhou o Rio Parahyba, passando pelo Planalto da Borborema e por Boqueirão, até alcançar posteriormente os rios Piranhas e Piancó, no sertão paraibano. Joffily (1977) afirma que, provavelmente, a expedição oriunda do São Francisco adentrou o sertão paraibano na primeira metade do século XVII, já a expedição realizada por Oliveira Ledo ocorreu na segunda metade desse século. Foi nesse período que o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo fundou a aldeia de Campina Grande nas margens do riacho das Piabas (ou Açude Velho), no sítio das Barrocas, local onde hoje se encontra a Rua Vila Nova da Rainha.

Campina Grande foi instalada no Planalto da Borborema, numa área de transição fortemente diversificada, localizada entre o Litoral especializado na agricultura (com a plantação da cana de açúcar) e as zonas semiáridas da Borborema e do Sertão direcionadas às fazendas de criação de gado bovino. Por se localizar entre a zona agrícola e a zona de pecuária, esse povoado acabou assumindo uma posição privilegiada, pois, naquela época, o gado era uma mercadoria que se autotransportava, e o alimento comercializado era levado em lombos de burro. As viagens do interior para o litoral e vice-versa eram longas, por conseguinte, era fundamental a existência de locais como “pontos de pouso”, com alimentação e água, para descanso dos animais, dos mercadores, dos boiadeiros e dos tangerinos.



Figura 1 – Riacho das Piabas, onde foi construído em 1820 o Açude Velho. Neste local deu-se início a ocupação de Campina Grande no Século XVII. No segundo plano da imagem, podem-se ver animais pastando e bebendo água.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

Na Paraíba, durante o período colonial, a divisão territorial do trabalho foi caracterizada assim: na região litorânea e no brejo, concentram-se a produção de cana de açúcar e seus derivados, e as regiões sertanejas são destinadas à criação de gado bovino, utilizado como alimento e força motriz nos engenhos açucareiros e para o provimento da população citadina. Já o agreste, por causa das condições climáticas e do relevo mais acidentado, caracterizou-se pela combinação da agricultura de subsistência (policultura) com a pequena criação de gado voltada para consumo próprio. Essa região ficou encarregada de

abastecer o Litoral e o Sertão com gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, o feijão, a fava, o milho, o café, etc.

Ao surgir o povoado de Campina Grande, devido à sua localização, também se estabelecem no local uma feira de cereais e uma feira de gado, que contribuíram para que a localidade passasse a se caracterizar não apenas como ponto de passagem e de pernoite, mas, sobretudo, como um ponto de abastecimento. A feira de cereais era abastecida, principalmente, com a farinha de mandioca, um produto essencial na alimentação dos boiadeiros e tropeiros, produzido, inicialmente, nas casas de farinha espalhadas pelo Brejo e pelo Agreste paraibano e que, aos poucos, também foi sendo fabricado nos arredores de Campina Grande.

Costa (2003) assevera que, primeiramente, foi fixada a feira de cereais na Rua das Barrocas (atual Rua Vila Nova da Rainha), onde se originou o povoado, e *a posteriori*, foi criada a feira de gado no sítio Marinho, localizado, aproximadamente, a 6 km do Centro de Campina Grande. Na segunda metade do Século XIX, essa feira de gado passou a ser realizada na área central de Campina Grande. Câmara (2006) afirma que a farinha de mandioca foi o primeiro produto a ser comercializado em Campina Grande e o considerou como responsável pelo movimento de atração dos boiadeiros e tropeiros para aquele povoado.

A farinha de mandioca foi o primeiro fator do comércio da aldeia ou povoado de Campina Grande com o interior da capitania. Antes de desenvolver-se a produção deste cereal, é provável que o itinerário das boiadas que, dos sertões desciam para o mercado de Olinda ou Goiana, fosse pela altura do povoado de Travessia (mais tarde Milagres e São João do Cariri), Boqueirão e brejo pernambucano. Pela Campina passavam apenas os boiadeiros do Seridó. Como foram os boiadeiros que iniciaram o comércio entre o litoral e os sertões e dada a necessidade que tinha de adquirir a farinha, não resta dúvida que eles, ao retornarem de Pernambuco, na Campina se abastecessem desse produto. E quem sabe não foi esta a razão porque, no correr dos anos (meados do século XVIII), os tropeiros e boiadeiros desviassem-se das estradas de Boqueirão, rumando após as gargantas dos Anís, o rio Taperoá, os vales de Quixodi e Santa Rosa até alcançar Campina? (CÂMARA, 2006, p. 24)

O crescimento do povoado de Campina Grande está intrinsecamente relacionado à atração exercida pelas feiras de cereais e de gado, que tiveram sua origem, principalmente, por causa da localização onde surgiu essa aglomeração urbana. Conforme Corrêa (2010 [1996]), o período colonial caracterizou-se pelo “padrão dendrítico” de ocupação urbana, no qual, primeiramente, eram fundadas as cidades litorâneas, estabelecidas como pontos de defesa e de apoio para a penetração e a conquista do interior. A partir delas, eram criadas outras cidades subordinadas aos centros urbanos localizados no Litoral. Essas cidades ficaram conhecidas como “bocas de Sertão” e, posteriormente, “pontas de trilho”, pois estavam

situadas no interior, em locais propícios à interligação entre o Litoral e o Sertão.

Campina Grande, assim como Caruaru (PE) e Feira de Santana (BA), são consideradas como “bocas de Sertão e pontas de trilho”, pois estão situadas em pontos de entroncamento de estradas e cresceram em função do comércio entre as regiões litorâneas e sertanejas. A atividade comercial nessas cidades, inicialmente, foi impulsionada com a instalação de feiras de cereais e de gado; depois, por volta do final do Século XIX e início do Século XX, foi impulsionada com a instalação de linhas ferroviárias, com o intuito de escoar a produção agrícola para o porto de Recife.

Por interligar várias estradas, tanto de regiões distantes quanto próximas, Campina Grande tornou-se uma localidade de grande importância no interior nordestino, para onde convergiam caminhos oriundos dos Sertões dos estados do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Piauí, além de rotas voltadas para o mercado interno, entre as próprias regiões do estado da Paraíba, como as estradas do Sertão, Seridó, Brejo, Queimadas e de Alagoa Grande do Paó. Logo, “embora atendesse aos anseios de um mercado açucareiro exportador, estava diretamente relacionada a uma economia interna de abastecimento da população do interior da Paraíba, cuja produção se fazia de forma marginal, porém atrelada à monocultura da cana-de-açúcar” (COSTA, 2003, p. 23).

Esses caminhos formavam uma rede de fluxos utilizada por tropeiros, boiadeiros e mercadores, que saíam dos Sertões em direção ao Litoral, sobretudo para a cidade de Recife. Do Sertão, levavam o gado para abastecer a área litorânea e produtos agrícolas, como o algodão, para serem exportados, e quando retornavam, traziam aguardente, rapadura, farinha de mandioca e produtos industrializados. Nesse sentido, Diniz (2004) nos esclarece sobre a dinâmica da feira de Campina Grande, em seus primórdios, mostrando os produtos oriundos de distintas regiões que eram lá comercializados:

A grandeza da feira de gado e de cereais realizada em Campina Grande atraía almocreves, mercadores de toda a região, vindos com suas tropas de animais carregados de mercadorias, de produtos sertanejos, como: couros, artefatos feitos a partir do couro, queijos, carnes de sol, charques, garajaus de rapaduras, algodão, rendas, cereais (feijão e milho), gados de corte, farinha de mandioca, cordas de agave etc. Além também, de outros produtos provindos das regiões do Brejo, tais como: cereais, frutas, verduras e leguminosas, rapaduras, café, aguardentes, gados etc. Da região litorânea vinham diversos artefatos, trazidos por mascates, que utilizavam também como transporte os lombos dos burros para carregar em baús, vários artigos, como: ferramentas, louças de pó de pedra, barrica de bacalhau, miudezas, fazendas de tecidos, entre outros artigos. A concentração destes produtos na praça comercial de Campina dinamizava e intensificava o seu comércio, que já era considerado pelos comerciantes e transeuntes da época como o maior e o principal centro comercial do interior da região. (2004, p. 26-27)

Embora Campina Grande apresentasse uma considerável dinâmica devido à atividade comercial, entre os Séculos XVII – início de sua ocupação – e XIX – quando foi elevada à categoria de cidade, essa aglomeração urbana exibiu um crescimento a passos lentos. No começo, a efervescência desse povoado só era visível nos dias de feira, porquanto eram poucos aqueles que realmente moravam lá. Tal localidade só era habitada por alguns colonos fazendeiros que ocuparam, inicialmente, a região e pelos forasteiros que a procuravam para negociar. Assim, muitas pessoas iam frequentemente a Campina Grande, no entanto não se estabeleciam por lá, não edificavam moradias ou introduziam infraestruturas, já que elas viviam do/no campo. Câmara (1988, p. 21) afirma que Campina Grande, “quando povoado, não foi além de um agregado de casebres e mocambos, onde pontificavam traficantes e jogadores, vagabundos e viciados, tropeiros e tangerinos de boiadas”. (Figura 2)

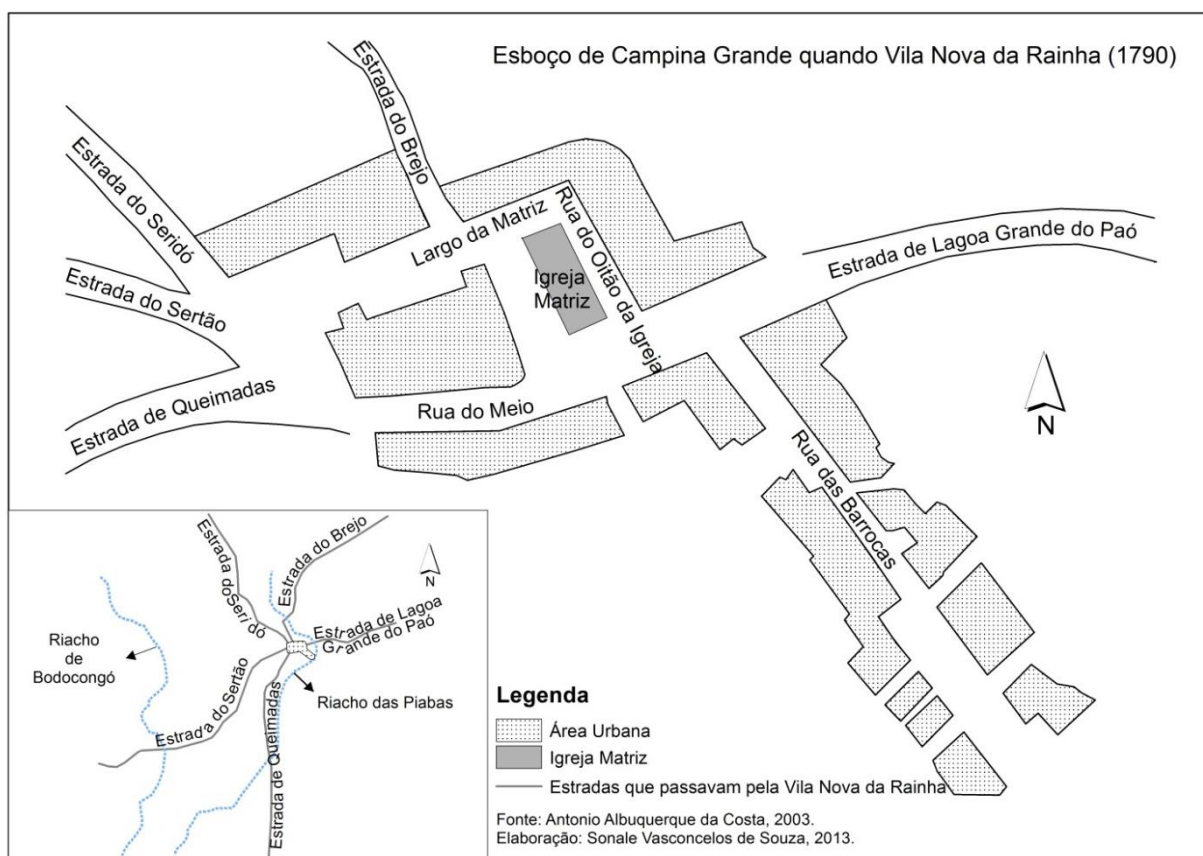


Figura 2 – Croqui da Vila Nova da Rainha em 1790.
Fonte: Antonio Albuquerque da Costa, 2003.

A origem de Campina Grande está intrinsecamente relacionada ao surgimento da feira. Tal fato é perceptível quando Câmara (1988, 2006) relata quem foram os primeiros a se estabelecer no local, apontando para os traficantes forasteiros e os mercadores de farinha, que foram construindo, lentamente, os primeiros casebres e mocambos de taipa, no largo da Matriz, edificada a noroeste da Rua das Barrocas, e na Rua do Meio, atual Rua Afonso

Campos. Aos poucos, esses comerciantes transferiram a feira, antes realizada na Rua das Barrocas, para a frente da Matriz, e na Rua das Barrocas, permaneceram as famílias abastadas dos proprietários fundiários e fazendeiros que colonizaram a região de Campina Grande.

Em 1790, Campina Grande foi elevada à categoria de vila e recebeu o nome de Vila Nova da Rainha. Nesse período, “talvez a vila não tivesse ainda cem casas”, tinha, praticamente, três ruas, com alinhamento irregular, direcionadas a partir das estradas que passavam por Campina Grande: Rua das Barrocas, Rua do Largo da Matriz e do Oitão da Igreja e Rua do Meio (CÂMARA, 1988; 2006). (Figura 2)

De vila até ser elevada a cidade, em 1864, quando passou a se chamar novamente de Campina Grande, a povoação cresceu lentamente, amparada no comércio de cereais e de gado. Durante esse período, a feira de cereais mudou duas vezes o seu local de funcionamento. Primeiro, por volta de 1820, passou a funcionar no largo da Matriz, onde se expandiu com a construção do mercado de cereais de Baltazar Luna, localizado na bifurcação das estradas do Sertão e de Queimadas. Depois, em torno de 1860, foi transferida para a Rua do Seridó (atual Maciel Pinheiro), onde também foi construído pelo comerciante Alexandre Cavalcante um mercado na extremidade dessa rua, próximo às Estradas do Brejo e do Seridó. Desde então, esse mercado ficou conhecido como Mercado Novo, e o anterior, edificado por Baltazar Luna, como Mercado Velho.

Ainda que a feira de cereais de Campina Grande tenha se destacado por atrair mercadores e boiadeiros de regiões distantes, principalmente devido à farinha de mandioca, conforme Câmara (2006), na primeira metade do Século XIX, sofreu a concorrência de outras localidades, como Areia (PB) e Icó (CE). Nessa época, parte daqueles que se dirigiam a Campina Grande passou a frequentar as feiras nessas vilas; Areia, localizada no brejo paraibano, destacava-se pela oferta da farinha de mandioca e de outros cereais cultivados na região; por outro lado, Icó, localizada no sertão cearense, consistia num importante entreposto comercial das regiões limítrofes de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, sobretudo em virtude da produção de carne seca e de charque.

Em compensação, a feira de gado sempre se manteve constante em Campina Grande, atraindo tropeiros, boiadeiros e tangerinos de dentro e fora do estado da Paraíba. A feira de gado, aproximadamente em 1863, passa a ser realizada na Ladeira da Lapa (atual Rua 7 de Setembro), próximo ao Mercado Novo e as Estradas do Seridó e do Brejo, onde também

estava acontecendo a feira de cereais. Podemos dizer que, nesse período, houve uma centralização da atividade comercial em determinada área, que favoreceu a consolidação da atividade mercantil como base econômica de Campina Grande. Câmara (2006) afirma que, quando a feira de gado ocorria no povoado do Marinho, uma légua ao nascente de Campina Grande,

as boiadas do interior passavam por Pocinhos e atingiam a cidade pelos Cuités e Lapa. Deste ponto eram tangidas por detrás da rua do Seridó e largo da Matriz, indo sair na rua do Meio e estradas das Piabas. Dizia-se que o gado embocava naquele caminho, naquele “compra-fiado”⁸. Daí a denominação de estrada do Emboca, mais tarde rua deste nome (hoje Peregrino de Carvalho). (CÂMARA, 2006, p. 86)

Conforme o exposto, podemos afirmar que, na segunda metade do Século XIX, verifica-se uma expansão da área urbana de Campina Grande na direção noroeste, provocada, principalmente, pela intensificação da atividade mercantil (Figura 3). É imprescindível ressaltar que a feira de Campina Grande, além de atrair consumidores, movimentava inúmeros negócios que iam se estabelecendo em seu entorno: casas de farinha de mandioca, tendas de barracas, currais de gados, pequenas casas de comércio de secos e molhados (as tradicionais bodegas), armazéns cerealíferos, marchantes, ambulantes, balaieiros, pequenos criatórios, chiqueiros de aves, porcos e cabras, algumas casas de venda de artigos variados, lojas de fazenda, etc. (DINIZ, 2004).

Nesse sentido, em 1864, quando lhe foi atribuída a categoria de cidade, Campina Grande era um grande mercado e, praticamente, todas as ruas estavam voltadas para os negócios. O epicentro comercial ficava na Rua do Seridó, de frente para o Mercado Novo, de onde as atividades comerciais se dispersavam por quase toda a cidade. Na atual Rua Marquês do Herval, diante do largo da antiga Igreja do Rosário, próximo às casas de rancho⁹, acontecia a feira de cavalos; mais à frente, na Ladeira da Lapa, havia os currais, que foram levantados pela Câmara Municipal, onde era comercializado o gado bovino; e da Rua do Seridó até a Igreja Matriz, aglomeravam-se barracas e vendedores ambulantes de cereais, frutas, verduras e produtos artesanais.

⁸ Compra-fiado significava caminho estreito ou vereda por detrás das ruas.

⁹ As casas de rancho eram coberturas rudimentares instaladas sobre estacas de madeira utilizadas como hospedagem pelos almocreves. Candido (2010, p. 45), ao descrever a casa dos caipiras, que viveram no interior de São Paulo entre os Séculos XVI e XVIII, declara: “a sua casa (significativamente chamada rancho por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha sobre paredes de pau a pique, ou mesmo varas não barreadas, levemente pousado no solo”.

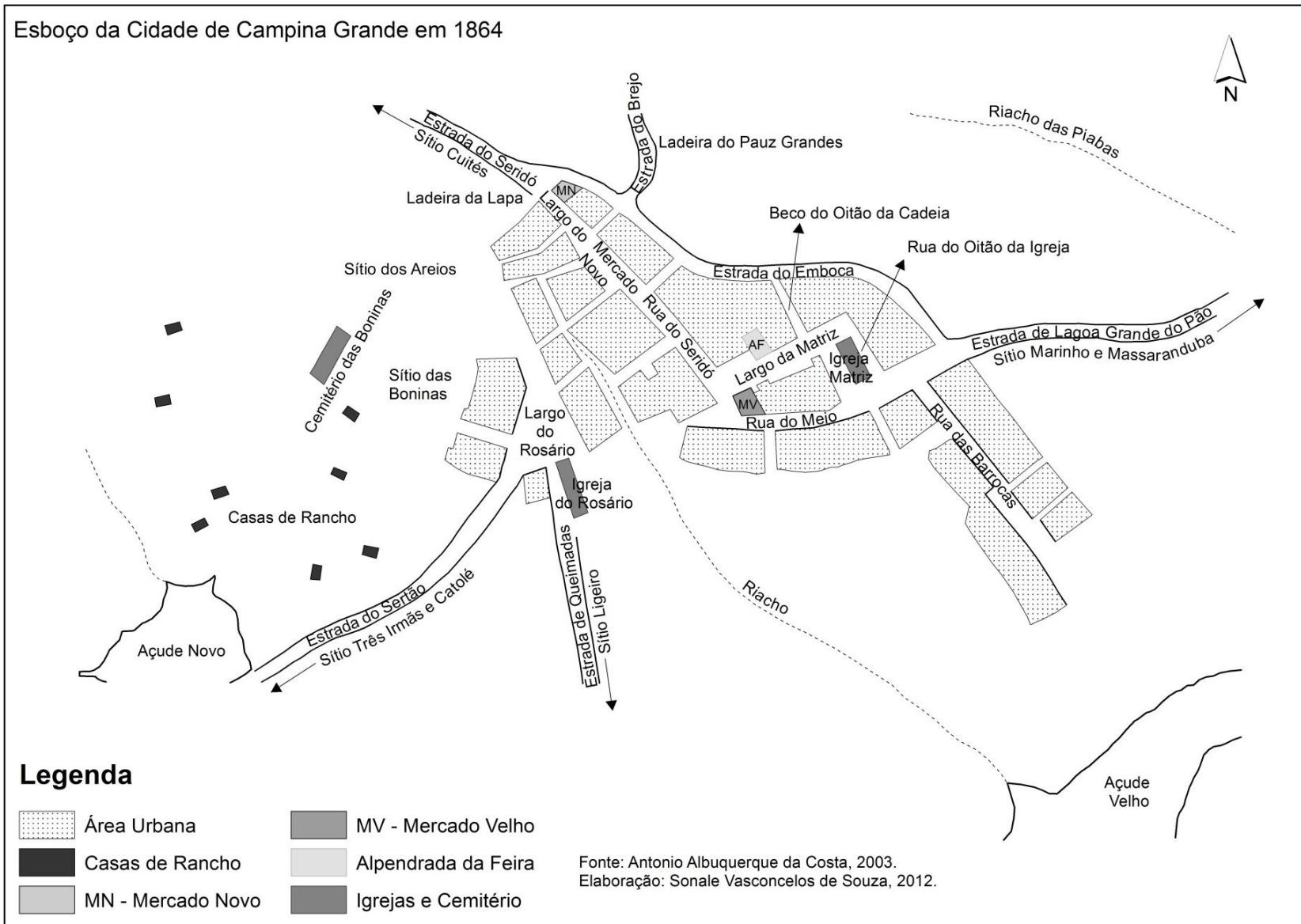


Figura 3 – Croqui da cidade de Campina Grande em 1864.
Fonte: Antonio Albuquerque da Costa, 2003.

Apesar da expansão e da forte inclinação para o comércio e para a atração de pessoas, nesse período, Campina Grande ainda era um pequeno aglomerado urbano com “dois açudes públicos, duas casas de mercado, um cemitério, uma cadeia, a casa de Câmara, três largos, quatro ruas, oito becos e cerca de trezentas casas” (CÂMARA, 2006, p. 84).

Na Rua do Meio e na Rua das Barrocas, onde ficavam os antigos casebres de taipa dos comerciantes forasteiros, começavam a se concentrar as primeiras residências construídas com tijolo pelos proprietários rurais que, aos poucos, iam se instalando na cidade. De acordo com Câmara (2006, p. 86), a maioria das casas tinha “tetos baixos, em tacaniça e beira e bica; portas e janelas largas cortadas horizontalmente em semicírculo; paredes de tijolo de grandes dimensões; terças e cumeeira de madeira grossa apoiadas sobre esteios embutidos nas paredes; alicerces de barro e tijolo ponta crua; etc.”.

Essas casas, assim como as da zona rural, tinham o espaço interno voltado para fora; as janelas amplas, sempre abertas, facilitavam a criação dos animais soltos na rua e proporcionavam as conversas com os transeuntes, por meio das quais as pessoas ficavam sabendo das novidades da cidade. Ainda não existiam os muros separando uma habitação da outra, mas era fácil encontrar cercas de varas para impedir que os animais se dispersassem pelas ruas.

Até o Século XIX, muitas cidades brasileiras não tinham nenhuma infraestrutura urbana, como energia elétrica, água encanada e saneamento básico. Segundo Freyre (1968, p. 198), “o grosso do pessoal das cidades defecava no mato, nas praias, no fundo dos quintais, ao pé dos muros e até nas praças”. Em Campina Grande, os moradores colocavam “o lixo nos fundos dos quintais, as fezes das latrinas transbordavam para os córregos, os porcos viviam soltos nas ruas. E tudo – lixo, fezes, lama dos chiqueiros – ia sendo carregado pelas águas pluviais para o Açude Velho” (CÂMARA, 2006, p. 61). Esse açude e o Açude Novo, construído em 1830, eram os pontos d’água que abasteciam a cidade.

A falta de equipamentos urbanos era uma realidade comum, encontrada até mesmo nos centros urbanos mais antigos, inclusive na Cidade da Parahyba – capital paraibana. Sá (1999) relata que, nessa cidade, as ruas eram desalinhadas, sujas e não obedeciam a um plano arquitetônico; nelas animais circulavam livremente, lixo e águas estagnadas se acumulavam, além disso, dentre as sessenta e duas ruas existentes até 1889, apenas em onze se podia andar sobre calçamento.

Nessa época, final do Século XIX, as cidades não eram tão atrativas como local de residência. Os fazendeiros preferiam morar no campo a morar na cidade, que eles só procuravam nos finais de semana, em dias de festa e quando era necessário comprar alguma coisa. Freyre (1968), analisando os grandes centros urbanos – São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia – ressalta que as pessoas mais abonadas preferiam morar nas chácaras e guardavam os costumes rurais numa vida semiurbana, por isso, os moradores de sítios e de fazendas no entorno das cidades “quase só saíam para a missa e para as festas de igreja” (FREYRE, 1968, p. 190).

Em Campina Grande, não era diferente, porquanto a maioria daqueles que viviam na cidade eram comerciantes ou trabalhavam como carregadores e vendedores de mercadorias porta a porta. Entretanto, a cidade apresentava uma paisagem tipicamente rural, e seu modo de vida se confundia com o do campo, pois era comum ver, na área urbana, costumes rurais – pessoas andando a pé ou a cavalo; carroças de bois transportando mercadorias; animais criados soltos; derrubadas de gado nas ruas da cidade, etc. Câmara (2006, p. 87), ao relatar sobre o aspecto urbano da cidade nesse período, afirma:

Era maior o movimento de animais que de pessoas. As mulheres raramente saíam à rua. Somente homens do comércio, artífices, trabalhadores do eito, alguns escolares, etc., apareciam durante a semana. A feira de cereais sempre se realizou aos sábados. E nos domingos os beiradeiros¹⁰ acotovelavam-se nas calçadas do largo da Matriz e da rua do Seridó, para fazerem compras e, depois, assistirem à missa das nove horas. Se era pequeno o movimento de transeuntes, era grande o de animais. Aqui e ali, tropas de burros encangalhados, bestas com cargas de farinha, rapadura ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, bois puxando lentamente carros de algodão em rama, muare com cargas de lenha, burras de sela bem arreadas, cavalos baixeiros ou meeiros esquipando em parelhas, rua abaixo, rua acima, cobrindo tudo de pó; “derruba” de gado na rua do Seridó, cabras que davam leite às crianças, ovelhas dormindo no oitão da Matriz, porcos fuçando as sarjetas e se dando ao esporte de enlamear as calçadas e os batentes, perus e galinhas ciscando o local da feira à cara de grãos de milho.

A partir do exposto, observamos que, até o início do Século XX, Campina Grande expressava uma vigorosa relação com o meio rural. Tal fato é evidente ao se averiguar a principal atividade econômica da cidade – a feira – que foi/é, naturalmente, um local de integração do rural com o urbano, pois é nela que, ainda hoje, costumes e produtos rurais encontram seu lugar na cidade. A maioria das cidades brasileiras caracterizou-se por ter tido uma relação de proximidade com o campo, já que, economicamente cresceram amparadas em alguma atividade rural. Campina Grande não foi diferente, por estar localizada no agreste paraibano, área de transição entre o litoral e o sertão, e que se destaca como entroncamento de estradas e pela atividade comercial aí realizada, particularmente a comercialização de

¹⁰ Beiradeiros, era como chamavam os habitantes da zona rural.

produtos agrícolas e de gado. Assim, ainda que a cidade tenha crescido e se modernizado, tais particularidades favoreceram a permanência de costumes rurais até os dias atuais.

Ressaltamos que, durante o Século XX, Campina Grande se expandiu consideravelmente e ampliou a área urbana e o número de habitantes. E assim como o restante do país, esse núcleo urbano atravessou períodos marcados pela intensificação da modernização, que passa a ser perceptível no desenvolvimento dos serviços urbanos, dos transportes e do maquinário industrial. Em tal período, as mudanças também começam a ser verificadas nos costumes das pessoas, já que o cotidiano na cidade passa a ser cada vez mais administrado pela lógica urbana e pelo relógio que marca o horário de trabalho na indústria, nas repartições públicas, no comércio, nas escolas, etc. Portanto, aos poucos, a cidade tradicional vai dando lugar à cidade modernizada, e os animais e os costumes rurais, vistos antes com frequência na área central, vão se tornando rarefeitos, apesar de permanecerem, principalmente, na periferia.

2.2 Da cidade tradicional à cidade modernizada: a permanência de costumes rurais no processo de urbanização

Como vimos no subcapítulo anterior, entre o final do Século XIX e o início do Século XX, apesar da atração exercida na região devido à atividade mercantil, Campina Grande ainda consistia num pequeno núcleo urbano que, segundo Câmara (1988), em 1907, tinha em torno de seiscentas casas, além de alguns prédios construídos com finalidade especial, como: as duas igrejas católicas (a Matriz e a do Rosário), as duas casas de mercado, o cemitério das Boninas, a Cadeia Nova, a Casa de Caridade, o Grêmio de Instrução (instituição de ensino particular, atual Colégio Alfredo Dantas) e o Paço Municipal.

Até meados do Século XX, Campina Grande caracterizava-se como uma “cidade histórica ou tradicional”. Essa denominação utilizada por Lefebvre (1978, p. 176) e Maia (2000, p. 19) diz respeito à cidade cujas funções estavam intimamente ligadas e unidas a todos os níveis da realidade: “alojamiento, inmueble, unidad vecinal, barrio, ciudad global”. Na “cidade tradicional ou histórica”, a comunicação ou a interação entre pessoas era intensa e direta, e todos se conheciam, pois existia uma familiaridade entre os habitantes da cidade. Além disso, conforme Maia (2000), entre a casa e a rua, não havia separação ou distanciamento, porquanto a rua era vista como uma extensão da casa, onde as pessoas se encontravam para conversar sobre as notícias do dia com os vizinhos, as crianças brincavam,

os animais pastavam soltos, e os mercadores percorriam oferecendo mercadorias que eram levadas em balaies, etc.

Campina Grande, como “cidade tradicional”, constituía-se em um centro único, onde se concentravam os serviços e as residências; sua área tinha pouco mais de 1 Km² e correspondia ao que compreendemos, atualmente, como Centro Histórico (mapa 2). Na cidade “tradicional ou histórica”, o traçado das ruas e dos becos era claramente irregular, devido à ocupação do território que estava condicionada ao sítio urbano, à ausência da técnica e ao uso das terras no entorno das residências, que seguia uma racionalidade diferente, já que os terrenos eram espaços amplos onde se podiam fazer muitas coisas, inclusive manter atividades rurais.

Nesse sentido, destacamos que a ocupação de Campina Grande ocorreu num terreno plano, localizado numa área elevada circundada por riachos, como o das Piabas e o de Bodocongó. As ruas foram sendo abertas em conformidade com as estradas que se direcionavam para a cidade e eram dispostas seguindo os divisores de água da topografia, devido à necessidade de uma posição mais favorável para o escoamento das águas. Assim, anteriormente às reformas urbanísticas das décadas de 1930 e 1940, como pode ser observado na Figura 3 (p. 64), observam-se ruelas, becos e terrenos com traçados bastante irregulares.

Na “cidade tradicional”, não havia uma clara separação entre aqueles que viviam na cidade e os que moravam no campo, pois o modo de vida entre esses espaços se confundia, e a população – tanto da “rua” quanto da zona rural – mantinha uma vida tranquila e sem grande agitação, a não ser nos dias de feira, quando animais e pessoas abarrotavam estradas e ruas em direção ao centro comercial da região. A cidade não era uma verdadeira urbe e não havia uma diferença muito nítida do uso do solo nem se observava uma complexidade nas relações sociais. Portanto, a cidade era única, apenas o núcleo original, com diferenciações somente nas moradias entre as dos grandes fazendeiros, políticos e a população simples que vivia do comércio de gado e de cereais, como a farinha, e nos usos dos edifícios.

As pessoas, até então, não viviam sob a influência do modo de vida programado e homogêneo da “cidade moderna”, porquanto se apropriavam da cidade e produziam o “espaço vivido” com o uso e as suas necessidades cotidianas. Por conseguinte, como a vida na cidade se dava em função da comercialização dos produtos do campo, era comum encontrar na “rua” lotes com plantações nos quintais, vacarias, estábulos, granjas e sítios.

O aspecto monótono da cidade começa a mudar a partir das décadas de 1930 e 1940, quando Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão do seu núcleo primaz, favorecidas pelo crescimento econômico e populacional, que se deu, sobretudo, por causa da produção do algodão em alta escala. O aumento dessa produção, no interior paraibano, atraiu capital fixo para a cidade, que passou a ser implementado nas reformas urbanísticas¹¹, na disponibilização dos serviços – cinemas, colégios, luz elétrica, abastecimento de água e esgoto – e na construção das primeiras indústrias. Todos esses aparatos técnicos promoveram mais fluidez e, por conseguinte, uma dilatação da cidade para além do núcleo tradicional que constituía o seu limite.

Entretanto, a expansão da área urbana de Campina Grande só se acentuou a partir da década de 1960. Nesse período, como observamos na Tabela 1, a malha urbana praticamente duplicou o seu tamanho em relação à década de 1940, pois passou de 4,2 Km², em 1945, para 10,9 Km², em 1964. Além disso, se atentarmos para os dados abaixo, veremos que o acréscimo do número de edificações entre o período de 1945 e 1964 foi superior ao número de edificações construídas de 1790 a 1945, isto é, em duas décadas, construiu-se uma cidade maior do que em um século e meio.

Tabela 1 – Expansão da malha urbana de Campina Grande-PB

Ano	Área urbana	Nº de edificações	Acréscimo da malha urbana	Acréscimo % da malha urbana
1790	0,8 Km ²	410*	---	---
1907	1,3 Km ²	731	0,5 Km ²	162
1930	3,5 Km ²	7.069	2,2 Km ²	269
1945	4,2 Km ²	13.259	0,7 Km ²	120
1964	10,9 Km ²	21.640	6,7 Km ²	243
1980	45,3 Km ²	42.120	34,4 Km ²	416
2005	100 Km ²	85.000	54,7 Km ²	201

*Esse número de edificações é referente a toda a aldeia, e os demais, apenas à área urbana.

Fonte: PORTO, Francisco Evangelista (2007).

Esses dados demonstram uma mudança no padrão de crescimento da cidade, que se torna evidente da década de 1960 em diante. Antes, Campina Grande apresentava-se como

¹¹ Marcelo Lopes de Souza (2007, p. 112) define a reforma urbanística como o inverso do espírito da reforma urbana. Enquanto, a primeira se refere a uma remodelação do espaço físico, a segunda está relacionada a uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social.

uma “cidade tradicional ou histórica”, que não tinha grandes equipamentos técnicos e era produzida a partir do local e do comércio tradicional desenvolvido, devido à localização onde a cidade se encontrava. E ainda que existissem algumas indústrias, elas se caracterizavam como indústrias de pequeno e médio portes, voltadas para o beneficiamento do algodão. A partir de meados do Século XX, Campina Grande, aos poucos, vai se transformando numa “cidade modernizada”, pois o seu crescimento passa a ser direcionado pelas modificações impostas pelo modelo de “cidade moderna”.

Nas décadas de 1950 e 1960, destaca-se, na cidade, a atuação do Estado, por meio da SUDENE, em relação ao grande estímulo às atividades industriais. Nesse período, nas grandes cidades e nas cidades médias brasileiras, implantaram-se medidas como a isenção de impostos aos empresários e industriais que tivessem o interesse de instalar indústrias em outras cidades, além das grandes metrópoles. O incentivo à criação de zonas industriais, em áreas periféricas da cidade, proporcionou a expansão da malha urbana, e a ocupação de áreas mais afastadas do centro por parte da população mais pobre.

Além das políticas federais relacionadas ao crescimento do setor industrial, no período militar, o Estado atuando por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) começa a produzir os grandes conjuntos habitacionais em Campina Grande, direcionando a expansão da malha urbana para a zona oeste da cidade. Destacamos a construção dos conjuntos residenciais Severino Cabral, Presidente Médici e Álvaro Gaudêncio (Malvinas), que foram edificadas pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e pelo BNH. Assim como nas demais cidades brasileiras, essa atuação do Estado ocorreu em associação com os proprietários imobiliários, e os conjuntos foram construídos em áreas distantes, deixando extensos espaços vazios na malha urbana que, com o tempo, passaram a ser valorizados devido à instalação de infraestruturas e de serviços.

Essa expansão urbana caracteriza-se pela formação do modelo centro-periferia, no qual a cidade deixa de ser centro único e passa a se fragmentar em áreas especializadas. Desse modo, a população de maior poder aquisitivo e a elite permanecem morando nos bairros centrais próximos aos serviços, aos comércios e às áreas de lazer, como cinemas, praças e cafeterias. Em contrapartida, a população pobre e trabalhadora é direcionada para bairros mais distantes e periféricos, muitas vezes desprovidos de serviços urbanos. Nesse padrão de crescimento da malha urbana, entre a área central e os bairros periféricos, permanecem espaços “vazios”. Segundo Maia (2000), alguns deles são frações remanescentes de espaço

rural, onde é possível encontrar a manutenção de um modo de vida rural ou de um modo de vida muito próximo daquele vivido na “cidade tradicional”.

A dispersão da malha urbana, o zoneamento da cidade, a construção de conjuntos residenciais homogêneos, a presença de espaços vazios voltados para a especulação imobiliária, a deterioração do centro tradicional e a descentralização do comércio e dos serviços são algumas das particularidades que distinguem as “cidades modernizadas” das “cidades tradicionais”. O termo “cidade modernizada” é utilizado por Maia (2000) para pôr em evidência as mudanças ocorridas na cidade em função das imposições do mundo moderno, levando em consideração o fato de que tais transformações não ocorrem em toda a malha urbana.

Tomando como exemplo as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB, Maia (2000; 2013) assevera que, principalmente a partir de meados do Século XX, as cidades se modernizam e se tornam cada vez mais espaços concebidos pelas classes dominantes. No entanto, não perdem aquilo que as caracterizavam como “cidade tradicional”, pois o centro primaz se desdobra e incorpora a antiga “cidade histórica e tradicional”. A autora (2000, p. 54) nos chama a atenção para o fato de que, na “cidade modernizada”,

do mesmo modo como ocorreram transformações das formas construídas, ruas, praças, casas da cidade, de um modo geral, antigas relações de sociabilidade humana (vizinhança e consanguinidade, para citar algumas) vão desaparecendo no fervor da vida moderna. Mas, o que ficou delas ou o que permanece é preciso que seja captado se quisermos analisar essa cidade, além das manifestações dadas pela modernização. Para isso *necessitamos buscar a compreensão do vivido e, então, encontrar, nessa “cidade modernizada”, aquilo que sobrevive da “cidade tradicional”, ou melhor, as suas permanências e seus resíduos[...] (grifo nosso).*

Com base nessa reflexão, salientamos que nosso intuito é de apresentar as mudanças ocorridas na cidade de Campina Grande, durante o Século XX, destacando não apenas os motivos e as modernizações que provocaram a expansão da área urbana, mas também as atividades e os costumes tradicionais que se mantiveram em meio ao crescimento da “cidade modernizada”.

2.2.1 Cidade tradicional: tempo lento e costumes rurais na cidade

Campina Grande, durante mais de dois séculos, ou seja, desde o período de ocupação da sua área em 1697 até o começo do Século XX, apresentou um crescimento bem lento. Observando a Tabela 1, no subcapítulo anterior, vimos que, em 1907, a extensão da malha urbana correspondia a apenas 1,3 Km², e o número de edificações era de 731 construções.

Tais dados apontam que, embora Campina Grande se destacasse como entreposto comercial, e já tivesse sido elevada à categoria de cidade há 43 anos (em 1864), ainda conservava a dinâmica vivida na fase em que se constituía como vila. Câmara (1988) salienta que essa cidade inicia o século XX manifestando pouca diferença, se comparada com os anos oitocentos, pois tinha “as mesmas igrejas embora remodeladas, as mesmas casas de mercado, os mesmos açudes, os mesmos comboios de almocreves, o mesmo movimento de boiadas, o mesmo *modus vivendi*, a mesma rotina, os mesmos costumes” (CÂMARA, 1988, p. 50).

O fragmento de texto abaixo, escrito por Mariz (1945), mostra que os limites da área urbana e o aspecto pouco agitado da cidade revelavam fortemente, na época, particularidades do modo de vida rústico encontrado na zona rural:

A redefinição do espaço urbano campinense começou em 1901 com o prolongamento dos bairros de Piabas, Açude Velho, São José e Lapa. Neles encontravam-se algumas modestas bodegas e casas residenciais distribuídas em espaços descontínuos, entremeados de terrenos alagados, resto de mata, sítios com pomares e currais de pau-a-pique. Todos esses bairros voltavam-se na direção das tradicionais estradas. Saliente-se, ainda, que a prática comum de caça em Bodocongó, exercitava também como lazer em outras matas que circundavam o núcleo urbano, evidenciava a rusticidade do ambiente campinense. (MARIZ, 1945, p. 13)

O autor afirma que, a partir do Século XX, a cidade começa a passar por uma redefinição da sua área e que, nesse período, a malha urbana se expande para os bairros do seu entorno. É importante ressaltar que, excluindo-se o Bairro São José, localizado a oeste do Açude Velho, e o atual Bairro José Pinheiro, antes conhecido como Açude Velho, os outros dois bairros restantes constituem áreas que foram incorporadas ao Centro. Essa informação confirma o fato de que, naquele momento, a cidade se apresentava como centro único, portanto, uma “cidade histórica ou tradicional”. Além disso, Mariz (1945) descreve a área urbana, mostrando que nela havia muitos espaços descontínuos permeados pela presença de traços rurais – currais, sítios e pomares – e aponta a caça como um dos costumes do campo mantidos pelos habitantes.

A redefinição do espaço urbano campinense não aconteceu do dia para a noite, pois a ampliação da malha urbana está intrinsecamente relacionada a um permanente processo – o de produção do espaço – entendido como uma ação que se realiza continuamente e que implica tempo e mudança. Logo, esse processo é uma estrutura em seu movimento de transformação, como diria Santos (1998, p. 95), “o processo é o permanente *devir*”. Nesse sentido, a mudança na estrutura da cidade de Campina Grande ocorreu relativamente de maneira lenta a partir do início do Século XX, porque, se verificarmos o crescimento da cidade desde a ocupação de

sua área até fins do Século XIX, perceberemos que não houve um acréscimo considerável da malha urbana. A redefinição ou reestruturação da “cidade tradicional” em “cidade modernizada” foi acontecendo aos poucos, impulsionada pelo desenvolvimento técnico e pela modernização dos equipamentos urbanos e dos costumes da população.

A chegada da ferrovia, em 1907, foi um dos marcos no processo de produção do espaço urbano, pois a expansão da linha ferroviária de Itabaiana a Campina Grande provocou a diversificação da vida econômica nessa última cidade, que, a partir de então, passou a se destacar não apenas em função da comercialização empreendida na feira, mas também devido ao crescimento do comércio atacadista, ao surgimento das primeiras indústrias e ao oferecimento dos serviços urbanos.

A implantação da via férrea proporcionou grande dinamismo à atividade comercial, já que, antes, o transporte de mercadorias era realizado apenas pelos tropeiros que transitavam do Sertão para o Litoral (e vice-versa). Nessa época, não existiam rodovias, logo, os almocreves percorriam as únicas vias de ligação: os caminhos do gado e algumas estradas carroçáveis. Então, depois que foi instalada a ferrovia, houve uma integração entre o transporte tradicional e o moderno, os tropeiros continuaram conduzindo os burros de carga com mercadorias das cidades do interior do Sertão para Campina Grande, e o trem as transportava para os portos litorâneos, principalmente o de Recife, de onde os produtos (sobretudo o algodão) eram exportados. Nesse sentido, Vasconcelos (*apud* BARBOSA, 1991, p. 26) enuncia que “a construção da ferrovia em Campina Grande modificava sobretudo (*sic*) o sistema de transporte. Sem eliminar o transporte tradicional de carga, o burro, o trem veio trazer maior velocidade no escoamento de mercadorias para outras praças comerciais”.

Por outro lado, devido à modernização e à intensificação das relações comerciais, Campina Grande passou a ser fortemente influenciada pelas inovações tecnológicas e pelos hábitos modernos vindos do exterior, que tinham como porta de entrada a capital pernambucana. A estação ferroviária, na época, tornou-se um dos locais mais frequentados pela população campinense, pois era aonde as pessoas iam para saber das notícias e das novidades vindas de Recife, antes que fossem espalhadas para as cidades do interior paraibano. Daí em diante, Campina Grande, antes considerada “Boca de Sertão”, passa também a se caracterizar como “Ponta de Trilhos”, já que essa era a última localidade até onde os trilhos chegavam, logo, para lá eram escoadas produções vindas de localidades longínquas do interior, como também eram enviados os produtos do comércio e os serviços

recifenses.

No início do Século XX, o principal produto comercializado e exportado era o algodão. A produção algodoeira mantinha a economia das cidades do interior da Paraíba e a de Campina Grande, lugar por onde se escoava a produção em direção aos portos de Cabedelo e, sobretudo, de Recife. O trem possibilitou uma rapidez no escoamento dessa produção, permitindo uma circulação e uma acumulação mais rápida de capital.



Figura 4 – Sacas de algodão na Rua Marquês do Herval em 1922; atrás, no segundo plano da imagem, podemos visualizar alguns burros de carga levando pesados fardos de algodão.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

A produção, a comercialização e o beneficiamento do algodão em grande escala favoreceram ainda mais o desenvolvimento da atividade comercial e intensificaram o movimento de tropeiros e de comerciantes. Durante as quatro primeiras décadas do Século XX, essa mercadoria tornou-se tão importante para a cidade e para a região que as principais ruas centrais de Campina Grande ficavam lotadas com os burros de carga e os pesados fardos de algodão espalhados por todos os lados. Tal fato pode ser evidenciado na Figura 4, como também no trecho abaixo escrito por Diniz (2004):

O algodão trazido e armazenado em Campina Grande ocupava todos os recantos do povoado, lotavam, desde os velhos e novos armazéns erguidos na sua praça comercial a residências dos comerciantes e até a área das suas ruas e praças, onde eram ali mesmo pesados e comercializados. O acúmulo deste produto na cidade atraía compradores de toda a região até do exterior, como o mercado consumidor inglês que importou grandes volumes deste produto. (DINIZ, 2004, p. 33)

Assim, a cidade de Campina Grande foi se constituindo como um importante centro de drenagem da produção do interior do Estado, intensificando as relações com a metrópole regional Recife e, ao mesmo tempo, configurando-se como um polo regional difusor do comércio e dos serviços, especialmente para as cidades pequenas. Por conseguinte, Costa (2003, p. 33) afirma que “Campina Grande por sua vez torna-se um centro, de primeira ordem, hierarquicamente subordinado ao Recife, porém comandando imensa quantidade de pequenas localidades centrais, em extensa área aonde a presença de centros intermediários era quase ausente”.

Além do crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços, entre 1907 e 1930, a comercialização e o beneficiamento do algodão proporcionaram a instalação das primeiras indústrias na cidade que se caracterizavam como pequenas e médias indústrias voltadas para o beneficiamento do algodão. Esses primeiros empreendimentos industriais se estabeleceram nas proximidades do Açude Velho e do açude de Bodocongó, pois necessitavam das fontes de água para a produção fabril.

Nesse período, Campina Grande experimentou grande crescimento econômico amparado na atividade comercial, que se intensificou, principalmente, devido à produção algodoeira voltada para atender ao mercado externo. Esse crescimento ficou explícito no incremento de estabelecimentos comerciais e de serviços, na abertura de indústrias, e na introdução de hábitos e equipamentos modernos. A partir das décadas de 1920 e 1930, a modernização atingiu também os meios de transporte, quando começaram a aparecer os primeiros automóveis e caminhões (Figura 5). Nesse sentido, Câmara (1988) afirma:

O comércio consolidou-se com o advento do automóvel. Os caminhões substituíram não somente as carroças de bois, mas, também as tropas de burros que, às centenas, entravam diariamente na cidade. Desenvolveu-se o mercado por atacado que, aos poucos, foi se consolidando na rua das Areias. A indústria local também tomou incremento com o fabrico de camas de ferro, malas, sabão, móveis, facas de ponta, rede, etc. e com as usinas hidráulicas de prensamento de algodão. (1988, p. 109)



Figura 5 – Caminhões e casas comerciais na atual Rua João Pessoa em 1929.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

Também teve início o tráfego de bondes, com a instalação de duas linhas: Areias (atual Rua João Pessoa, onde se concentrava o comércio atacadista) e Açude Velho, que funcionavam através de seis bondes de passageiros e quatorze reboques para a condução de mercadorias. Segundo Câmara (1988, p. 103), a empresa de bondes funcionou regularmente, no entanto, foi desativada meses depois, mediante protestos e sabotagens dos caminhoneiros que se sentiram prejudicados com os privilégios direcionados àquele serviço de transporte.

Em 1936, conforme o Anuário da Paraíba (*apud* CÂMARA, 1988), Campina Grande foi considerada a principal cidade do Nordeste brasileiro e a terceira praça algodoeira no mercado mundial. Nesse ano, já possuía quatro prensas hidráulicas, cinco estabelecimentos bancários, três fábricas de tecidos grossos, fios e aniagem, três fábricas de sabão, duas de gelo, uma de camas de ferro e lavatórios, uma de curtumes e vaquetas, uma de mosaico e outras, além de vários colégios equiparados, sociedades dançantes, etc.

Ainda que Campina Grande tivesse alcançado o apogeu econômico com a grandeza de sua feira, a comercialização e o beneficiamento do algodão, na década de 1930, a infraestrutura urbana e os costumes dos habitantes da cidade, até aquele momento, caracterizavam-se como rústicos. Queiroz (2008) afirma que as ruas e as moradias eram insalubres, não havia abastecimento de água nem coleta dos esgotos domiciliares, os usos e as funções se misturavam na cidade única, e as vias eram incompatíveis com a velocidade e a

necessidade de circulação dos transportes mecanizados, etc.

Quase todos os lotes, na área urbana, eram estreitos, as edificações não tinham recuos frontal e lateral, em relação aos limites do terreno e os telhados eram simples, de duas águas, paralelos ao alinhamento das ruas. As águas pluviais escoavam das coberturas para as vias públicas e os quintais e arrastavam tudo o que encontravam pela frente em direção aos açudes, inclusive o lixo e os dejetos que transbordavam das latrinas. As pessoas com melhores condições financeiras construíam cisternas em seus quintais para armazenar as águas das chuvas que caíam sobre os telhados; algumas vendiam ao público, quando era anunciado pelos carregadores de água a sua escassez nos reservatórios da cidade. (QUEIROZ, 2008)



Figura 6 – Rua Vila Nova da Rainha, no cruzamento com a Rua Afonso Campos em 1932.
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

No início dos anos 1930, conforme observamos na Figura 6, embora já se percebesse algum alinhamento na rua principal, as demais se configuravam como caminhos tortuosos, sem pavimentação e sem calçadas. Estas, geralmente, podiam ser encontradas nas ruas de maior circulação de pessoas e naquelas com residências de pessoas mais abastadas. Reis Filho (1968) ressalta que as calçadas eram estreitas, desalinhadas, fora de nível e construídas pelos proprietários das residências de forma independente; além disso, as calçadas existiam mais como elementos para proteger os edifícios dos buracos abertos pela força das chuvas do que como passeios públicos.

Baseando-nos, ainda, em Queiroz (2008), vale ressaltar que, nas residências, não havia abastecimento de água encanada nem esgotamento sanitário, tudo era feito manualmente. Então, os aposentos da casa que precisavam do corrente consumo de água e da evacuação de dejetos, como a cozinha e o banheiro, ficavam no fundo dos lotes à parte do restante da edificação. Essa localização facilitava o transporte dos baldes d'água dos quintais para as cozinhas e os banheiros e mantinha certa distância das fossas, dos fortes odores e dos problemas provenientes dessa precariedade técnica para resolver o destino do lixo e dos dejetos humanos.

Freyre (1968) expõe que, nos principais centros urbanos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, as habitações também apresentavam a cozinha como um ambiente imundo e precário; a sala da frente era grande e, às vezes, bem arejada, enquanto o resto da casa era úmido e escuro; havia alcovas e corredores sombrios, e o lugar onde se preparavam os alimentos era muito sujo e rudimentar; nesse aposento, o fogo se animava com abanos de folha, tirava-se água das jarras com quengas de coco e nele era despejado o lixo produzido. No trecho a seguir, Queiroz (2008) descreve as moradias de Campina Grande, relata como era o ambiente da cozinha, mostrando sua proximidade com o quintal, e descreve alguns costumes rurais que aí eram mantidos:

Pela própria natureza dos seus usos, a relação entre cozinhas e quintais sempre foi uma constante. Além das fumaças e dos odores bem e malcheirosos que careciam ser eliminados para fora da casa, sem que se espalhassem pelos seus demais cômodos, entre esses dois espaços se realizava uma série de atividades rotineiras, intensas, que precisavam ficar próximas, como a busca de lenha, de água na cisterna e de alimentos que eram plantados ou criados no quintal, como porcos e galinhas. (QUEIROZ, 2008, p. 70).

Enfatizamos que a organização dos cômodos das casas, na área urbana, durante esse período, assemelhava-se muito às casas dos vaqueiros e dos agricultores na zona rural, pois, no campo, os aposentos onde eram e, em muitos casos, ainda são realizadas as atividades que fazem uso da água ficam em anexo na parte de trás das moradias. Essa descrição realizada por Queiroz (2008) lembra-nos os escritos de Maia (2000), ao analisar os costumes rurais na cidade de João Pessoa. A autora observa o interior das casas dos criadores de gado, verificando que, nas casas visitadas, a cozinha sempre se encontrava nos fundos, de frente para o quintal, onde ficavam a cocheira, o curral e o chiqueiro; já o banheiro, geralmente, era separado da habitação, num lugar afastado do quintal. Podemos afirmar que, nas primeiras décadas do Século XX, devido ao pouco desenvolvimento técnico e à origem dos habitantes, as características das casas rurais estavam muito presentes nas moradias localizadas na área urbana de Campina Grande.



Figura 7 – Carregadores de água (conhecidos como aguadeiros), no ano de 1930, concentrados nas margens do Riacho das Piabas, local próximo à atual Feira Central, onde hoje se encontra o SESC-Centro.

Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

Até a segunda metade do Século XX, a maioria da população campinense enfrentou dificuldades por causa da escassez de água ou dos problemas relacionados à sua qualidade, como a insalubridade e o alto teor de salinidade que atingia todo o solo de Campina Grande. A população era abastecida com a água captada das cisternas ou retirada dos açudes localizados na cidade. Nesse último caso, como notamos na Figura 7, existiam os aguadeiros que transportavam a água em latas amarradas no lombo de jumentos e passavam por toda a extensão urbana abastecendo a população. No entanto, a água era salobra, insuficiente e impura. E o lixo produzido era direcionado pelas chuvas para as áreas baixas da cidade, onde justamente estavam os açudes.

Em 1927, o governo, tentando resolver esse problema, inaugurou o primeiro sistema de abastecimento de água da cidade utilizando os açudes Puxinanã e Grota Funda. Entretanto, conforme Queiroz (2008) e Nascimento (*apud* ARAÚJO, 2010), esse serviço não contava com as técnicas de purificação d'água e consistia apenas numa tubulação que captava a água dos açudes e a conduzia para um reservatório implantado nas proximidades do cemitério do Carmo, no Bairro Monte Santo. Além disso, esse abastecimento favoreceu, principalmente, os comerciantes e os industriais e não atingiu a maioria da população pobre, que continuou utilizando a água dos açudes.

Essa conjuntura melhorou, em 1939, com a instalação do sistema de água e o tratamento de esgoto, através da construção da Barragem de Vaca Brava, localizada no município de Areia. Todavia, esse melhoramento não foi suficiente para atender a toda a população, somente a um pequeno número de casas. Sob o ponto de vista de Câmara (1988), apenas cerca de 30 residências foram beneficiadas pelo serviço de água e esgoto, o restante da população, pobre e periférica, tinha que se deslocar até um dos sete chafarizes construídos nesse período em vários pontos da cidade.

Costa (2003) afirma que o abastecimento de água sempre foi um dos principais problemas enfrentados pela população de Campina Grande e que a barragem de Vaca Brava resolveu parcialmente essa situação na cidade. Assim, o autor considera que esse problema só começou a mudar, de modo ainda insuficiente, se levar em consideração a população pobre, na segunda metade do Século XX, com o funcionamento da barragem de Boqueirão:

Quanto à água, apesar da escassez e dos problemas com a qualidade, a população pobre se abastecia nos barreiros, lagoas e cacimbas existentes em toda a periferia da cidade, situação que só começou a mudar com o abastecimento a partir do açude de Boqueirão em 1958. O que não significou, num primeiro momento, benefício direto para a população pobre dos bairros, cujo acesso ao precioso líquido se fazia pela compra nos chafarizes ou nas poucas residências com condições de instalar tubulações hidráulicas. (COSTA, 2003, p. 40)

Nas décadas de 1930 e 1940, houve um verdadeiro “bota - abaixo” na cidade, principalmente durante o governo do prefeito Vergniaud Wanderley. A preocupação com os surtos epidêmicos e com os ideais modernos impulsionou várias decisões por parte da municipalidade na cidade, além da instalação do sistema de água e de esgoto. Sobre isso, Sousa (2006) destaca:

- O deslocamento do matadouro público das proximidades do Centro (no Bairro Monte Santo) para o Bairro de Bodocongó;
- A mudança da feira de cereais das principais ruas da cidade (Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Princesa Isabel, Monsenhor Sales e praças Eptácio Pessoa, Luz e Cristiano Lauritzen) para as imediações do atual Mercado Público, construído na década de 1940 no Bairro das Piabas;
- A demolição dos currais de alvenaria na Rua Marcílio Dias (antiga Rua das Piabas, onde funcionava a feira de gado desde o final do Século XIX) e a mudança da feira de gado para o novo bairro popular que estava surgindo – José Pinheiro – onde foram levantados outros currais de madeira;
- A transferência dos prostíbulos das ruas centrais para uma área afastada e marginal

próxima ao Açude Velho, que ficou conhecida como Bairro Chinês ou Manchúria¹²;

- A destruição das moradias populares, empurradas para as áreas periféricas, como por exemplo, o Bairro José Pinheiro, onde os traços rurais eram muito fortes. Assim, essa camada da população tinha que fazer uma boa caminhada a pé até as ruas centrais para trabalhar.

Assim como nas reformas de Haussmann, em Paris, e nas reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, ressaltamos que as reformas urbanísticas, em Campina Grande, foram também muito influenciadas pelo ideário de progresso e de modernidade permanente no pensamento de parte das elites e dos governantes da então cidade. Nesse momento, praticamente todas as edificações da cidade do período colonial foram destruídas, a única exceção foi a antiga Casa de Câmara e Cadeia, da primeira metade do Século XIX, onde, na época, funcionava o prédio do Telégrafo Nacional, hoje Museu Histórico da cidade.

Os prefeitos Pereira Diniz e Vergniaud Wanderley ordenaram que todas as antigas construções da área central fossem demolidas, e fossem construídas nas principais ruas da cidade apenas edificações com dois pavimentos, seguindo o estilo arquitetônico francês Art Decó; além disso, as ruas da área central foram niveladas, alinhadas, alargadas e pavimentadas para que fosse possível um fluxo cada vez maior de automóveis. Queiroz (2008) sintetiza tais modificações, relatando:

[...] as décadas de 1930 e 1940 assistiram a grandes transformações na paisagem urbana campinense, responsáveis pela instituição de novas formas de se viver nessa cidade, e de se estar excluído também. Ruas foram alinhadas, reticuladas, drenadas, pavimentadas e arborizadas; avenidas foram abertas usos e classes sociais separados, foram instalados serviços mecanizados de abastecimento de água e coleta de esgoto. O antigo conjunto arquitetônico das áreas centrais foi, em boa parte, colocado abaixo para o surgimento de novos edifícios, os recentes subúrbios abertos trouxeram formas aburguesadas de morar. As iniciativas alteraram os usos e as formas da cidade, estabeleceram novos cotidianos entre a rua e a casa, entre o edifício e o urbano, entre o público e o privado. Contudo, usos e formas passadas, ignoradas ou resistentes, sempre encontraram espaços para permanências. (QUEIROZ, 2008, p. 17)

Com as determinações da reforma urbanística em ruas centrais, como a Maciel Pinheiro, alguns proprietários de casarões não conseguiram adaptar as edificações à arquitetura moderna exigida, então, buscaram outras ruas que se tornaram, durante esse período, locais preferidos pelas elites, como as ruas: “João da Mata, Floresta, Afonso Campos, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade e Vidal de Negreiros e a Praça Coronel

¹² A área da Mandchúria também era denominada de “Bairro das Piabas” e “Bairro dos Currais”, pois se situava próximo ao Canal das Piabas e ficava na área dos antigos currais de gado, onde era realizada a feira de gado até ser transferida para o Bairro José Pinheiro.

Antônio Pessoa”. (SOUSA, 2006, p. 120) Em contrapartida, algumas ruas centrais foram se destinando especificamente ao comércio, como as ruas: “Rua Grande ou Maciel Pinheiro, Armazéns ou Marquês do Herval, Praça do Algodão ou João Pessoa, Rua Irineu Joffily, Estação da Great Western, Monsenhor Sales ou Independência, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e, especialmente, a Rua das Areias ou João Pessoa”. (SOUSA, 2006, p. 45)

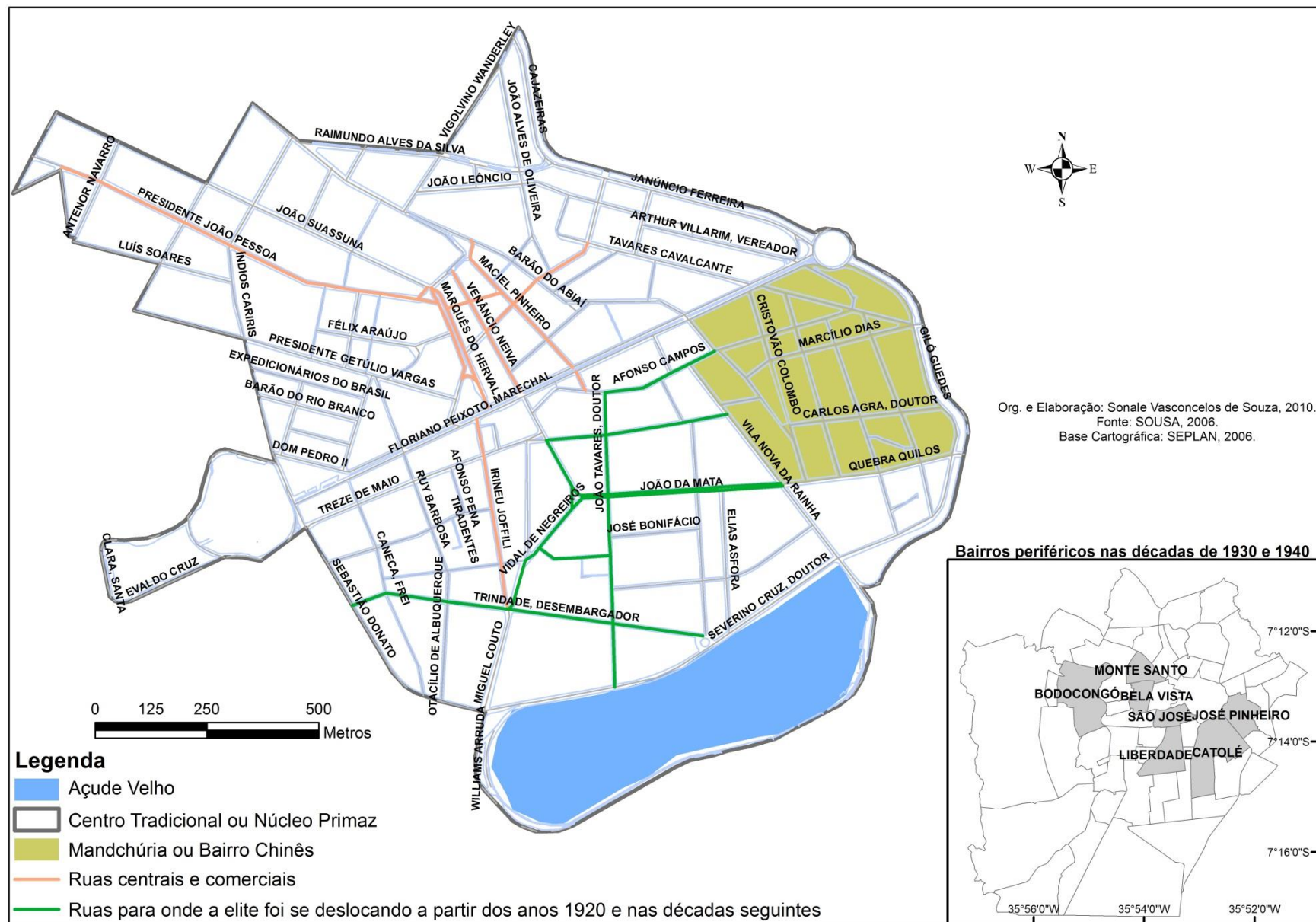
A partir de então, começa a se estabelecer em Campina Grande uma diferenciação urbana, ainda tímida, entre centro e periferia, a qual passa a se constituir a partir da formação dos primeiros bairros. A área central transforma-se em uma paisagem com ares mais modernos, que só permitia construções com mais de um pavimento. Desse modo, há uma valorização da área do centro, que passa a se caracterizar pela concentração dos estabelecimentos comerciais e das residências da elite local. Em contrapartida, tem-se a ocupação de novas áreas destinadas às pessoas expulsas do centro e aos migrantes de outras cidades.

Apesar de ainda muito compacta em seu núcleo primaz, essas mudanças proporcionaram uma segregação social e espacial da população campinense, em que a elite permanecia em determinadas ruas centrais e a população pobre começava a ocupar os bairros periféricos que iam surgindo. Assim, foram formando “bairros finos e ‘bairros baixos’; bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e ‘bairros ambíguos’, suspeitos”. (SOUSA, 2006, p. 121)

Como podemos verificar no mapa 3, entre 1930 e 1950, devido à intensificação da urbanização, a maior fluidez promovida pelo trem e, posteriormente, pelo automóvel e as reformas urbanísticas, a cidade se expande. Essa primeira expansão se dá em direção aos bairros onde estavam localizadas as indústrias, como São José, Liberdade e Bodocongó, mas também perpassava os bairros que davam acesso ao açude de Bodocongó, como Monte Santo e Bela Vista, e os bairros populares Catolé (antes conhecido como Prado) e José Pinheiro, localizado nas proximidades da Mandchúria¹³.

¹³ Área onde ficavam concentrados os prostíbulos e as pensões e onde também havia uma grande quantidade de quitandas, quiosques, bodegas e algumas casas de jogos ou bilhar. Morava no local uma classe trabalhadora que sobrevivia desses serviços e do comércio na feira. A Mandchúria ficava na área em que se encontra, atualmente, a Feira Central de Campina Grande.

Mapa 3 – O centro tradicional e a formação dos bairros periféricos em Campina Grande (1930-1940)



Com a reforma urbanística e a aplicação de medidas higiênicas e sanitárias, os locais tidos como focos de imundície por causa da falta de limpeza e da sujeira produzida – as feiras de cereais e de gado, o mercado público, o matadouro, os cemitérios, algumas fábricas e os curtumes – foram todos deslocados para áreas mais afastadas. Outra mudança relacionada à higiene pública foi a instalação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Essa inovação provocou alterações na localização dos cômodos nas moradias, já que as cozinhas e os banheiros passaram a ser integrados com os demais ambientes das casas, e contribuiu para dar outro aspecto às ruas, que, a partir de então, foram niveladas, alinhadas e pavimentadas.

Esse conjunto de modernizações não só provocou transformações na forma física da cidade, como também impulsionou uma agitação no modo de vida dos cidadãos. Assim, destacamos que caminhões e automóveis movimentaram as ruas da área central da cidade, reduzindo o número de animais utilizados como meio de transporte. Câmara (1988) aponta que, a partir da década de 1920, as carroças de bois, empregadas no transporte urbano de mercadorias, desapareceram por determinação da municipalidade. O autor também relata que alguns costumes tipicamente tradicionais e/ou de origem rural, antes comumente realizados na cidade, deixaram de ser vistos na década de 1930, como: as lapinhas, os pastoris, as fogueiras de São João, as derrubadas de gado, as cavahadas, os cavalos-marinheiros, a condução de cadáveres em rede, as brigas de espada, etc. Todavia, é importante ressaltar que as mudanças não foram tão repentinas e drásticas como pareceram na fala de Câmara (1988), elas ocorreram aos poucos, nesse momento, foram mais visíveis nas principais ruas do Centro. Em compensação, nos bairros que estavam se formando nos arredores da cidade, os traços e os costumes rurais eram muito marcantes. Sousa (2006) ao estudar sobre as classes trabalhadoras e populares de Campina Grande, entre os anos de 1920-1945, revela um pouco do cotidiano lento e tranquilo vivido, durante esse período, na área habitada mais antiga da cidade, excluindo a parte central – o Bairro São José – que

era um lugar tranquilo, onde se viam pessoas andando a passos lentos pelas ruas e becos, num ritmo de cidade ou bairro com fortes traços rurais. Aqui um morador na porta de casa, ali um menino tangendo um jumento, acolá peregrinos em rumo à igreja, ou embaixo de uma árvore, protegendo-se do sol escaldante. Durante as primeiras décadas do século XX, este silêncio e tranquilidade só eram quebrados pelas batidas do sino da igreja e pelo som dos metais das fábricas de faca de ponta. Era uma área de agricultores, alguns comerciantes, operários, artistas, ferreiros e domésticas. [...]Para o açude desciam diariamente mulheres, homens e crianças que iam lavar roupas, tomar banho, dar água aos animais e buscar água para o consumo. O movimento inverso também era comum: subiam para o São José carregadores de água, conduzindo grandes rebanhos de animais com o precioso líquido para abastecer os seus moradores. (SOUSA, 2006, p. 180-181)

Com a citação acima, deduzimos que as modernizações, até a década de 1940, restringiam-se à área central da cidade, pois os moradores dos arredores, como, por exemplo, os do Bairro São José, ainda utilizavam a água dos açudes para as atividades diárias. Nos arredores da área central, até então, não havia abastecimento de água nem coleta de esgoto, e a presença de animais como jumentos, carregando latas de água para o consumo nas moradias era visível. Conforme Sousa (2006), em relação à população que morava no Centro, os habitantes dos bairros periféricos tinham uma percepção diferenciada acerca do espaço e das práticas cotidianas, pois eles mantinham atividades consideradas atrasadas, promíscuas e contrárias aos preceitos dos discursos higienistas. Entre essas práticas, estavam a criação de galinhas, porcos e animais diversos que ficavam soltos nas proximidades da casa.

Apesar de, nos fins dos anos de 1940, Campina Grande ter experimentado uma expansão considerável da área urbana, até aquele momento, era um único núcleo coeso, e os bairros, ainda pouco ocupados, não tinham vida própria, logo, todos os usos (residencial, comercial, industrial e de serviços) se concentravam e se misturavam na área central e nos seus arredores próximos. Entre o campo e a área central da cidade, não existiam grandes distâncias, nem limites definidos, e os habitantes percorriam diariamente, a pé ou a cavalo, caminhos que os direcionavam dos bairros ao Centro e vice-versa.

A ida ao Centro não acontecia, mais intensamente, apenas nos dias de feira, mas também no restante da semana, já que alguns moradores dos bairros trabalhavam na área central. De acordo com Sousa (2006), quando o acesso à água se tornava difícil, os agricultores residentes nos bairros afastados do Centro, para superar as adversidades e obter os meios de sobrevivência, também procuravam empregos na área central, e muitos se transformavam em jornaleiros e em operários nas indústrias, nas pedreiras ou nas construções de estradas, etc. Portanto, nesse período, a cidade ainda se mantinha como uma “cidade tradicional”. Entretanto, a partir de 1940 em diante, a ampliação da área urbana se intensificou e tornou-se mais complexa e fragmentada.

2.2.2 Cidade modernizada: permanência do rural nos interstícios da malha urbana

Entre as décadas de 1940 e 1960, Campina Grande apresentou uma considerável expansão da área urbana em relação ao seu núcleo central. Nesse período, desfrutou de um forte crescimento populacional e econômico, impulsionado pela intensificação do comércio atacadista e varejista e pelo estabelecimento das indústrias de transformação e de

beneficiamento de matérias-primas regionais, como as fábricas alimentícias, de óleo e de sabão, as firmas do ramo têxtil, os curtumes, as indústrias de beneficiamento de algodão e de sisal, etc.

Embora, a partir dos anos de 1940, a produção algodoeira tenha declinado devido à concorrência com outros mercados, como o da cidade de São Paulo, por exemplo, tal fato não significou um problema para a economia de Campina Grande, pois o capital e a infraestrutura acumulados durante os tempos auge do algodão favoreceu a manutenção de seu crescimento econômico. Nesse sentido, Pereira (2008, p. 121) destaca que “a indústria sisaleira beneficiou-se em grande parte das estruturas já criadas pela indústria de beneficiamento do algodão”. Conforme Cardoso (1963), Costa (2003), Diniz (2004), Pereira (2008) e outros autores, até os anos de 1960, as indústrias instaladas em Campina Grande eram incipientes, tradicionais e de pequeno porte. Tal fato ocorria, sobretudo, porque a infraestrutura básica, como o abastecimento de água e de energia, era insuficiente e precária na cidade.

Todavia, essa realidade mudou bastante entre os anos de 1940 e 1960, porque a cidade continuou se modernizando, e as instalações básicas foram ampliadas. Portanto, essa época é marcada por grandes obras públicas, como: a construção do aeroporto no Bairro Velame (1942); o fortalecimento e a extensão das linhas de energia de Paulo Afonso até Campina Grande distribuída pela CHESF (1956); a construção do açude Epitácio Pessoa ou Boqueirão (1958); a construção da linha ferroviária, que estabeleceu conexão entre Campina Grande e o sertão paraibano até a cidade de Patos (1958); a abertura de rodovias longitudinais e transversais que perpassavam por Campina Grande, ligando as cidades litorâneas – Recife e João Pessoa – ao interior nordestino e as cidades nordestinas a Sudeste do país, etc.

A partir de então, com a ampliação das rodovias e das ferrovias, Campina Grande passou a exercer uma posição de destaque como coletora e distribuidora de mercadorias, no interior nordestino, e a ser considerada, depois de Recife, o maior empório comercial da Região Nordeste. Cardoso (1963, p. 424) assevera que, na década de 1960, até as pessoas residentes na capital – João Pessoa – compravam no comércio de Campina Grande devido à maior variedade de mercadorias (como os acessórios e peças de automóveis), aos preços mais baixos e ao maior movimento comercial.

A década de 1950, principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi marcada em todo o país pela saída em massa da população rural em direção aos centros

urbanos, estimulada pelo crescimento urbano e industrial. Em Campina Grande, com a queda da produção do algodão e a modernização urbana, não foi diferente, pois, por ser uma cidade de destaque regional, funcionou como escape, ou seja, as pessoas procuravam manter-se nela antes de se direcionar para as cidades da Região Sudeste. O governo federal, visando contribuir para a diminuição do êxodo rural e o desenvolvimento industrial nas cidades nordestinas, criou a SUDENE, com o intuito de atrair investimentos industriais modernos para tais centros urbanos. Foi exatamente nessa fase em que as fábricas já instaladas foram modernizadas, e outras indústrias de capitais nacionais e estrangeiros abriram filiais em Campina Grande.

Essa conjuntura de fatos que ocorreram em Campina Grande – a modernização dos equipamentos urbanos, a difusão da atividade comercial, a instalação de indústrias modernas, a ampliação dos sistemas de transportes e o aumento populacional – acabou provocando a dispersão da malha urbana e, por conseguinte, a diferenciação social entre os bairros. Então, se compararmos o perímetro urbano (Tabela 1, p. 71) e a população (Tabela 2), entre as décadas de 1930 e 1960, veremos um forte crescimento urbano, porquanto a área urbana praticamente triplicou de tamanho, e a população duplicou o seu número, isto é, o perímetro da cidade, em 1930, correspondia a 3,5 Km², e em 1964, a 10,9 Km². Já em relação à população, em 1930, havia cerca de 100.000 habitantes, e em 1960, esse número chegou a 204.582 habitantes.

Tabela 2 – População de Campina Grande (1774 – 2010)

Ano	Número de habitantes
1774	1.490
1864	4.000
1907	17.041
1920	70.806
1930	99.681
1940	127.000
1950	173.206
1960	204.582
1970	195.303
1980	247.827
1991	326.307
2000	355.331
2010	385.213

Fonte: COSTA, Antonio Albuquerque da (2003); IBGE – Censo Demográfico (2010).

É importante enfatizar que, até os anos de 1930, período anterior às reformas urbanísticas e às modernizações empreendidas no Centro, embora Campina Grande se destacasse devido à produção algodoeira e ao comércio, sua área, praticamente, restringia-se ao atual núcleo central, diferentemente da década de 1960, quando já se viam os primeiros sinais de desconcentração da malha urbana. Como podemos verificar na parte azul da Figura 8, a expansão do tecido urbano, inicialmente, acompanhou um formato tentacular e foi direcionada para as duas zonas industriais: uma a noroeste, e outra, a sudoeste da cidade, constituídas nas proximidades dos açudes (Velho e de Bodocongó) e dos eixos rodoviários (BR 230 e BR 104).

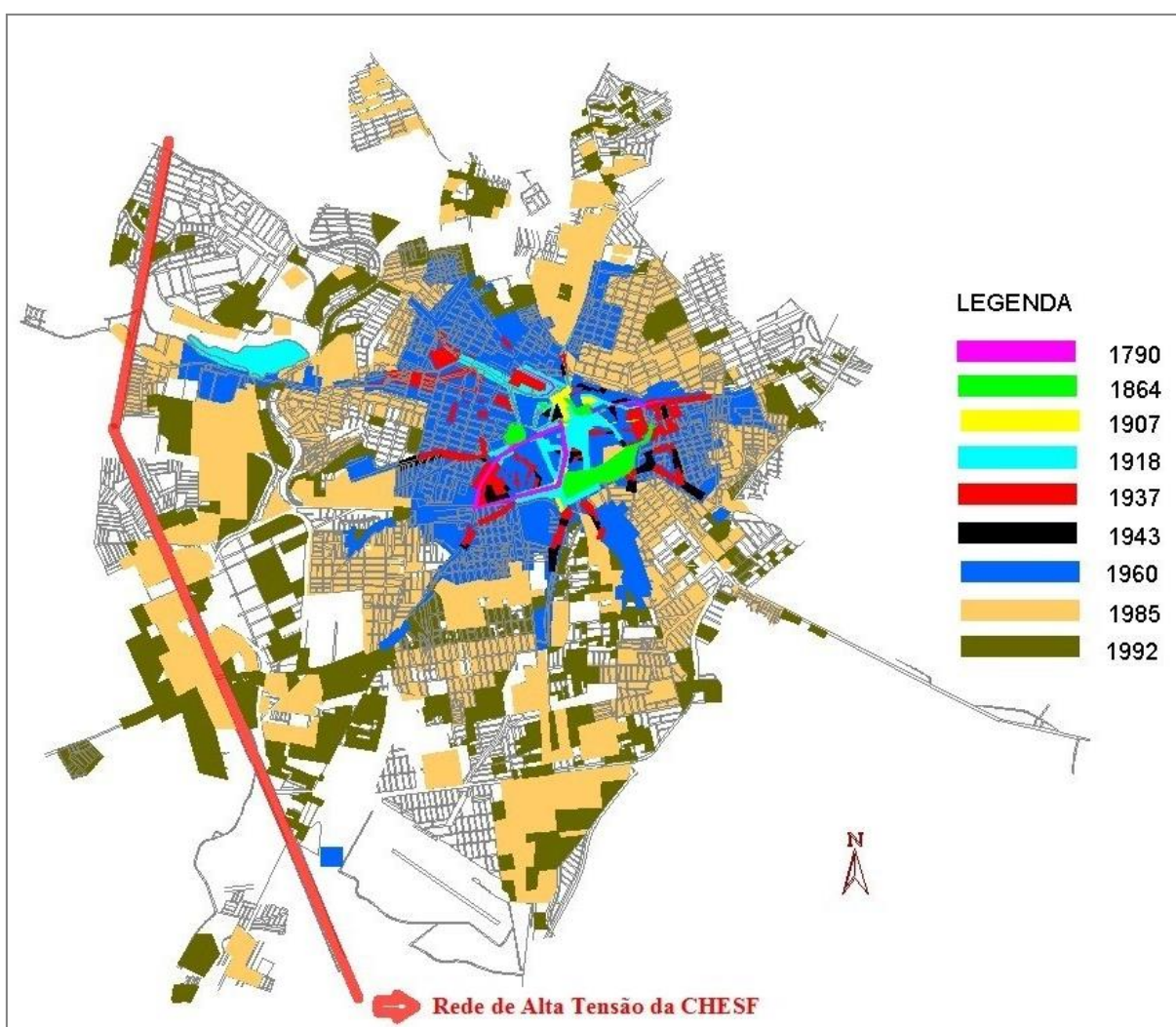


Figura 8 – Expansão da malha urbana de Campina Grande.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/Secretaria de Planejamento, 2006.

Além disso, a cidade foi difundida em direção ao Bairro José Pinheiro, a leste do Açude Velho, ocasionada pela transferência de atividades, como a feira de gado, e pela expulsão da população pobre da área central, que, por não ter condições de pagar um

transporte e precisar ir a pé trabalhar, considerava o acesso ao Centro uma necessidade vital para a sobrevivência.

Cardoso (1963) ressalta que, durante a década de 1960, a cidade de Campina Grande exibiu uma diferenciação social entre os bairros, na qual se verificavam: os bairros tipicamente proletários, como Monte Santo, Moita¹⁴, Cruzeiro, Liberdade, José Pinheiro, Bodocongó e Jeremias; os bairros habitados pela denominada classe média, como Palmeira, São José e Alto Branco; e outros bairros onde já se predominava uma classe mais abastada, como era o caso da Prata, Lauritzen e Tavares. Nesse momento, a cidade apresentava em sua estrutura urbana bairros onde morava a população pobre, alguns localizados perto das indústrias, mas todos ficavam na área periférica; e os bairros próximos à área central, onde residiam uma população com maior poder aquisitivo e a elite de Campina Grande.

A modernização e a ampliação da infraestrutura, o crescimento econômico e a formação dos bairros contribuíram para que a cidade, até então com aparência tradicional, fosse modernizada e apresentasse ares de cidade moderna. Autores como Cardoso (1963), por exemplo, referem que, nessa época, a cidade já manifestava uma especialização do uso do solo, o Centro se tornava cada vez mais voltado para as atividades comerciais, e as residências antes lá encontradas estavam sendo deslocadas para os bairros em constituição.

Nesse contexto, a cidade apresentava outra dinâmica, porque a população que antes caminhava dos bairros em direção ao Centro, agora, dispunham de transporte coletivo com várias linhas de ônibus e lotações. Ademais, segundo Cardoso (1963) e Diniz (2004), nos bairros, havia alguns estabelecimentos comerciais que iam surgindo – bodegas, padarias, carvoarias, bares, botecos, restaurantes, armazéns, quitandas, biroskas, comércios de tecidos, calçados e farmácias. Essas casas comerciais eram simples e serviam para atender às necessidades cotidianas. Eram, como refere Diniz (2004, p. 60), pequenas unidades comerciais de primeira instância, logo,

[...] tinham como função primordial atender exclusivamente as necessidades domésticas dos moradores das localidades com suprimentos básicos indispensáveis, tais como: gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene, alguns medicamentos farmacêuticos, materiais de construção, entre outros produtos. O pequeno comércio realizado nos bairros da cidade tinha, portanto, um papel abastecedor eminentemente doméstico e de curto alcance, limitando-se especialmente a um reduzido número de fregueses residentes, localizados próximos ao seu entorno.

¹⁴ Atualmente é denominado de Bairro Santa Rosa.

Entretanto, na cidade, desde então “modernizada”, mantiveram-se alguns traços marcantes no período em que era caracterizada como “tradicional”, pois, embora surgissem casas comerciais nos bairros, era fácil presenciar muitos vendedores ambulantes que percorriam as ruas da cidade oferecendo, nas portas das residências, uma rica variedade de produtos carregados em carroças de mão ou puxadas por burros, balaaios, sacos e caixa. Tais mercadorias supriam as necessidades básicas mais prementes dos habitantes sem que eles precisassem ir ao Centro ou, até mesmo, sair de casa. (DINIZ, 2004)

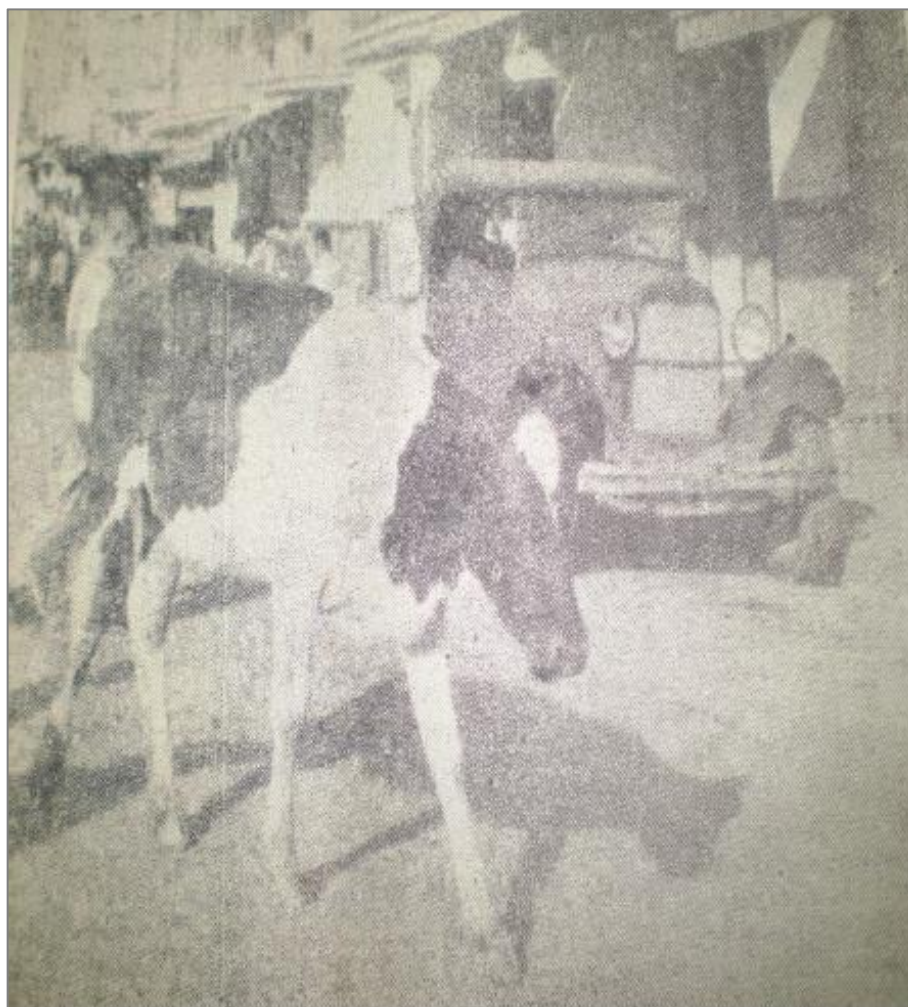


Figura 9 – Vaca percorrendo a Rua Cardoso Vieira no Centro em 1958.
Fonte: ARAÚJO, Silvera Vieira de. 2010.

Apesar de se adequar às normas modernas, alguns costumes e atividades tradicionais relacionados ao cotidiano rural se mantêm na cidade, como a criação de animais e a plantação em pequenos roçados. Câmara (1988) escreve que, entre as décadas de 1920 e 1930, desapareceram as carroças de bois e as tropas de burros na cidade. Contudo, sabemos que tal fato não ocorreu repentinamente na área central, como também não aconteceu de modo absoluto em todos os locais da cidade. O Código de Posturas do Município de 1953 explicita

que a criação de animais se fazia presente na cidade, na década de 1950, já que, em um de seus artigos, determinava a proibição da criação de animais em espaço urbano e estabelecia que seu descumprimento fosse passível de multa.

De acordo com Araújo (2010), essa lei justificava que a construção de uma cidade limpa e moderna dependia da mudança das práticas cotidianas da população, que deveria adotar hábitos higiênicos e modernos e abandonar alguns bastante arraigados, como: a criação de animais no perímetro urbano, a prática de jogar cascas de frutas, lixo e águas servidas nas ruas e sujar as placas de numeração de ruas. Conforme exposto, nessa época, a criação de animais, além de ser considerada uma atividade que sujava a cidade, era compreendida como atrasada, portanto, não deveria ser realizada numa cidade que visava se modernizar e se diferenciar do meio rural.



Figura 10 – Cruzamento da Rua Getúlio Vargas com a Rua Siqueira Campos, no Centro, provavelmente na década de 1960. No terceiro plano, veem-se bovinos na rua.
Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].

As Figuras 9 e 10 mostram como era comum encontrar animais sendo criados nas proximidades da área central¹⁵ e revelam o cotidiano das ruas centrais, nas décadas de 1950 e 1960, em que se verificam traços modernos mesclados aos tradicionais. Também destacamos

¹⁵ Tais fatos relacionados à criação de animais, na área urbana, serão aqui analisados, principalmente no próximo capítulo, a partir dos conceitos de “estratégias” e “táticas” elaborados por Certeau (1994).

a modernização da infraestrutura básica, com os postes de energia elétrica, as ruas pavimentadas e o esgotamento sanitário.

Rios (*apud* COSTA, 2003), analisando o comércio de Campina Grande da década de 1960, salienta que, apesar do surgimento de vários estabelecimentos comerciais varejistas, a feira central de cereais desempenhava papel de grande importância tanto para a população citadina quanto para a população periférica e a rural. Ela funcionava como local de abastecimento das classes média e alta, que realizavam as duas feiras semanais, nas terças e sextas-feiras à tarde, com o intuito de comprar frutas, verduras e carnes fresquinhas. Além disso, atendia às necessidades de sobrevivência de determinada parcela da população, que vendia na feira seus produtos e obtinha, por meio dela, os recursos para adquirir as mercadorias básicas. Costa (2003) afirma que esse relato de Rios acerca da feira dos anos de 1960 continuou condizente com a realidade para os vinte anos seguintes e mostra como eram os dias de feira na década de 1980:

As quartas-feiras e mais precisamente os sábados denotavam que não era um dia de rotina comum em Campina Grande. Nas primeiras horas da madrugada o movimento de pessoas em direção à feira quebrava a monotonia das ruas desertas, com transeuntes de todas as idades. A rotina dos coletivos também não era a mesma, sempre lotados conduziam pessoas que transportavam cestos e mercadorias. De todos os bairros se dirigiam à Feira para as compras ou para vender algo e retornavam para os bairros em ônibus repletos de cestas, sendo muito comum a presença de pequenos animais, tais como galinhas, guinés, perus etc. [...] Também era comum ver as pessoas encaminhando-se para a Feira a pé, conduzindo uma cesta de vime, onde colocariam as compras. Algumas pessoas iam para feira caminhando e retornavam de ônibus, como forma de economizar algum dinheiro. A população mais pobre que morava em bairros próximos ao centro, era frequentemente vista retornando para suas casas com a cesta na cabeça, após a feira. O pouco dinheiro do transporte coletivo era utilizado para comprar algum gênero de primeira necessidade. (COSTA, 2003, p. 115)

A partir do exposto, presumimos que, na cidade, o tempo passava de modo mais lento, apesar da incorporação dos transportes coletivos que realizavam os percursos dos bairros ao Centro e vice-versa. A maioria das pessoas dirigia-se a pé até a feira. Entre outros fatores, isso ocorria porque, nos anos 1960, a cidade tinha uma área relativamente pequena. Segundo Rios (*apud* COSTA, 2003), uma pessoa que estivesse a pé podia atravessar a cidade em apenas 40 minutos e, do Centro ao Bairro de Bodocongó, na época, o mais distante, levava-se um tempo de 35 minutos de ônibus. Assim, a feira e o comércio da área central exerciam forte influência sobre a cidade. As bodegas e os estabelecimentos comerciais dos bairros eram utilizados

apenas para as necessidades diárias mais emergenciais ou quando não se tinha o dinheiro em mãos e dependia-se do “fiado”¹⁶.



Figura 11 – Feira de Campina Grande em 1964.

Fonte: Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> [Acesso: 08/03/2013].



Figura 12 – Barbeiros populares concentrados às margens do Canal das Piabas.

Fonte: Fonte: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/> Acesso: 08/03/2013.

¹⁶ Venda a crédito, em que o vendedor repassa a mercadoria para o consumidor confiando no pagamento futuro por parte dele.

Segundo Costa (2003), alguns serviços tradicionais se mantiveram na feira ou em seu entorno até os anos 1980. O autor relata que era comum encontrar carregadores com balaies (os balaieiros) ou com carrinhos de mão na entrada da feira, que auxiliavam as senhoras e senhores da elite residente no Centro, transportando as compras e as mercadorias. Em troca, cobravam uma quantia em dinheiro, que variava conforme a distância percorrida até as casas dos fregueses.

Como mostra a Figura 12, viam-se os barbeiros populares, conhecidos como “pela-porco” ou “pé de forquilha”, que cortavam cabelo e faziam a barba dos homens com menor poder aquisitivo, em barracas armadas com caibros e varas de madeira, num terreno desocupado próximo à feira, às margens do Canal das Piabas, onde atualmente está situado o prédio do SESC (Serviço Social do Comércio). O serviço era feito em um local improvisado, rudimentar e ao ar livre; as vestimentas sem luxo, as sandálias e os chapéus que os homens usavam demonstravam que tanto os barbeiros quanto os fregueses eram pessoas de origem popular e/ou rural.

Nessa época, muitos comerciantes e feirantes conciliavam a atividade comercial com a produção agropecuária. Nesses casos, não havia intermediação entre a produção e a venda dos produtos. Costa (2003) afirma que isso não acontecia, necessariamente, por uma questão econômica, mas cultural, porque quase todas as pessoas eram provenientes do campo. Durante a década de 1960, grande parte da população urbana mantinha costumes rurais. Até mesmo nos bairros próximos ao Centro, como Prata e Bela Vista, encontravam-se roçados espalhados no entorno das casas (RIOS *apud* COSTA, 2003).

Até a década de 1970, um vasto terreno, que fica entre os atuais Bairros Bela Vista, Centenário e Pedregal, era uma área utilizada pela população citadina para o cultivo agrícola. Outros bairros mais distantes, como Bodocongó e Malvinas, ainda não eram zona urbana, compreendiam antigas propriedades rurais, onde se concentravam culturas agrícolas regionais como: mandioca, macaxeira, batata-doce, milho, feijão, fava, jerimum e melancia. Por outro lado, além das vacarias, nos bairros, era muito comum encontrar famílias que mantinham nos quintais pequenas criações de animais, como galinhas, guinés, perus e porcos (COSTA, 2003).

Com o apoio e os investimentos direcionados pela SUDENE, até meados da década de 1960, Campina Grande manteve-se economicamente como a principal cidade do estado da

Paraíba. De acordo com Lima (2004), dentre as cinco cidades nordestinas mais beneficiadas com os projetos de ampliação ou implantação de indústrias, Campina Grande estava situada na quarta posição, superando as principais cidades da Região Nordeste, exceto as metrópoles regionais Recife, Salvador e Fortaleza. Todavia, a instauração do governo militar em 1964 provocou mudanças nas políticas públicas da SUDENE. A equipe que comandava esse órgão foi retirada e deu-se início à implantação de uma política centralizadora que priorizava os projetos para as capitais e prejudicava os municípios do interior como Campina Grande. Portanto, a década de 1970 é marcada pela crise na produção industrial, pois com a queda dos investimentos, muitas fábricas fecharam ou procuraram se instalar nas capitais. Sobre isso, Diniz (2004, p. 39) declara:

Campina Grande, ao fim dos anos da década de 1970, registra grandes perdas no seu parque fabril; importantes firmas fecham neste período, deixando à míngua milhares de trabalhadores do ramo. O crescente desemprego na cidade também afetará fortemente o seu comércio, provocando o declínio no consumo e, conseqüentemente, o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais.

O encerramento de várias indústrias acarretou também na queda do comércio, principalmente do atacadista, que era procurado pelos comerciantes para abastecer as cidades do interior (DINIZ, 2004). Outro fator importante que contribuiu para o declínio do setor comercial e, por conseguinte, da economia campinense, nas décadas de 1970 e 1980, foi a ampliação e a pavimentação da infraestrutura viária em nível nacional. Sá (2000) destaca que, a partir de então, o espaço se tornou mais fluído, e as cidades sertanejas puderam se abastecer diretamente no Centro-Sul do país. Portanto, tais transformações ocasionaram a diminuição dos investimentos de capitais direcionados a Campina Grande.

Em contrapartida, a modernização da rede viária, ao longo dos anos, proporcionou o desenvolvimento do setor de serviços na cidade, sobretudo daqueles relacionados às atividades educacionais e médico-hospitalares. Da década de 1970 em diante, essas atividades foram se destacando e favorecendo, novamente, o crescimento econômico de Campina Grande, que passa a ser um importante centro distribuidor de serviços, na região nordestina, e a atrair um grande número de estudantes e profissionais qualificados nas mais diversas áreas.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a área urbana de Campina Grande foi ampliada - passou de 10,9 Km², em 1964, para 45,3 Km², em 1980, portanto, sofreu um acréscimo de 416% da malha urbana, o equivalente a 34,4 Km². A população urbana também aumentou, principalmente devido ao êxodo rural agravado, conforme Lima (2004), com a ocorrência das secas nos anos de 1970, 1972, 1974 e 1976. Contudo, se observarmos a evolução da

população na Tabela 2 (p. 89), verificamos que, na década de 1970, a população caiu, em relação aos anos passados. Esse dado não é justificado pela diminuição da população urbana na cidade, mas pelo desmembramento de territórios provocado pela emancipação de vários municípios que antes eram distritos de Campina Grande. Na verdade, a urbanização não involuiu, ao contrário, assim como a malha urbana, a população urbana continua crescendo em relação à rural (Tabela 3), não apenas em Campina Grande, mas também na maioria das cidades brasileiras.

Tabela 3 – População urbana e rural de Campina Grande (1970 – 2010)

Ano	População urbana	(%)	População rural	(%)	Total
1970	167.335	85,68	27.968	14,32	195.303
1980	228.182	92,07	19.645	7,93	247.827
1991	307.468	94,23	18.839	5,77	326.307
2000	337.484	94,98	17.847	5,02	355.331
2010	367.209	95,33	18.004	4,67	385.213

Fonte: IBGE – Censo demográfico (2010).

Santos (1993) afirma que, entre as décadas de 1940 e 1980, houve uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, pois, durante esses quarenta anos, enquanto a população total brasileira triplicou o seu número, a população urbana teve seu volume multiplicado por sete vezes e meia. Ao explicar o aumento da população urbana em relação à população total do Brasil, Santos (1993, p. 30) acrescenta:

Os anos 60 [do séc. XX] marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar.

Esse incremento populacional, tanto nas demais cidades quanto em Campina Grande, provocou um aumento expressivo do número de favelas. Esse fato se confirma com os primeiros registros e cadastros de favelas na cidade, que datam do final da década de 1970 e início da década de 1980. Assim, até 1979, Campina Grande contava com apenas três favelas de mais expressão: Cachoeira, Pedregal e Jeremias. No entanto, em meados dos anos 1980, segundo Melo (1985, p. 39), e como mostra a Tabela 4, a cidade apresentava “17 favelas, totalizando 6.415 casas, com uma população total de 31.594 pessoas”. Esse era um número bastante considerável da população para a época – cerca de 14% da população urbana morava em favelas. Podemos observar que o aumento foi rápido e que houve um acréscimo em cerca de apenas cinco anos de quase cinco vezes o número de favelas já existentes na década de

1970.

Tabela 4 - Dados referentes às favelas de Campina Grande em 1983

Nº. de favelas	Área (ha.)	População	Nº. de famílias	Nº. de habitações	Pop. Economicamente ativa
17	80,7	31.594	6.415	6.415	16.378

Fonte: COPLAN (1983) *apud* MELO (1985).

A partir de 1970, a malha urbana de Campina Grande começou a crescer, cada vez mais, de maneira espalhada, diferentemente dos anos anteriores, quando se ampliou de modo mais compacto, aproveitando a infraestrutura até então estabelecida (Figura 8, p. 90). Segundo Santos (1993), o crescimento espalhado das cidades brasileiras provém da “urbanização corporativa”, que se caracteriza pela associação entre governantes e empresários, visando à obtenção de lucros e à especulação imobiliária por meio da produção da cidade.

Nesse caso, o Estado produz conjuntos habitacionais distantes e deixa, no interior da malha urbana, áreas não edificadas, que passam a ser valorizadas devido à disponibilização dos serviços urbanos básicos, o que favorece os proprietários fundiários, os incorporadores imobiliários e as construtoras. Em contrapartida, a população pobre, por causa dos altos valores dos terrenos, é direcionada a procurar áreas mais afastadas, o que contribui, ainda mais, para a periferização dessa população e para a configuração de “cidades espalhadas”. Santos (1993, p. 96) conclui que “as cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes”.

Em Campina Grande, o espalhamento do tecido urbano ocorreu por vários motivos. Além do aumento populacional impulsionado pelo êxodo rural e pela falta de políticas públicas direcionadas ao campo, outro fator importante foi a atuação do Estado, conjuntamente com as grandes empresas, mediante a construção dos conjuntos habitacionais pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e a execução dos projetos urbanísticos vinculados ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).

Lima (2004) refere que, no início, o governo militar, por meio do BNH, concentrou seus esforços e recursos na construção de habitações. Contudo, *a posteriori*, estabeleceu diretrizes para a elaboração de projetos, visando formular uma PNDU, cujo objetivo principal era de conter o êxodo rural e a migração populacional das cidades pequenas e médias para as

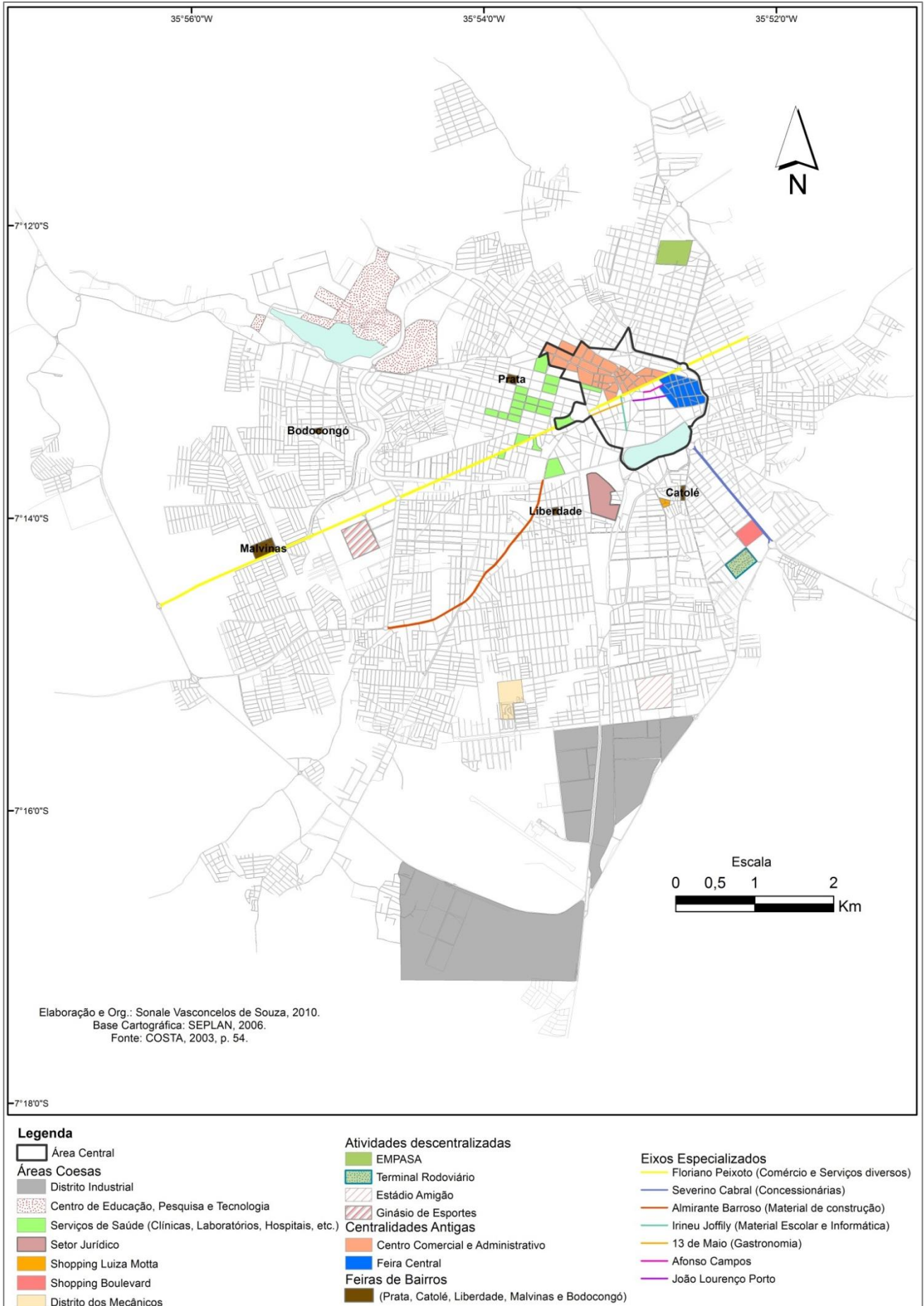
grandes. Dentre os projetos elaborados pela PNDU, dois se destacaram na cidade de Campina Grande: o Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional Cidades de Porte Médio (PNCMP).

O CURA foi proposto com o intuito de melhorar os equipamentos e a infraestrutura urbana e de garantir que a população pudesse usufruir da cidade. Também teve o objetivo de diminuir a especulação imobiliária e propôs que o governo municipal implantasse o sistema de arrecadação do IPTU progressivo para os lotes desocupados. No entanto, de acordo com Lima (2004), não foi bem assim que aconteceu, pois, com a execução do projeto CURA, o IPTU progressivo não foi aplicado e foram realizadas grandes obras de infraestrutura, sobretudo na área central. Logo, tais fatos ocasionaram a expulsão da população pobre que residia nas áreas beneficiadas com as obras do projeto e favoreceram a valorização de alguns lugares, aumentando ainda mais a especulação imobiliária e a formação de favelas em zonas periféricas da cidade.

Assim como o projeto CURA, o PNCMP teve como finalidade evitar a saída da população em direção aos grandes centros urbanos. Esse programa foi criado com o intuito de fortalecer e organizar as atividades produtivas que empregavam a população de baixa renda. Suas ações se voltavam para a oferta de espaço físico adequado ao trabalho, assistência técnica e gerencial, treinamento de mão de obra e crédito, além da disponibilização de infraestrutura urbana, como o suprimento de água, esgoto, drenagem, energia elétrica, transporte e equipamentos de uso comunitário. Lima (2004) enuncia que a atuação desse programa, na cidade de Campina Grande, não passou de uma estratégia para fixar, na periferia da cidade, a população expulsa da área beneficiada pelo CURA. Então, tanto o CURA quanto o PNCMP, no final das contas, acabaram agravando o processo de periferização da cidade, empurrando a população pobre para áreas mais afastadas e valorizando as áreas não edificadas.

Da década de 1970 até os dias atuais, com o aumento populacional e a ampliação da infraestrutura, Campina Grande vem passando por um considerável processo de desconcentração das atividades urbanas. É nesse momento em que os estabelecimentos comerciais e os serviços antes aglutinados no Centro se modernizam e começam a se dispersar mais intensamente pelos bairros.

Mapa 4 – Desconcentração das atividades urbana



Segundo Costa (2003), e como pode ser observado no mapa 4, a abertura de ruas e de avenidas por meio do projeto CURA colaborou para a renovação de algumas áreas e, por conseguinte, para a formação de eixos especializados devido ao surgimento de atividades comerciais e de serviços em algumas avenidas. Também contribuiu para que fossem criados fora da área central: o Distrito dos Mecânicos, no Bairro Jardim Paulistano; a CEASA (atual EMPASA - Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas), no Bairro Alto Branco; os Shoppings Luiza Motta e Boulevard e ainda o Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo no Bairro Catolé.

Ainda na década de 1970, começaram a surgir os supermercados que, inicialmente, instalaram-se na área central e, depois, foram direcionados para as principais avenidas dos bairros. De acordo com Diniz (2004), diferentemente dos mercadinhos e das tradicionais bodegas, os supermercados impuseram um novo jeito de negociar na cidade, pois passaram a concentrar, em um só local, diversos produtos que antes se encontravam dispersos em vários estabelecimentos comerciais (açougue, padaria, etc.), e ao expor os produtos em prateleiras, acabaram com a relação de negociação entre consumidor e vendedor. Da mesma forma como se propagaram os supermercados, a feira central de Campina Grande foi descentralizada, o que favoreceu, na década de 1980, a criação das feiras de bairros e o crescimento do comércio informal, que passou a invadir as principais ruas da área central (COSTA, 2003).

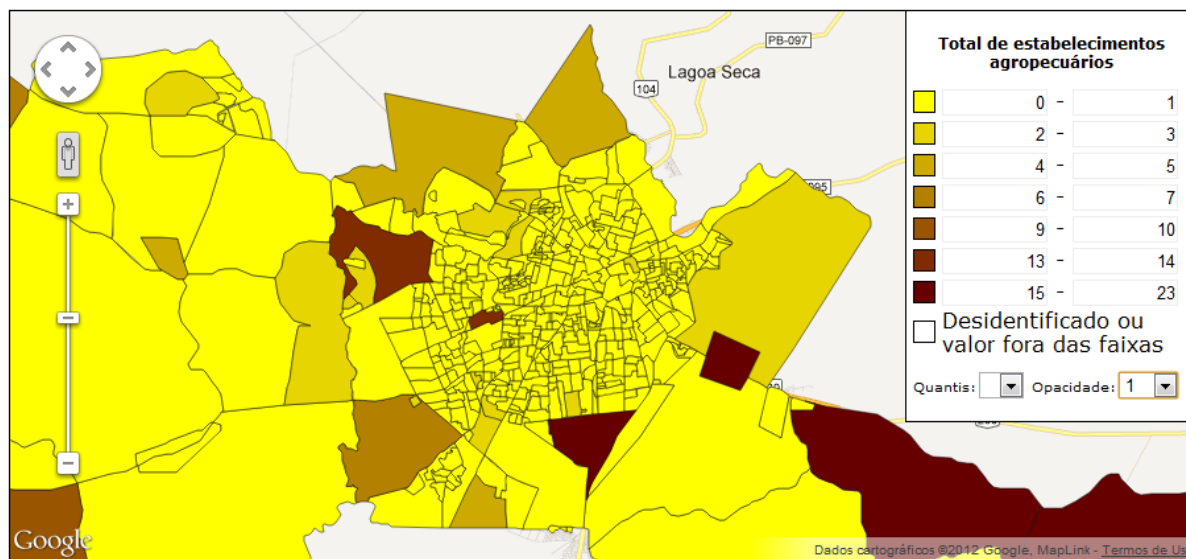
Nas últimas décadas, de 1980 aos dias atuais, tem-se verificado na cidade de Campina Grande, além da dispersão da malha urbana e da desconcentração das atividades, a concentração de alguns ramos comerciais e de serviços em determinadas áreas. Como mostra o mapa 4, o Bairro da Prata se destaca por concentrar os estabelecimentos médico-hospitalares, como clínicas, consultórios e laboratórios; já o Bairro de Bodocongó agrupa os principais estabelecimentos de ensino superior e tecnológicos, como o Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Campus I da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPESQ), a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e o Centro de Couros Albano Franco. Ressaltamos que, com a queda do comércio e da produção industrial em relação aos anos anteriores, a cidade passou a se destacar, regionalmente, como um centro especializado nas áreas de saúde, educação e tecnologia.

Ao longo dos anos, Campina Grande ampliou sua área urbana e se modernizou, deixando para trás a “cidade histórica ou tradicional”. No entanto, é preciso enfatizar que as atividades e os costumes rurais fortemente presentes na área central, desde sua ocupação até meados do Século XX, não desapareceram, foram empurrados devido à introdução de equipamentos urbanos e à necessidade de espaço, mas se mantiveram, principalmente, nos bairros populares e periféricos, perto dos pontos d’água e dos riachos que cortam a cidade, como podemos verificar no mapa 5 acerca da criação de gado bovino e suíno no perímetro urbano.

O mapa 5 foi elaborado a partir dos cadastros dos proprietários de animais de Campina Grande que, geralmente, comercializam na feira de gado¹⁷. É importante ressaltar que nem todos os criadores se cadastram na Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP), apenas aqueles que comercializam legalmente no Parque de Exposição. A maioria dos criadores cadastrados mora na zona rural e negocia grande quantidade de animais em várias feiras. Por outro lado, há uma pequena parte desses criadores cadastrados, representados no mapa por vacas e porcos, que reside na cidade. Nesse caso, apesar de negociar na feira, eles vivem da pequena criação de gado e de sua comercialização na própria cidade. De acordo com os dados e a análise realizada durante a pesquisa, além dos criadores de gado cadastrados, existem muitas pessoas mantendo pequenas criações de gado, sobretudo bovino, suíno e equino, na cidade de Campina Grande.

Além do mapa elaborado com os cadastros dos proprietários de gado da SEDAP, salientamos que, ao procurar informações e dados sobre a produção agropecuária em Campina Grande, no *site* do IBGE, encontramos, no Censo 2010, um mapa com o número de estabelecimentos agropecuários por setor censitário, no município (Figura 13), e a existência de atividades rurais dentro do perímetro urbano. Embora o IBGE apenas considere como área rural as terras que se encontram situadas fora dos limites urbanos, esse órgão, durante a realização do Censo 2010, preocupou-se em levantar os estabelecimentos que mantêm atividades agropecuárias localizadas na cidade.

¹⁷ A feira de gado, atualmente é organizada pela SEDAP e se realiza todas as quartas-feiras, no Parque de Exposição Carlos Pessoa Filho, localizado na saída da cidade para o município de Queimadas.



Fonte: IBGE: Censo 2010.

Figura 13 – Localização dos estabelecimentos agropecuários por setor censitário no município de Campina Grande.

Fonte: IBGE, 2010.

Como mostram o mapa 5 e a figura 13, a maioria das pessoas que cria gado e/ou planta pequenos roçados reside em bairros afastados da área central, principalmente nos bairros onde há pouca densidade habitacional (como o Distrito Industrial, Velame, Acácio Figueiredo, Cidades, Três Irmãos e Serrotão) e nos bairros em que existem áreas não edificadas, como, por exemplo, aqueles por onde passa a rede de alta tensão como Malvinas e Ramadinha.

Em Campina Grande, é visível uma concentração das atividades rurais nas zonas oeste e sul da cidade, o que se justifica pelo processo de ocupação que, como já destacado, ocorreu de maneira espraiada a partir da construção dos conjuntos habitacionais e dos loteamentos populares. Nessa área da cidade, o número de lotes não edificadas é considerável e facilita a permanência da criação de gado, pois esses “espaços vazios” são muito utilizados como área de pasto ou para se plantar capim. Logo, à medida que a cidade cresce, as práticas rurais vão diminuindo ou são direcionadas para mais distante. Esse movimento caracteriza o processo de urbanização mais amplo, descrito pela máxima “a cidade engole o campo”.

O fato de as criações de gado se agruparem na parte oeste, em direção ao interior do Estado, pode estar relacionado também ao sítio da cidade e ao seu contexto histórico, pois, conforme destacado no início deste capítulo, Campina Grande está situada no topo do planalto da Borborema, entre o sertão, de um lado, e o brejo e o litoral, de outro. Na parte oeste, em direção ao sertão, o terreno é mais plano e permeado de pontos d’água propícios à criação de gado. Já na parte leste, em direção ao litoral e ao brejo, o terreno é mais declinado, e isso

dificulta a realização de tal atividade. Ademais, a criação de gado sempre foi uma atividade típica dos sertanejos, diferentemente dos brejeiros e dos litorâneos, que se destacaram pela produção agrícola.

Nas observações empíricas, feitas no início desta pesquisa, verificamos a existência de muitas pessoas que criam gado e plantam em áreas próximas ou abaixo da linha de transmissão de energia da CHESF. Essa linha corta a malha urbana, na zona oeste da cidade, segue o sentido norte-sul e passa por vários conjuntos habitacionais (como Ramadinha, Malvinas e Presidente Médice), por antigas fazendas e áreas atualmente ainda não edificadas. Ao percorrermos a área abaixo da rede de energia, de um lado ao outro, percebemos que há vários currais com pequenas criações de gado sendo mantidas pela pecuária extensiva, aproveitando o pasto natural que cresce ou o capim plantado pelos criadores nessa extensão de terreno.

As criações de gado que são mantidas debaixo da rede de alta tensão e no restante da cidade são utilizadas por parte da população citadina como um meio de sobrevivência ou como um auxílio extra na renda, obtida por meio de empregos urbanos, como moto-táxi, caminhoneiro, pedreiro, etc. No entanto, o motivo pelo qual todas as pessoas conservam essa atividade é o prazer ou o gosto por realizá-las. A maioria dessas pessoas vivia o cotidiano do campo na zona rural de Campina Grande e de outros municípios ou na área atual antes da malha urbana atingi-la, portanto, aprendeu a lidar com o gado e com a agricultura desde a infância, com os pais, e não conseguiram se adaptar ao mundo essencialmente urbano imposto pela sociedade moderna¹⁸.

Com base no exposto, compreendemos que, apesar de Campina Grande se destacar, atualmente, como um centro urbano com serviços educacionais, médico-hospitalares e tecnológicos modernos, não abandonou seus traços tradicionais. Todavia, as atividades rurais foram empurradas da área e dos bairros centrais e tiveram que ser adaptadas à dinâmica da cidade grande modernizada. Portanto, se, antes, as criações e as plantações agrícolas tinham uma área maior para ser aproveitada, atualmente, esses espaços se limitaram bastante, razão por que muitas pessoas acabam se apropriando de áreas não edificadas, como a da rede de

¹⁸ Conforme Lefebvre (1991a [1968]), a sociedade moderna está em constituição e corresponde à sociedade atual, que se caracteriza pela predominância da lógica programada e consumista. Nessa sociedade, a apropriação se perde, e tudo, inclusive o lazer, torna-se mercadoria efêmera. Logo, as necessidades são concebidas pelo mercado, e ele, a partir da publicidade, é que determina “o que deve comer e beber, como vestir-se e mobiliar a casa, como habitar” (LEFEBVRE, 1991a [1968], p. 117).

energia da CHESF, para manterem as práticas e os costumes rurais, que serão analisados no capítulo posterior.

CAPÍTULO 3

OS SUBESPAÇOS RURAIS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

Ao investigar determinada cidade, geralmente enfrentamos muitas dificuldades para obter informações relacionadas ao espaço produzido pelos governantes, pelos cientistas, pelas classes dominantes e pela população comum. Todavia, apesar dos obstáculos, podemos encontrar, nas instituições governamentais e particulares e através dos meios de comunicação (jornais, revistas, etc.), dados referentes às construções e às intervenções públicas, pois tais ações constituem o espaço planejado, produzido e registrado conforme os interesses de quem detém o poder na cidade.

Por isso, quando analisamos a cidade e o espaço urbano, é comum nos depararmos com pesquisas referentes ao “espaço concebido” (as representações do espaço), “aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas” (LEFEBVRE, 1991c [1974], p. 38)¹⁹. Porém, também cabe a nós explorarmos aquilo que não está posto ou à mostra. Isso não implica que devemos deixar de analisar o “espaço concebido”, mas que nos esforcemos para compreender como tal espaço é apropriado cotidianamente pela população.

É necessário entender que a produção do espaço (nesse caso, nos referimos à cidade) ocorre a partir de lógicas e sujeitos diferentes e divergentes. Então, a produção da cidade é feita pelas classes dominantes, que projetam, edificam e impõem uma estrutura, mas também pela população comum que, levando em consideração suas necessidades e seus desejos, reconstrói, diariamente, o espaço urbano dominante e cria “o espaço vivido” (os espaços de representação). Ou seja, esse último é o “espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usadores’, mas também de certos artistas e talvez dos que *descrevem* e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, sujeitado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 1991c [1974], p. 39).

Os subespaços rurais encontrados nas cidades, particularmente em Campina Grande, são mantidos e produzidos por uma parcela da população que se apropria de terrenos ainda não edificados. Esses subespaços rurais podem ser compreendidos como “espaço vivido”, pois são espaços criados e usados ao invés de apenas consumidos. A criação desses

¹⁹ Os trechos do livro “The production of space”, de Henri Lefebvre, citados em português neste trabalho, foram retirados da tradução mimeografada realizada pelo grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do núcleo de geografia urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

subespaços contrapõe a lógica dominante de produção do espaço, em que o espaço tende a se tornar cada vez mais homogêneo e, por conseguinte, contribui para a existência de espaços diferenciados que se destacam pelo seu uso.

Embora o “espaço concebido” e o “espaço vivido” sejam movidos por lógicas diferentes, eles compõem as duas faces da mesma moeda e consistem em diferentes maneiras de produzir em um único processo: “a produção do espaço social”. Esses espaços estão sobrepostos de maneira que ora o concebido se sobrepõe ao vivido, ora o vivido se sobrepõe ao concebido.

Ainda nos apoiando em Lefebvre (1991c [1974]), podemos considerar os subespaços rurais como “espaços dominados e apropriados”, pois esse autor, ao explicar a relação entre espaço concebido e espaço vivido, afirma que os espaços concebidos são dominantes, visto que dominam o processo de produção do espaço, conduzidos pelo modo de produção e pelas classes hegemônicas. Em contrapartida, os espaços vividos são dominados, subordinados à lógica dominante. No entanto, o referido autor ressalta que eles podem ser apropriados e se destacar por manter uma lógica oposta à dominante. Já o espaço percebido é aquele compreendido pelos diversos grupos e pessoas, que consiste na intermediação entre o concebido e o vivido e abrange os valores e as representações mentais em relação à produção do espaço.

Conforme Lefebvre (1991c [1974]), como a produção do espaço contém lógicas desiguais, não se deve limitar a análise a uma dessas lógicas sem considerar as demais, pois, desse modo, não estaríamos nos esforçando para compreender a totalidade da prática espacial (da triplicidade: espaço concebido, percebido e vivido) e estaríamos obscurecendo parte da realidade. Assim, Lefebvre (1991c [1974], p. 41) ressalta que alguns profissionais, como

os etnólogos, os antropólogos, os psicanalistas estudam, sabendo ou não, esses espaços de representação, frequentemente esquecendo de confrontá-los com as representações do espaço que coexistem, conciliando-se ou neles interferindo, negligenciando ainda mais a prática espacial.

Nesse sentido, procuramos desvendar os pequenos estabelecimentos agropecuários, espalhados pela malha urbana de Campina Grande, confrontando-os com a produção da cidade como um todo, ou seja, analisamos os subespaços rurais (espaços apropriados) sem deixar de atentar para o processo de urbanização da cidade (espaço dominante) abordado no capítulo anterior. Essa análise é de extrema importância, já que os estabelecimentos agropecuários e os costumes rurais identificados tiveram que se adaptar, conforme as

exigências da vida urbana, por exemplo: atividades como a venda do leite *in natura*²⁰ e a de soltar o gado para pastar livremente, que, ao longo dos anos, vêm sendo abandonadas por muitos criadores na cidade, devido às restrições por parte da população e dos órgãos governamentais.

Embora, em Campina Grande, muitos costumes rurais tenham se modificado para se adaptar à vida na cidade, no cotidiano das pessoas que os mantêm são visíveis traços de transformação e de conservação do modo de vida rural. Assim, baseando-nos em Candido (2010 [1964]), que analisa as transformações do modo de vida rústico de habitantes do interior paulista frente à civilização urbana, compreendemos que os subespaços rurais, nessa cidade, também se caracterizam pela “coexistência dos fatores de persistência e dos fatores de transformação” (2010 [1964], p. 231).

Levando em consideração os subespaços rurais em Campina Grande, podemos apontar como fatores de persistência (ou de permanência): o uso diferenciado do tempo, a manutenção da prática agrícola e da criação de gado em pequenos terrenos, o uso do leite *in natura* para consumo próprio e para a fabricação de alimentos caseiros, o uso de animais e de carroças de tração como meio de transporte, a realização de ordenhas, a ida a feiras de gado, etc.

Quanto aos fatores de transformação, destacamos os costumes e as atividades que mudaram ou foram abandonados, a saber: a venda do leite *in natura*, que passou a ser feita para estabelecimentos comerciais; a combinação de atividades agropecuárias com outras atividades complementares como o comércio (às vezes, os produtos comercializados são obtidos a partir das atividades rurais); a atividade de pastar o gado que, devido à expansão urbana, vem diminuindo, forçando os criadores a comprarem boa parte da alimentação ou procurar áreas para a retirada de capim, etc. Portanto, as persistências/permanências consistem na manutenção dos costumes rurais e na busca pela reprodução do modo de vida rural na cidade; já as transformações estão relacionadas às mudanças tanto impostas como influenciadas pela lógica urbana.

Certeau (1994) destaca que o poder dominante, exercido pela modernidade científica, política ou militar, delimita para cada prática social um “lugar próprio” de realização, ou seja, para cada atividade, é atribuído um espaço apropriado e delimitado. Assim, podemos pensar

²⁰ Desde a década de 1950, por meio da Lei Federal Nº 1.283/50 e do Decreto Nº 30.691/52, o leite, assim como os outros produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, são obrigados a passar periodicamente por fiscalizações sanitárias. Além disso, a partir da década de 1970 o Decreto Nº 66.183/70 determina que seja proibido em todo o território nacional a venda do leite cru ou *in natura* para consumo direto da população.

na cidade e no campo, respectivamente, como áreas voltadas separadamente para a realização de atividades urbanas e rurais. No entanto, o autor mencionado lembra que, no estudo das práticas sociais, não é tão simples classificá-las ou delimitá-las, pois existem as “modalidades da ação”. Em outros momentos, Certeau (1994) também chama de “maneiras de fazer ou estilos de ação” os diferentes usos realizados sobre determinado espaço (cidade, rua, etc.) ou sistema de representação (língua, meios de comunicação, etc.).

Entendemos, então, a cidade como um espaço regulamentado para as práticas urbanas. Contudo, destacamos que é necessário verificar, em determinadas áreas, práticas cotidianas que podem ser consideradas “estilos de ação” diferentes daqueles relacionados à cidade, a exemplo das atividades agropecuárias. Essas maneiras de fazer e de produzir na cidade revelam um uso e uma forma de vivenciar o tempo e o espaço muito divergente da maneira predominante de viver na cidade.

Com base nos escritos de Certeau (1994), entendemos as práticas cotidianas realizadas nos subespaços rurais como “maneiras de fazer”, realizadas por pessoas que desejam manter um modo de vida rural na cidade. Essas pessoas, de alguma forma, acabam contornando a ordem imposta à cidade, já que esse espaço é apenas planejado e voltado para a realização de atividades urbanas e não compreende *a priori* a prática de atividades rurais. Certeau (1994) propõe dois conceitos, com o intuito de analisar as práticas cotidianas: “estratégias” e “táticas”. Para esse autor, a estratégia é

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.). (CERTEAU, 1994, p. 99)

Nesse sentido, as pessoas que detêm o poder sobre a cidade, ao planejar e controlar as áreas existentes nesse espaço, exercem estratégias de dominação. As estratégias consistem no poder de decidir e de exercer controle sobre determinado lugar, como o poder dos governantes e das classes dominantes que projetam, orientam e fiscalizam o crescimento da malha urbana. Tais agentes visam obter lucros a partir da especulação imobiliária de espaços não edificados. Ademais, procuram intimidar ou punir as pessoas que desrespeitam as normas ou princípios estabelecidos, inclusive as pessoas que fogem do padrão ideal para a cidade por realizar práticas consideradas “desviacionistas”, como o uso de carroças puxadas à tração animal na cidade e a venda do leite *in natura* diretamente para a população.

Em contrapartida, conforme Certeau (1994, p. 100), a tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro”. Assim, relacionando ao nosso objeto de análise, podemos considerar como táticas as práticas cotidianas, plurais e criativas, encontradas pelas pessoas para conservar determinados costumes rurais na cidade. As táticas são caracterizadas por Certeau (1994) como a “arte do fraco”, pois elas dependem da criatividade das pessoas e das circunstâncias do momento, já que tais pessoas não têm autonomia no espaço dominado pelas classes hegemônicas.

Embora não tenham poder de decisão sobre a área urbana, as pessoas que mantêm atividades rurais em áreas citadinas apresentam um grande desejo de conservar determinados costumes rurais e não abrem mão do que gostam de fazer e do modo como gostam de viver, portanto, diariamente, lutam por sua sobrevivência na cidade, a partir de uma lógica contrária à empreendida nesse espaço.

Compreendemos, então, os subespaços rurais encontrados na cidade como espaços produzidos por meio de táticas, pois apresentam hábitos e atividades que não são próprios dos locais onde estão estabelecidos e porque são mantidos diante de adversidades existentes na cidade. Esses subespaços rurais, geralmente, apresentam-se como resíduos que são mantidos em áreas voltadas para a expansão urbana e em áreas não edificadas da cidade. Algumas dessas áreas urbanizadas não edificadas correspondem às áreas de proteção ambiental (vazantes de rios ou riachos), aos terrenos que estão à espera de valorização ou às áreas abaixo das linhas de alta tensão.

Em diversos bairros da cidade de Campina Grande, sobretudo naqueles mais distantes da área central, deparamo-nos com costumes de origem rural, muitos já modificados e adaptados à realidade citadina. No entanto, ainda conservam uma lógica de uso do tempo e do espaço divergente da dominante na cidade. É necessário ressaltar que os costumes não são estáticos no tempo, eles são produzidos de maneira diversificada pelas pessoas e recebem influências tanto internas (das pessoas e dos grupos que os realizam) quanto externas (da sociedade).

Thompson (1998), ao investigar os costumes da classe trabalhadora inglesa, nos Séculos XVIII e XIX, esclarece o caráter de mudança dos costumes, afirmando que eles se caracterizam pelo fluxo contínuo, diferentemente da palavra tradição, que está relacionada à

ideia de permanência²¹. Logo, para esse pesquisador, “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes” (1998, p. 16). Os costumes são práticas cotidianas criadas, mantidas, transformadas e transmitidas conforme as necessidades do grupo ou das pessoas que os realizam. Às vezes, muitos costumes não são percebidos no cotidiano pela população, no entanto, como ressaltado por Thompson (1998), os costumes se tornam mais veemente em momentos de conflito.

Determinados costumes rurais podem ser vistos na cidade de Campina Grande desde o início de sua ocupação, conforme explicitado no capítulo anterior. Contudo, assim como em muitas outras cidades brasileiras, atualmente, esses costumes estão mais presentes nos bairros periféricos, isto é, nas áreas localizadas distantes da área central, que favorecem a permanência de atividades rurais devido à pouca ocupação urbana. Com menos frequência, os costumes rurais também são encontrados em bairros próximos ao Centro. Entretanto, nessas áreas com grande densidade de ocupação, tais costumes se apresentam mais transformados se comparados aos costumes rurais verificados nos bairros periféricos.

Partindo dessa premissa, ressaltamos que, nos bairros mais distantes da área central, verificamos muitos costumes rurais. Nesse caso, esses costumes se mantêm bastante semelhantes aos vivenciados nas zonas rurais. Por outro lado, nos bairros mais urbanizados, os costumes rurais não são tão perceptíveis nem se encontra tão facilmente a realização de atividades rurais (a criação de gado e a plantação agrícola). Por conseguinte, os costumes rurais são evidenciados, principalmente na maneira de pensar e de agir das pessoas durante o dia a dia, ou seja, em seu modo de vida, tais como: acordar e dormir cedo, conforme o tempo da natureza (com o amanhecer e o entardecer do sol); gostar de comidas de origem rural (cuscuz, mungunzá, bolo de milho, broa de fubá, pé de moleque, batata doce, queijo de coalho ou de manteiga, etc.); identificar-se com credences e com as religiosidades; trajar roupas ou acessórios próprios do homem rural (chapéu de couro, botas, etc.); o modo de falar e as palavras utilizadas; etc.

Baseando-nos na reflexão de Thompson (1998), afirmamos que os costumes rurais verificados na cidade, inclusive em Campina Grande, são veementes quando entram em conflito com os interesses relacionados à expansão da lógica urbana. Nesse sentido, de

²¹ Segundo Thompson (1998, p. 18), as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares.

maneira mais evidente, alguns costumes rurais são apontados por parte dos habitantes citadinos como prejudiciais à vida urbana, pois dificultam o dia a dia na cidade. Entre tais costumes rurais, podemos citar cavalgar a cavalo pelas ruas e utilizar carroças de tração animal que, muitas vezes, acabam atrapalhando o trânsito de automóveis.

Dependendo das circunstâncias, o poder público restringe ou proíbe a realização de vários desses costumes, sobretudo na área central. No código de posturas do município de Campina Grande²², destacamos os artigos 129 e 147, que estabelecem que a criação e a manutenção de animais em zonas urbanas, assim como de estábulos, estrebarias, cocheiras, pocilgas, currais, galinheiros e estrumeiras, só serão permitidas nas áreas não parceladas, não adensáveis e de baixa densidade demográfica, que também terão que manter distância mínima de 20 metros das vias públicas e dos lotes adjacentes. Além dos artigos mencionados, há os de nº 341, 342, 343 e 344, que determinam regras e definem limites em relação à circulação de veículos de tração animal no município.

Em Campina Grande, as atividades e os costumes rurais são evidenciados nas áreas que compreendemos como “subespaços rurais”. O prefixo “sub-”, de origem latina, significa posição inferior ou movimento de baixo para cima. Ligado à palavra “espaços rurais”, esse prefixo lhe atribui um significado que caracteriza bem os espaços que analisamos, pois, tais espaços, direcionados pela lógica rural, por se localizarem no perímetro urbano, assumem uma posição inferior em relação à dinâmica urbana imposta pela cidade e são evidentes por produzirem uma lógica vinda de baixo que se destaca pela apropriação. Para Lefebvre (1978, p.164),

la acción de los grupos humanos sobre el medio material y natural tiene dos modalidades, dos atributos: la dominación y la apropiación. Deberían ir juntas, pero a menudo se separan. La dominación sobre la Natureza material, resultado de operaciones técnicas, arrasa esta Natureza permitiendo a las sociedades sustituirla por sus productos. La apropiación no arrasa, sino que transforma la Natureza - el cuerpo y la vida biológica, el tiempo y el espacio dados - en bienes humanos. La apropiación es la meta, el sentido, la finalidad de la vida social. Sin la apropiación, la dominación técnica sobre la Natureza tiende a lo absurdo, a medida que crece.

Apropriação é, portanto, a lógica de produção que se baseia no uso, isto é, na maneira como as pessoas utilizam o espaço, dessa forma, compreende vários tempos e ritmos de vida. Essa lógica está relacionada à criação, por conseguinte, o espaço é produzido pelas pessoas e se caracteriza como obra. A lógica contrária à apropriação é a dominação, essa se destaca por abranger o poder político e econômico, dominante na produção do espaço, que é direcionada pela troca, base do modo de produção capitalista. Portanto, a apropriação não se refere à

²² Disponível no site http://www.campinagrande.pb.gov.br/leis/codigo_posturas.pdf [Acesso 03/05/2013].

propriedade privada, ao fato de as pessoas adquirirem determinado terreno ou objeto, ela ultrapassa as determinações do espaço dominante.

Como vimos no capítulo anterior, as práticas rurais sempre foram muito presentes em Campina Grande, contudo, como é de se esperar, em qualquer processo de urbanização, ao longo do tempo, por causa da modernização dos serviços e da área urbana, passaram a ser compreendidas como atrasadas e não condizentes com a “cidade modernizada”. Muitas pessoas deixaram de criar animais, de pescar e de plantar culturas agrícolas na cidade ou procuraram mantê-las em áreas mais distantes dos bairros centrais, onde a ocupação era menos densa. Nesse sentido, várias pessoas, para manterem pequenas criações de gado e plantações de produtos agrícolas, apropriaram-se e ainda hoje se apropriam de terrenos não edificadas nos bairros periféricos. Vários desses terrenos estão localizados abaixo da linha de transmissão de energia da CHESF. Embora esse local tenha sido planejado para a não realização de atividades, pois oferece riscos devido à alta tensão da energia, existem várias áreas apropriadas e delimitadas pela população para a criação de gado bovino, suíno e equino e áreas utilizadas como roçados.

Sabemos que a cidade consiste num local concentrado, em que as pessoas vivenciam uma rotina diária muito corrida, motivada pela realização de atividades controladas pela lógica urbana e impostas pelo horário do relógio e do trabalho. Além disso, a produção da cidade ocorre de maneira racionalizada, e para cada área é atribuído um determinado uso, conforme os interesses dos governantes e dos grupos dominantes. Contudo, queremos mostrar que, na cidade, também existem áreas onde as atividades e os usos não condizem com essa realidade citadina.

A área coberta pela rede de alta tensão é uma delas e abrange uma superfície inadequada para edificação e ocupação urbana. No entanto, em Campina Grande, em vários trechos abaixo da rede de alta tensão, visualizamos atividades que passam despercebidas no cotidiano da maioria dos moradores da cidade, porque tais atividades consistem em práticas espaciais não características da cidade, mas da realidade e do cotidiano vivenciado no modo de vida rural. A atividade rural que, inicialmente, chama-nos a atenção, na paisagem da área investigada, é a criação de gado. Entretanto, entre as criações, vimos pequenas plantações de milho, feijão, frutas e verduras compondo pequenos sítios. Existem também pequenos criadores que vivem da comercialização de animais como porcos, jumentos e cavalos – esses dois últimos são utilizados frequentemente como tração para carroças.

Encontramos muitas pessoas que mantêm atividades rurais, não apenas pela necessidade econômica, pois, embora algumas realmente necessitem da renda a partir do gado (bovino, equino ou suíno) para o próprio sustento e o da família, há muitas outras aposentadas que criam ou plantam devido ao desejo de permanecer vivenciando um cotidiano do campo, já que, de modo geral, são migrantes da área rural de outros municípios ou moram em antigos terrenos rurais que foram incorporados à malha urbana. Assim, o que ambos, aposentados ou não, têm em comum é o prazer nas atividades e nos hábitos próprios do campo.

Se levarmos em consideração os lotes estabelecidos na cidade, a área que se encontra sob a rede de alta tensão abrange uma ampla superfície não edificada. Dessa maneira, algumas pessoas encontraram nesse local a possibilidade de manter tais atividades, apropriando-se e delimitando a área em pequenas posses, mantendo “ilhas de ruralidade” (LEFEBVRE, 2001) ou “subespaços rurais” (MAIA, 1994) na cidade. A seguir, revelamos nossas descobertas sobre a existência desses “subespaços rurais” na área que estamos investigando. Examinamos as condições favoráveis do sítio onde a rede de alta tensão se encontra; descrevemos os estabelecimentos como currais, estábulos e vacarias; apresentamos as criações de gado, as plantações e as demais práticas encontradas e destacamos os costumes que as pessoas conservam mesmo residindo na cidade.

3.1 Sob a rede de alta tensão: atividades rurais na cidade

A rede de alta tensão, dentro do perímetro urbano de Campina Grande, desdobra-se em 12 quilômetros e percorre, na direção norte-sul, parte de vários bairros da zona sudoeste como: Novo Bodocongó, Serrotão, Ramadinha, Malvinas, Três Irmãs, Presidente Médici, Acácio Figueiredo (conhecido por Catingueira) e Velame. Esses bairros, atualmente, localizados em áreas afastadas do centro da cidade, há trinta anos, na década de 1980, quando se intensificou o crescimento urbano, apresentavam características muito mais rurais que urbanas. Em várias entrevistas, verificamos que, no início da ocupação urbana, a paisagem rural era muito presente. Sobre esse momento, um dos nossos entrevistados comentou:

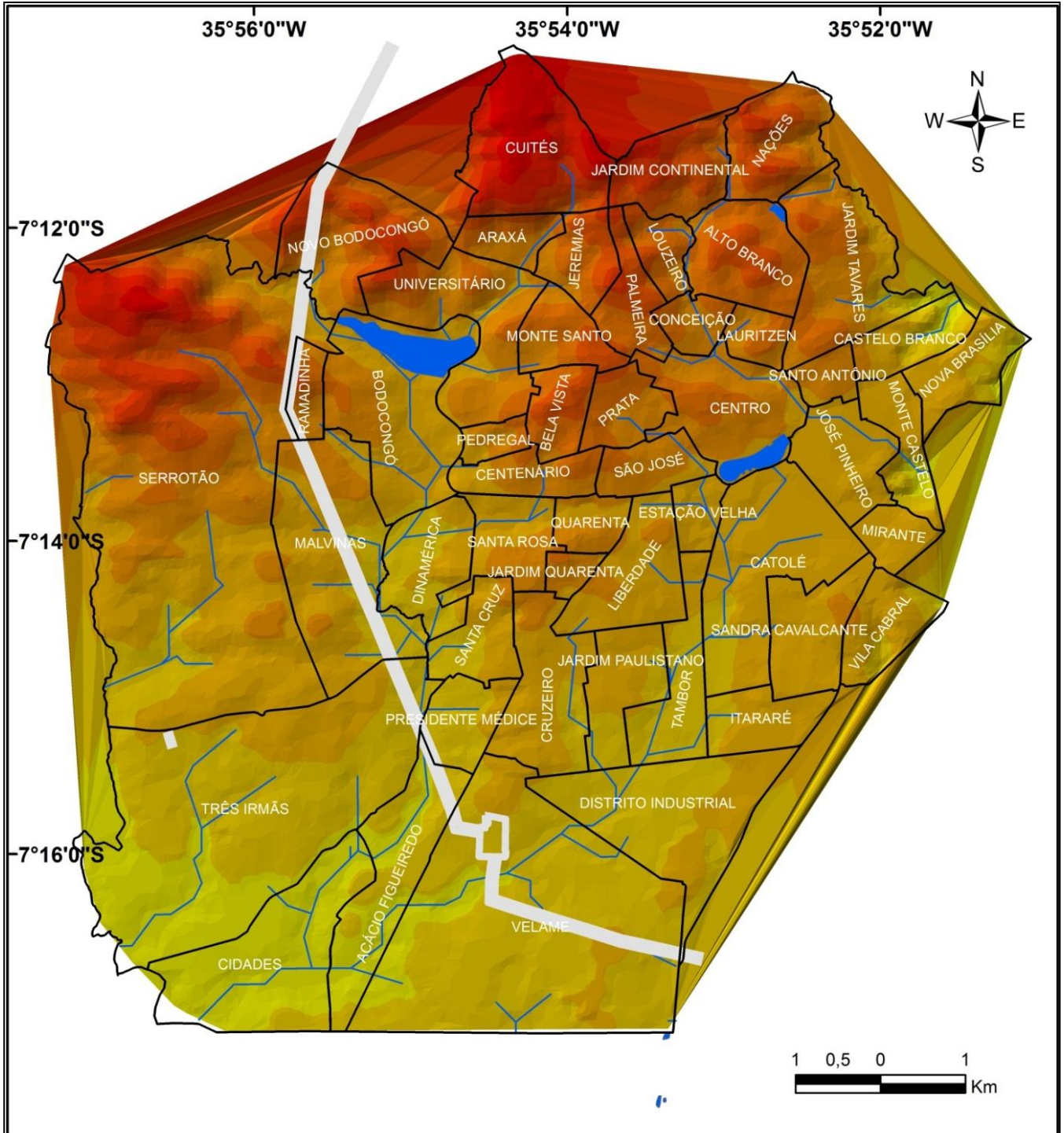
nós não era empregado de ninguém e se mantinha com o leitinho do gado, né, tinha comida em todo canto, né, tinha capoeira em todo canto, hoje é tudo tapado de casa, pronto, eu morei ali uns tempo, ali olhe, ali naquelas casas era tudo roçado de mandioca, se plantava milho, feijão...aqui mesmo também era, da feira da Prata pra cá tudo era roçado, isso em 1964 tudo era roçado, da Prata pra aqui o povo tudo trabalhava nos quadros de terra, era tudo roçado aqui. Aqui, nas Malvinas era sítio, não tinha rua, não, tá rua agora. (Sr. Gentil, 28/05/2012)

Além disso, a instalação das torres e da rede de alta tensão, no final da década de 1950, foi anterior à expansão da malha urbana na área, uma vez que abrangeu antigas propriedades rurais. Tais informações nos ajudam a compreender a permanência de resquícios de antigas fazendas e sítios na área investigada em meio à cidade construída. No entanto, não encontramos apenas resíduos de propriedades rurais, pois também é muito significativa a apropriação de terrenos para a realização de atividades agropecuárias na área investigada. Isso ocorre, entre outros fatores, devido às condições favoráveis no local: área não edificada e terrenos com presença de vazantes. Portanto, a área aberta sem edificação e o terreno encharcado propiciam a criação de animais devido ao crescimento e à manutenção do pasto – fonte básica utilizada para alimentar o gado – e a plantação de culturas regionais. No mapa 6, a seguir, podemos observar que o relevo da área que está sob a rede de alta tensão é levemente ondulado, com áreas mais altas e mais baixas entrecortadas em vários trechos por cursos d'água.

Também constatamos que, apesar de as elevações topográficas variarem na cidade como um todo, na porção norte, os níveis dos terrenos são mais altos e, por conseguinte, a continuação desses terrenos na direção sul configura um rebaixamento que forma dois pontos d'água importantes na história da cidade: o açude de Bodocongó e o Açude velho, esse último, no Centro. Em outro lado da cidade, na parte sudoeste, as declividades e as altitudes são menores e compõem uma superfície mais plana, permeada por vários fluxos de água que partem dos açudes construídos na cidade. Com base nos trabalhos de campo, vimos que, ao longo dos fluxos d'água existentes, aqui e acolá, sobretudo nas partes não canalizadas, mais distantes da área central, encontram-se vários estabelecimentos com atividades rurais.

Maia (1994) identificou tal característica ao analisar as unidades produtivas rurais na malha urbana da cidade de João Pessoa e concluiu que a maioria se localizava ao longo dos vales dos rios. Em contrapartida, em Campina Grande, vimos que muitas atividades rurais não são encontradas em vales de rios, mas em vazantes por onde escoam as águas da cidade. Essa diferença se deve ao fato de Campina Grande estar localizada no topo do Planalto da Borborema, que se caracteriza pela superfície elevada levemente ondulada, onde os solos são rasos e pedregosos, o que faz com que a água tenda a escorrer e não forme rios com grandes porções de água. Contudo, na região, as chuvas conhecidas como orográficas são abundantes e apresentam índices próximos do litoral, o que favorece a existência de riachos nas áreas mais baixas.

Mapa 6 – Níveis de elevação da cidade de Campina Grande



Classes de Altitude (m)

637,778 - 660	526,667 - 548,889
615,556 - 637,778	504,444 - 526,667
593,333 - 615,556	482,222 - 504,444
571,111 - 593,333	460 - 482,222
548,889 - 571,111	

Legenda

- Delimitação dos bairros
- Cursos d'água
- Rede de alta tensão da CHESF

Organização e elaboração:
Sonale Vasconcelos de Souza
Base Cartográfica:
Agência Executiva de Gestão das
Águas do Estado da Paraíba, 2006.
Fonte:
Imagem SRTM, 2006 - AESA.

Ressaltamos que as atividades rurais em Campina Grande podem ser encontradas em áreas próximas a esses riachos. O mapa 6 mostra que existem vários riachos que atravessam a área coberta pela rede de alta tensão. Portanto, além do fato de a área sob a rede de alta tensão não ser edificada, os cursos d'água constituem um dos elementos relevantes que contribuem para a manutenção de atividades rurais nessa área, já que a água é importante tanto para a produção agrícola quanto para a conservação do capim e do pasto. Some-se a isso o fato de que muitos criadores mantêm o gado nos quintais de suas casas e que, durante o dia, sai para pastorar em direção às áreas de pasto abundante.

Assim, a importância das vazantes é ressaltada pelos entrevistados. Alguns afirmam que o capim das vazantes ajuda a manter o gado, principalmente nos meses mais secos, já que a alimentação é dispendiosa. Essa assertiva se confirma na fala do Sr. José, quando diz: “Eu estou sustentando esse gado com o capim agoado aqui, aqui dá muito capim por que aqui é vazante, se você sair daqui até Queimadas é vazante, é tudo capim” (29/05/2012). A partir do exposto, compreendemos que as vazantes – sempre destacadas pelos entrevistados como um fator favorável para a manutenção do capim – facilitam a manutenção das criações de gado na cidade.



Figura 14 – Plantações num pequeno sítio recriado na área sob a rede de alta tensão, próximo a Avenida Marechal Floriano Peixoto, no Bairro Malvinas.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

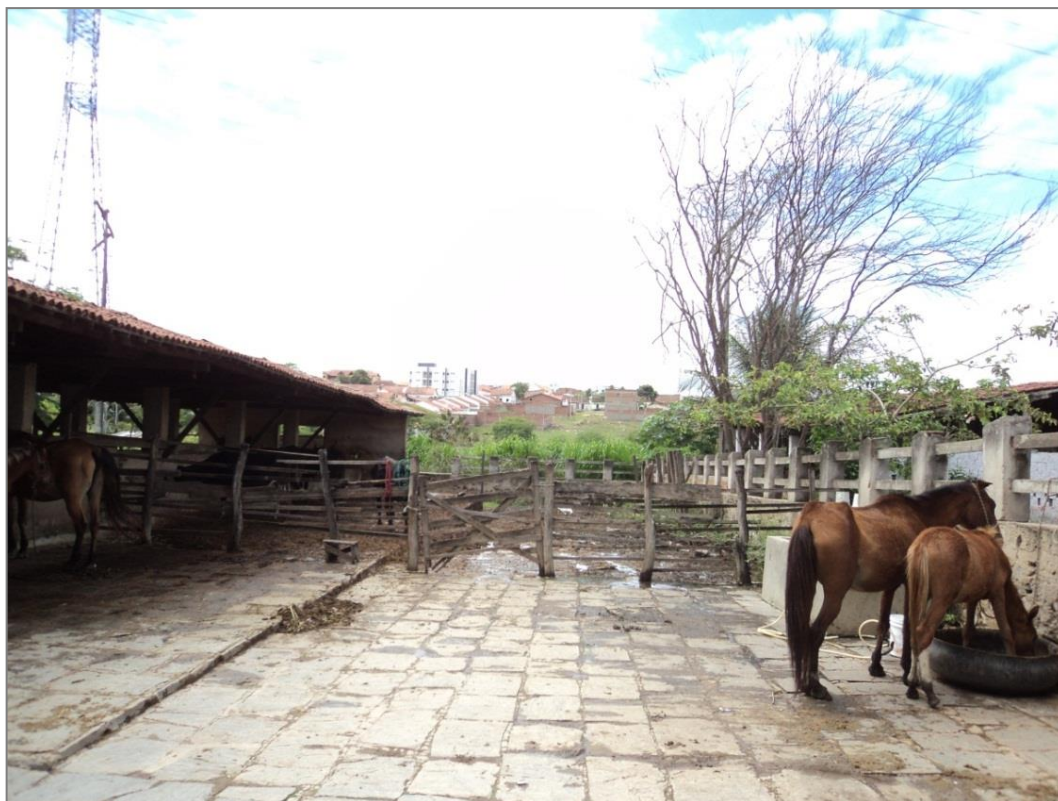


Figura 15 – Resquícios de uma antiga fazenda no Bairro Três Irmãs.

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Ao longo da rede de alta tensão, deparamo-nos com diversas paisagens rurais; algumas são vestígios de fazendas e de sítios que se mantiveram mesmo com o crescimento da malha urbana. Esses estabelecimentos rurais permaneceram aproveitando as sobras de terras entre os loteamentos e a linha de alta tensão; já outras paisagens são recriações de atividades rurais, que são adaptadas aos terrenos debaixo da rede de alta tensão, sob a qual, nos bairros mais adensados e edificadas – Ramadinha e Malvinas – predominam paisagens com atividades que se caracterizam como recriações rurais.

Em contrapartida, nos demais bairros por onde passa a rede elétrica de alta tensão – Novo Bodocongó, Serrotão, Três Irmãs, Acácio Figueiredo e Velame – vimos que, além das recriações rurais, existem resíduos de antigas propriedades rurais. É importante ressaltar que, atualmente, nesses bairros, a construção de muitos conjuntos habitacionais é algo marcante. São loteamentos e condomínios populares em áreas ainda não edificadas dentro da malha urbana. O resultado disso é que, cada vez mais, as propriedades rurais existentes estão sendo imprensadas pela intensificação das construções e só restam algumas áreas próximas à rede de alta tensão.

As duas paisagens acima mostram diferentes atividades, próprias do campo, sendo realizadas na cidade. E embora revelem atividades diferenciadas – a primeira voltada para o manejo vegetal, e a segunda para o manejo animal – nesse momento, não pretendemos evidenciar os tipos de atividades existentes na área que está sendo investigada, pois o que queremos ressaltar é a origem diferenciada dos espaços representados nas duas paisagens acima: o sítio²³ – na figura 14 – que se configura como um espaço apropriado e recriado após a expansão da malha urbana por um migrante impulsionado pelo desejo de manter as atividades antes realizadas no campo; e a antiga fazenda²⁴ – figura 15 – uma permanência rural diante do crescimento da cidade.

Com base no exposto, compreendemos que as atividades rurais encontradas na área sob a rede elétrica de alta tensão em Campina Grande, dependendo do local e de como foram estabelecidas, podem ser compreendidas como permanências ou como recriações do rural na cidade. Ainda que tenham surgido de maneira distinta, ambos os espaços e as atividades apresentados nas figuras 14 e 15 revelam paisagens características do campo e são espaços vividos, já que são produzidos por meio do uso e da apropriação do rural na cidade.

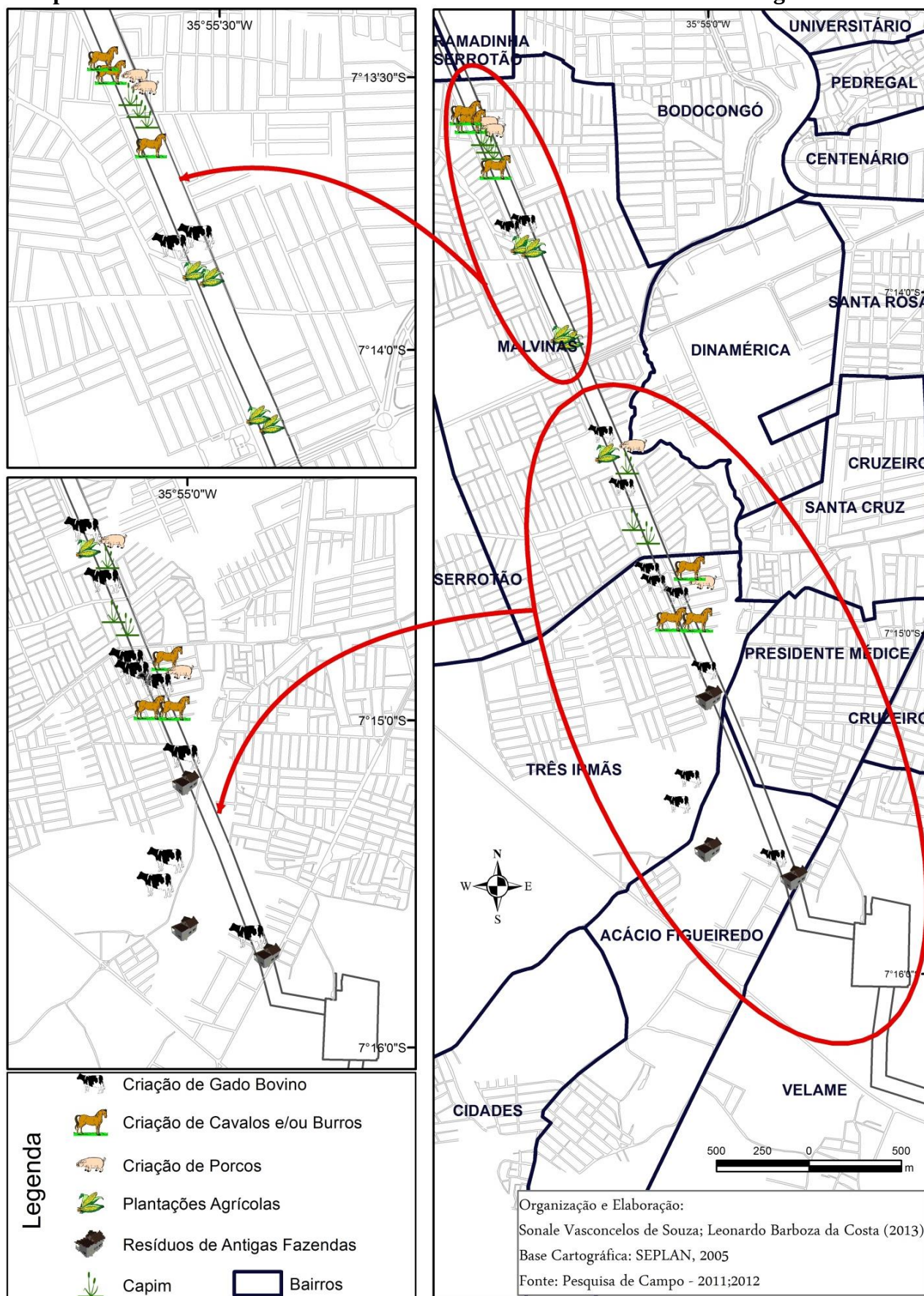
Percorrendo a área onde se encontra a rede de alta tensão, inevitavelmente, deparamo-nos com elementos próprios do espaço rural, como currais, estábulos, carroças, animais e plantações, pois muitas pessoas aproveitam as condições favoráveis do terreno para exercer práticas rurais. Portanto, através das observações e das entrevistas, foi possível fazer o levantamento das atividades rurais existentes na área e descobrir as particularidades e os motivos pelos quais são mantidas na cidade.

Assim, ao longo da área coberta pela rede de alta tensão, durante os trabalhos de campo, identificamos e mapeamos várias atividades, a saber: criação de gado bovino, de animais utilizados para cavalgar e como tração e de suínos, além de pequenas plantações agrícolas (mapa 7). É interessante enfatizar que essas atividades rurais são mantidas na cidade devido às necessidades econômicas e/ou ao desejo das pessoas de realizá-las. Contudo, embora algumas pessoas sobrevivam da produção rural na cidade, praticamente todas elas as mantêm pela vontade de realizá-las, por prazer ou para manter um costume, como já referido.

²³ Sítio, nesse caso, não é o sítio geográfico da cidade, mas o estabelecimento agrícola de pequena lavoura. Preferimos utilizar a palavra sítio, em vez de pequena propriedade rural, porque essa nomenclatura é muito utilizada no vocabulário local, inclusive pelos próprios entrevistados.

²⁴ Embora, de modo geral, o termo fazenda esteja relacionado à propriedade rural, de lavoura ou criação de gado, no Nordeste brasileiro, essa palavra é empregada frequentemente para se referir às propriedades voltadas para a criação de gado.

Mapa 7 – Atividades rurais identificadas sob a linha de transmissão de energia da CHESF



*OBS: Com relação à simbologia utilizada no mapa, é importante destacar que cada animal representa um criador de gado ou um estabelecimento pecuário, cada milho indica um agricultor e cada planta verde significa uma área com plantação de capim que geralmente é utilizada para alimentar o gado.

Um ponto interessante a registrar é que, embora tenhamos mapeado apenas as atividades rurais produtivas encontradas debaixo da linha de transmissão de energia, como a criação de gado e a plantação de culturas, salientamos que, nessa área, as pessoas mantêm muitos costumes típicos da zona rural, que podem ser visíveis na maneira como utilizam os recursos naturais e como se relacionam com a vizinhança. É comum encontrarmos pessoas praticando a caça de pequenas espécies de pássaros, como a “rolinha”, e a pesca artesanal com tarrafa e anzol nos pontos d’água formados nas áreas rebaixadas. Conforme Candido (2010 [1964]), essas práticas são oriundas do campo e caracterizam o modo de vida do caipira. Esse autor revela que a caça era, e em alguns locais ainda é, praticada como defesa das roças, divertimento realizado nas horas vagas e complemento da dieta.

Na área estudada, a caça e a pesca são realizadas devido a uma questão cultural, pois esses costumes foram passados de pais para filhos e permanecem até hoje. Apesar de as pessoas consumirem os animais caçados ou pescados, essas práticas não estão relacionadas à necessidade de complementar a alimentação, mas ao lazer, já que quem as pratica faz isso como uma forma de diversão. Outro costume remanescente do modo de vida rural presente no cotidiano das pessoas é o manejo e o uso dos recursos vegetais como medicamentos, visível na área e nos quintais das moradias. Trata-se do cultivo de plantas como erva-cidreira, capim-santo, boldo, hortelã, camomila, entre outros.

A relação entre os vizinhos também é diferenciada e lembra muito a vida na antiga “cidade tradicional” ou no campo, onde todos se conhecem. Esse fato é ainda mais forte entre os criadores de gado, pois, nas entrevistas, eles sempre mencionavam outros criadores que já havíamos entrevistado ou entrevistaríamos depois. Isso pode ser explicado pelas relações de solidariedade, como por exemplo, nos momentos em que um criador disponibiliza parte do capim plantado em seu terreno para ajudar outro sem recursos a alimentar o gado e em virtude das relações comerciais existentes entre eles, pois muitos criadores sobrevivem da venda e da troca de animais.

Apesar da permanência dos costumes rurais na cidade, ressaltamos que, ao serem adaptados à realidade da “cidade modernizada”, passam, constantemente, por transformações e assumem particularidades que os diferenciam do modo de vida rural no campo. No entanto, esses costumes não perdem a essência do rural. Portanto, nossa concepção acerca dos “costumes” está fundamentada na definição de Thompson (1998), que refere que os costumes compreendem práticas e ensinamentos passados de geração em geração, que, apesar de serem

transmitidos, estão sujeitos a transformações e a adaptações. A seguir, analisaremos, a partir dos dados obtidos nos trabalhos de campo e nas entrevistas, as características das atividades rurais presentes na área pesquisada.

3.1.1 Criação de gado bovino

O gado bovino é criado em sobras de antigas propriedades rurais ou em pequenas posses delimitadas sob a rede de alta tensão. Os terrenos onde existem criações de gado variam bastante de tamanho, no entanto, aqueles referentes às propriedades rurais são maiores, têm cerca de 3 a 5 hectares. É interessante destacar que há duas propriedades rurais sob a rede de alta tensão com áreas que ultrapassam esses números. Uma delas, segundo informações dadas pelos empregados do proprietário, tem uma área de, aproximadamente, 30 hectares e, frequentemente, recebe propostas de pessoas interessadas em comprá-la; a outra está localizada entre as instalações da CHESF e o aeroporto, em uma área onde a ocupação urbana não pode ser adensada. As demais criações se dão em pequenas áreas, que variam em torno de 1 hectare. Embora ocupem terrenos menores, elas têm um número maior de estabelecimentos na cidade.

Excetuando-se as duas propriedades maiores apontadas anteriormente, que apresentam maior área e, por conseguinte, rebanho superior a 100 animais, as criações têm em torno de 20 cabeças de gado, incluindo vacas, bois e bezerros. O curral é a instalação básica utilizada nessas criações de gado, pois, é nele onde os animais passam a maior parte do tempo, saindo apenas para pastar durante o dia. Além disso, alguns criadores alimentam o gado no próprio curral e, dificilmente, levam o gado para pastar. É por isso que a maioria dos entrevistados afirmou criar o gado num “hotel”, apontando o fato de cuidar do gado preso como uma das principais dificuldades para manter essa atividade na cidade, pois, fora o fato de a alimentação ser bem dispendiosa, esses criadores estão acostumados com a pecuária extensiva que realizavam antes na zona rural.



Figura 16 – Curral sem cobertura localizado ao lado da Rua dos Avelozes no Bairro Malvinas.
Fonte: Trabalho de campo, janeiro de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.



Figura 17 – Curral ao lado da moradia do criador, numa posse localizada no Bairro Três Irmãs.
Fonte: Trabalho de campo, maio de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Os currais encontrados consistem numa estrutura simples, semelhante às aquelas encontradas na zona rural; são construídos com pau a pique; ora formam uma única dependência ora são divididos e têm uma manjedoura que, na maioria das vezes, é amparada pela sombra de alguma árvore (Figura 16), já que, na área, não pode ser edificada nenhuma estrutura. Todavia, evidenciamos alguns currais com uma parte coberta, como o da figura 17. Nesse caso, os currais, quase sempre, estão juntos da moradia dos criadores.

Na área investigada, embora as atividades rurais representem fonte de renda, as pessoas não criam gado apenas pela necessidade econômica, mas o principal motivo para manterem essa prática é o desejo de trabalhar fazendo o que gostam e que aprenderam desde criança. Por meio das entrevistas, percebemos que, praticamente, a maioria dessas pessoas, em algum momento, já trabalhou ou ainda trabalha em outras atividades na cidade. Contudo, apesar de morar na cidade e exercer atividades urbanas, elas nunca abandonaram o gosto pela vida rural. Alguns entrevistados disseram que já chegaram a criar gado no fundo do quintal de suas moradias. É o que expressa o Sr. Antônio: “Trabalhei 5 anos de barbeiro pra completar a feira dos meninos, trabalhava de pedreiro, de barbeiro e criava gado, toda vida eu criei no quintal da casa, ali na Rosa Cruz eu criava duas vacas no quintal da casa, pra ter o leite dos meninos [...]” (Sr. Antônio, 01/08/2012).

Também podemos observar, nas palavras do Sr. Genival, a vontade de trabalhar criando gado, pois, mesmo exercendo a profissão de motorista para sustentar a família, ele sempre manteve o gado:

Sempre criei gado, a herança que meu pai deixou foi essa, desde pequeno eu sempre vivi nessa vida, morava no sítio aí vim pra aqui, aí daqui eu aprendi a profissão de motorista, aí já não quis mais ir pro sítio, né, aí fiquei trabalhando de carreteiro, né, aí eu fiquei trabalhando de carreta um bocado de tempo, aí não arrumei quem tomasse conta do gado, aí eu parei a carreta e vim tomar conta. Trabalhava em carreta dos outros, por que aqui tem que trabalhar pra manter o gado, por que a renda não dava pra manter o gado, agora não, por que agora eu tenho umas vacas de leite mais ou menos, né, e estou me mantendo do leite, tem que dar pra elas e pra mim um pouquinho também, eu mantenho a casa com elas. (Sr. Genival, 30/05/2012)

Em sua fala, Sr. Genival afirma que sua única renda é a venda do leite de gado e que já chegou a vender leite *in natura* nas portas das residências, mas alguns consumidores pagavam e outros, não, por isso, deixou essa prática. Atualmente, esse criador vende apenas ao leiteiro, que pega em sua própria casa. E embora o preço do leite seja mais barato, ele diz que o leiteiro paga em dia. Nesse caso, o leiteiro é um atravessador que revende o leite aos estabelecimentos na cidade, como padarias, mercadinhos e supermercados.



Figura 18 – Moradora antiga do Bairro Presidente Médici, que mantém, no quintal de casa, pequenos roçados e um curral de gado bovino. Ela está levando leite *in natura* numa garrafa pet para a vizinha.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Apesar de ser proibida desde a década de 1970, a venda do leite *in natura* pelas ruas da cidade era uma prática muito comum. O próprio criador vendia o leite em carroças ou bicicletas, no entanto, hoje essa prática já é mais difícil de ser vista. O que ainda pode ser evidenciado é a venda ou a doação desse leite em pequena quantidade para a vizinhança, como podemos visualizar na figura 18, acima. Os entrevistados que têm a produção do leite como uma das fontes de renda, geralmente, realizam duas ordenhas por dia, uma pela manhã e outra à tarde. Contudo, como o número de vacas é pequeno, a produção de leite varia, diariamente, em torno de dois litros por vaca. Há aqueles que, além de criar gado leiteiro, vivem da comercialização do gado de corte e frequentam constantemente as feiras de gado.

A investigação acerca dos criadores de gado bovino também nos mostrou que existe, em alguns casos, a associação da criação de gado (leiteiro ou de corte) a outras atividades, ou seja, alguns produtores criam o gado e utilizam o que é produzido em outra atividade desenvolvida por eles mesmos. É o caso de um criador de gado que, além de criar, comercializa e tem um açougue próximo de casa; outro exemplo é o de uma proprietária, que tem uma criação de gado e utiliza o leite para a fabricação de pamonhas. Além desses, como

vimos a partir das falas do Sr. Antônio e do Sr. Genival, existem aqueles que moram na cidade, trabalham em atividades urbanas (de motorista, vigilante, pedreiro, comerciante, etc.) e mantêm a criação de gado.



Figura 19 – Feira de gado de Campina Grande, realizada às quartas-feiras no Parque de Exposição Carlos Pessoa Filho.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Supomos que a divisão do tempo de trabalho com outras atividades ocorre porque a criação de gado é muito onerosa, sobretudo na cidade, já que o gado é criado preso, como os entrevistados falam num “hotel”. Assim, embora o capim das vazantes ajude na alimentação, os criadores disseram que é necessário acrescentar outras fontes de alimento, por isso, alguns afirmaram trabalhar para manter o gado. Na fala do Sr. Genival, fica explícito um pouco dessa dificuldade de criar o gado na cidade:

[...] a gente compra palma e torta também, farelo, saco de milho pra besta, é tudo pago, aqui só tem de graça um capimzinho de uma vagem que eu tenho, o resto é tudo pago [...] As desvantagens é que aqui é tudo pago, né, e o leite é barato, né, o leite é muito barato, a gente vende o leite aqui a 0,80 centavo, pra manter um moi de gado desse é trocando leite por comida pra eles, e o que sobra pra gente é muito pouco [...] É isso mesmo uns deixam por causa da despesa que é grande, um caminhão de palma é 600 real, aqui eu gasto um todo mês, aí vem a torta que agora aumentou pra 57, um saco, quer dizer, eu dou três saco por semana aqui, então, já vai mais de 165 real, aí vem o milho, eu sei que a despesa é grande e é por que eu não tenho empregado [...] (Sr. Genival, 30/05/2012)

Podemos observar, nessa fala, que o produtor relata não ter empregado para auxiliá-lo. Apesar de a maioria dos criadores não empregarem pessoas, existem alguns que contratam um ou dois ajudantes, mesmo que temporariamente, para fazer determinados serviços, como pegar capim nas vazantes para alimentar o gado e consertar uma cerca. Nesses casos, o salário e os serviços são combinados entre o proprietário e o trabalhador. Geralmente, os trabalhadores não têm a carteira assinada e recebem por mês um salário mínimo e dois litros de leite por dia.

Todos os criadores de gado entrevistados viveram, durante a infância, em propriedades rurais de Campina Grande ou de municípios das regiões do Agreste paraibano e da Borborema – Alagoa Nova, Areia, Esperança, Fagundes, Ingá, Barra de Santana, Monteiro, São João do Cariri, Riachão do Bacamarte – onde aprenderam a cuidar de animais e a trabalhar na agricultura com os pais, ainda muito pequenos. Logo, mesmo tendo vindo para a cidade por motivos diversos, não conseguiram deixar a vontade e o gosto pelo modo de vida rural. Assim, compreendemos que a criação de gado, na cidade, acontece devido ao desejo de trabalhar com essa atividade e à manutenção de um costume. Percebemos isso quando os criadores dizem que, apesar das situações adversas, nunca deixaram e nem deixarão de criar gado.

Ao questionarmos sobre as desvantagens de manter a atividade pecuária na cidade, os entrevistados destacaram dois pontos principais: o primeiro refere-se à alimentação que é muita cara; e o segundo está relacionado à expansão da malha urbana que diminuiu/diminui cada vez mais as áreas de pasto dos animais. No entanto, os criadores que têm pequenas criações em áreas de posse apropriadas ou adquiridas, debaixo da linha de transmissão de energia, dão ênfase às dificuldades em relação aos gastos com a alimentação do gado, pois esses produtores já estão acostumados, de certo modo, a criar os animais presos em “hotéis” (currais). Muitos até já criaram em outros momentos no quintal de casa.



Figura 20 – Loteamento e moradias sendo construídas entre a rede de alta tensão e a malha urbana, no Bairro Acácio Figueiredo, aproveitando espaços não edificados que restaram de antigas propriedades rurais.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Já aqueles que criam gado em sobras de antigas propriedades rurais, também localizadas sob a rede de alta tensão, ressaltam o crescimento da cidade e das edificações como o principal obstáculo para continuar cuidando do gado na cidade (Figura 20). Entrevistamos um vaqueiro – o Sr. Jaime – que trabalhava para um fazendeiro numa dessas propriedades que foram “engolidas” pela cidade. Atualmente, ele ainda se mantém no que sobrou da propriedade – uma área com cerca de 5 hectares – vivendo da criação de gado bovino e de outros animais que são comercializados na cidade – como porcos e galinhas – além de cuidar de alguns cavalos cujos proprietários participam de vaquejadas. Durante a entrevista, ele falou:

Na cidade, hoje, não tá dando mais não, aqui pra gente, por que futuramente aqui vai ser casa de um canto a outro, aí fica apertado demais, vou ter que deslocar ou partir pra outro destino, pra outro ramo, né, procurar outra viração, porque essa aqui, a gente tá por enquanto aqui, mas se a qualquer momento os herdeiros for vender aqui a parte que der pra construir, eu vou ter que ir, porque aí eu não vou ter local pra criar nada, né, até mesmo uma galinha fica difícil de criar. [...] Às vezes a pessoa deixa né nem pelo abandono, vontade tem, é por que não tem condição mais de o cabra manter, entendeu, por que quem tinha uma terra por aqui perto e criava antes, hoje, ele não pode criar mais, vai criar longe, nos Cariris, os Cariris é bruto, né, numa época seca dessa todo mundo sofre, né isso, tem muitos criador aí que deixou de criar. (Sr. Jaime, 30/05/2012)

Essa fala esclarece a dificuldade que os criadores de gado enfrentam para manter a atividade pecuária na cidade devido à ampliação da infraestrutura e das construções urbanas. Até por volta dos anos 1960, como examinamos no capítulo 2, o núcleo urbano de Campina Grande era concentrado e compacto, e a malha urbana crescia lentamente e de modo disperso. Na área periférica da cidade e nas proximidades da linha de transmissão de energia da CHESF, havia muitas fazendas, sítios e roçados. Atualmente, os terrenos não edificadas localizados nessa área estão sendo loteados, e a infraestrutura urbana está sendo ampliada, portanto, cada vez mais é difícil e custoso criar o gado. Em contrapartida, todas as pessoas, sem exceção, durante as entrevistas, afirmaram que pretendiam continuar com a criação de gado porque gostavam dessa atividade.

Com base no exposto e no que refletimos a partir dos trabalhos de campo, chegamos à conclusão de que esses criadores não se veem fazendo outra coisa, pois afirmam que “a lida com o gado”, aprendida ainda na infância com os pais, é a atividade que lhes dá satisfação. Assim, embora alguns, em determinado momento, tenham desempenhado funções urbanas, não esqueceram e não abandonaram a prática, o costume característico do modo de vida rural, apesar de alterações e adaptações à vida na cidade. Uma dessas adaptações ou alterações é o uso do tempo.

Assim como Maia (2000), também notamos que o uso do tempo ocorre de modo peculiar pelos que se dedicam às atividades rurais. Logo, para os criadores de gado, o dia a dia é marcado pelo sol e para eles não existem feriados ou “dias de descanso”, pois acordam cedo todos os dias e passam o dia todo cuidando do gado. Portanto, obedecem sempre à mesma rotina. Tal fato é destacado pelos próprios criadores, como pode ser visto nas seguintes falas:

“Minha rotina aqui é de 5 horas, eu já começo o movimento, passo o dia todo... Nos finais de semana, é a mesma rotina, só trabalho, dificilmente sai quem cuida dessas coisas, meu tempo é curto.” (Jaime, 30/05/2012);
 “É 5 horas da manhã ele já está acordado, ele passa o dia aqui trabalhando, atucalha no pasto, leva pra capoeira, onde tiver um pasto bonzinho a gente tá procurando.” (Dona Nadjair, esposa de Genival, 30/05/2012)

Contudo, eles falam sobre a rotina com muito prazer, dizem que é bom trabalhar por conta própria, que acordar cedo todos os dias não é nenhum sacrifício quando se está perto dos animais. Logo, para essas pessoas, lazer e trabalho se misturam, como fica evidente nas palavras de um dos entrevistados: “pra mim, a minha vida, vamos dizer assim, o trabalho e o lazer é dentro um do outro, é rodando” (Sr. Antônio, 01/08/2012).

3.1.2 Criação de outros animais - cavalos, burros e jumentos

Criações de equinos e muares podem ser encontradas em vários bairros da cidade de Campina Grande, e ao longo da área coberta pela rede de alta tensão não é diferente, já que ela oferece espaço para pasto e fonte de alimento – o capim – para esses animais. Portanto, em alguns trechos da área investigada, constatamos pessoas criando animais, como cavalos, éguas, jumentos, mulas e burros, para diversos usos, além da criação bovina, como já mencionado. Durante os trabalhos de campo, alguns usos foram identificados. Em algumas posses utilizadas para a criação de gado bovino, encontramos um ou dois cavalos. Nesse caso, esses animais, geralmente, servem para auxiliar os produtores em atividades diárias, como cavalgar, locomover-se e carregar o capim.

Ressaltamos, no entanto, que, no Bairro Três Irmãs, encontramos, em duas posses, alguns rapazes que criam cavalos e éguas com o intuito de utilizá-los como montaria para passeio e participar de vaquejadas. Por isso, aproveitaram um terreno não edificado que sobrou, ao lado da linha de alta tensão, e construíram cocheiras para guardar os animais. Eles criam cavalos e participam de vaquejadas por lazer, visto que não compreendem a vaquejada como a atividade e a festa tradicional em que se junta o gado para o curral e se derruba o boi, mas a relacionam ao esporte “vaquejada”.

Baseando-nos em Maia (2000), consideramos esses rapazes “vaqueiros inventados”, porque não são filhos de vaqueiros nem aprenderam a vaquejada como um costume, diferente do que a autora encontrou em alguns estabelecimentos na cidade de João Pessoa e ao realizar entrevistas nas vaquejadas. Nossos pesquisados praticam a vaquejada como hobby, e como atividade econômica para a sobrevivência, exercem outras funções urbanas, como de funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes.

Até o momento, vimos que os equinos são utilizados tanto para auxiliar nas atividades desenvolvidas na criação de gado (Figura 21) quanto para servir de montaria em passeios e nas vaquejadas. Nesses dois casos, embora os cavalos não sejam diretamente empregados para a sobrevivência das pessoas, eles são imprescindíveis no cotidiano delas. Entretanto, analisando outras criações de animais da área, constatamos a existência de pessoas que vivem e sobrevivem com a comercialização de cavalos, éguas e jumentos. Para esses negociadores, a comercialização de animais é a principal fonte de renda, além dos fretes. Alguns deles fabricam carroças e utensílios usados no cotidiano de quem lida com a criação de gado, como: arreios, selas, mantas, chicotes, etc.



Figura 21 – Criador carregando, numa carroça de tração animal, capim para alimentar os animais no Bairro Malvinas.

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Na Figura 22, visualizamos alguns dos elementos indispensáveis para aqueles cujo meio de sobrevivência é a criação e a comercialização de animais. Observamos o capim e alguns sacos de ração utilizados para alimentá-los; a madeira e os pneus usados para a fabricação das carroças e os equipamentos colocados nos animais para montaria, como selas e arreios. É importante destacar que a criação de animais, para essas pessoas que sobrevivem deles, não se limita a uma atividade para a obtenção de renda, pois vai muito além e consiste em algo intrínseco ao seu modo de vida. Dessa maneira, esses criadores/negociadores criam os animais pelo prazer, explícito quando eles montam num cavalo e saem cavalgando pelas ruas.



Figura 22 – Fundo do quintal de um criador e negociador de equinos e muare, entre os bairros Malvinas e Ramadinha.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

As feiras são essenciais para os criadores/negociadores, porque, através delas, eles comercializam os animais e outros produtos fabricados artesanalmente. Esses pequenos criadores participam de várias feiras, principalmente as realizadas às segundas-feiras, no município de Puxinanã, vizinho a Campina Grande; às quartas-feiras, numa área próxima à feira de gado de Campina Grande, na estrada em direção ao município de Queimadas, e às sextas-feiras, às margens do açude de Bodocongó.

Esses criadores/negociadores frequentavam a feira de gado de Campina Grande, mas, há 6 anos, foram proibidos de aí comercializar. Segundo informações passadas por eles, a organização da feira informou que um dos cavalos da Polícia Militar morreu no Parque de Exposição (onde acontece a presente feira) e suspeitaram que a doença pudesse ter sido contraída de algum animal comercializado por esses pequenos criadores. Devido a essa proibição, eles organizaram uma feira, numa propriedade que fica perto do Parque de Exposição, que acontece às quartas-feiras, no mesmo dia em que é realizada a feira de gado de Campina Grande. A área onde a feira acontece fica numa propriedade privada que eles alugaram, e cujo pagamento é feito com o dinheiro obtido através da quantia de 2,00R\$ (dois

reais), cobrada pela entrada de cada animal. Embora na área não tenha infraestrutura, as pessoas improvisam levando tendas, mesas, cadeiras e alimentos.

Entendemos a feira de gado organizada pelo governo como um “espaço concebido” direcionado para as comercializações entre os grandes criadores de gado e fazendeiros da região; já a feira criada pelos pequenos criadores de equinos e muares configura-se como um “espaço vivido” e como uma “tática” que eles mesmos encontraram para continuar negociando os animais, após a proibição imposta pela administração da feira de gado de Campina Grande. Um dos pontos a ser destacado relacionado à feira de animais estabelecida pelos pequenos criadores/negociadores é o fato de eles continuarem realizando-a no mesmo dia da feira de gado e numa área muito perto do Parque de Exposição. Tais feitos também demonstram práticas que consideramos como “táticas”, pois os pequenos criadores/negociadores subverteram a ordem imposta e, preocupados em manter as negociações e os encontros realizados antes, criaram uma feira, que continuou sendo realizada também às quartas-feiras, a pouca distância do Parque de Exposição. Assim, os criadores que se interessam por ela, da mesma forma que vão à feira de gado podem ir à de animais.

A feira do açude de Bodocongó (Figura 23 e 24) é organizada pelos mesmos criadores/negociadores já referidos e, assim como a realizada na propriedade próxima ao Parque de Exposição, não tem infraestrutura, portanto, é improvisada. Concebemos tais feiras como “táticas”, praticadas pelos pequenos criadores/negociadores, com o intuito de conservar os costumes e as atividades relacionados à criação de animais. Ou seja, essas feiras foram uma das maneiras que encontraram para continuar lidando com a criação de equinos e muares e, por conseguinte, sobreviver a partir da negociação desses animais na cidade.



Figura 23 – Feira nas margens do açude de Bodocongó, onde os comerciantes negociam animais, carroças, selas e outros utensílios.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.



Figura 24 – Mesa improvisada com alimentos e bebidas comercializadas na feira do açude de Bodocongó.

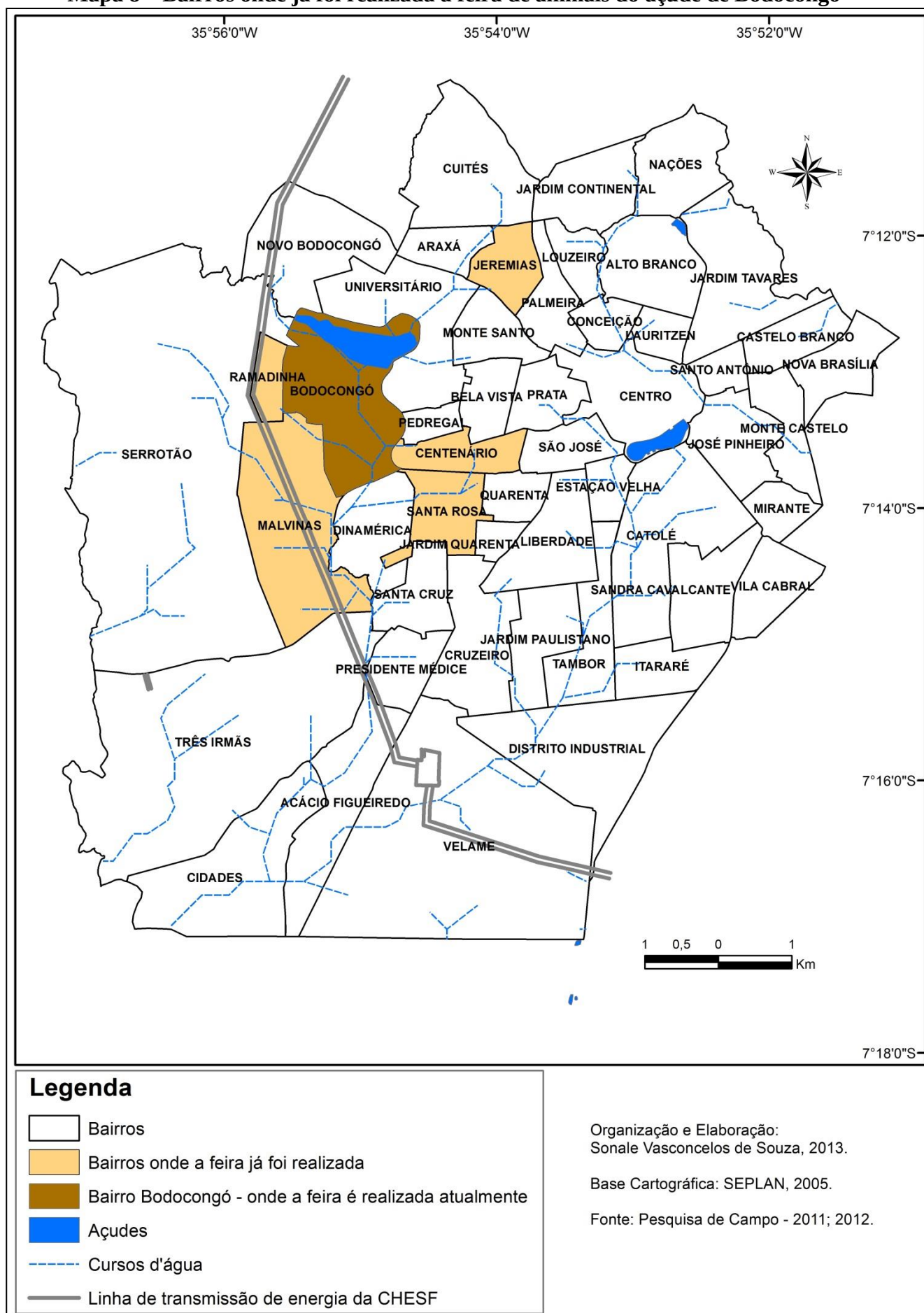
Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Além de atribuir o caráter de “táticas”, consideramos as feiras organizadas pelos criadores/negociadores como um “espaço vivido”, já que são espaços criados e apropriados pela própria população. Também são espaços dominados pela produção da cidade como um todo, pois sua realização depende de ordens e fatores externos referentes ao “espaço concebido”, planejado e imposto pelas classes hegemônicas. Isso fica evidente na fala abaixo de um dos criadores/negociadores, o Sr. Nêgo, que destaca a dificuldade para realizar as feiras de animais na cidade: “a gente não tem força pra falar porque a gente não tem ordem de ninguém pra fazer a feira e nem o terreno é da gente”.

A feira, atualmente realizada no açude de Bodocongó, existe há cerca de 20 anos e, durante esse período, já foi realizada de maneira temporária em vários bairros da cidade, como Jeremias, Santa Roza, Malvinas, Centenário e Ramadinha (mapa 8). Porém, há três anos, acontece semanalmente, sempre às sextas-feiras, às margens do açude de Bodocongó. Conforme o relato de um dos entrevistados, essa feira é transitória porque o poder público, ao longo dos anos, tem tentado impedir sua realização:

Essa feira é o seguinte, está tipo coisa de cigano, é um dia num canto, um dia noutro, num tem nada certo, porque aqui era pra ter uma pessoa pra chegar e dizer, pronto, vocês vão ficar aqui definitivo, entendeu? Mas só que não, aqui de vez em quando aparece é gente pra dizer olhe vocês vão sair daí, arrume outro canto que aqui não dá certo, aqui é área que vai ser usada, que não sei o quê, e aquela conversa toda e *a gente não tem força pra falar porque a gente não tem ordem de ninguém pra fazer a feira e nem o terreno é da gente*, acha que é da Prefeitura e às vezes nem é, às vezes tem até um dono, que chega e diz que é dono, e a gente não pode fazer nada, a gente apela muito para o prefeito chegar e dar uma força a gente, chegar assim e dar um terreno, que aqui ninguém vai construir, ninguém não vai nada, mas vamos supor que se um dia tiver um projeto pra ele construir, ele arrumava outro cantinho pras pessoas fazerem a feira, só que a feira não pode ser feita em todo canto, você não pode chegar com um “mói” de animal desse e fazer no meio da rua, né, num pode ser no barro, porque não vai chegar com uma feira dessa com esse tamanho e fazer no meio da rua, tem que ter um canto disponível, um canto vago, que é pros bicho andar, ter um espaço, mas como que o Prefeito não ver isso, nós somos expulsos[...]Essa feira já funcionou, antigamente, há uns 20 anos atrás no Jeremias, aí do Jeremias ela foi pra o Santa Roza, aí de lá ela foi pra Malvinas, das Malvinas ela voltou pro Centenário, do Centenário ela foi lá pra Ramadinha, lá no corredor do multirão, aí lá também não deu certo, por que era no meio do sol, não tinha uma sombra, não tinha nada, era muita poeira, aí foi que eu escolhi esse setor aqui, eu dei umas ideias aos meninos lá pra todo mundo vim pra cá, por que aqui tem água, tem uma sombra, tem um espaço, num tem casa perto[...] (Sr. Nêgo, 03/08/2012) (grifo nosso)

Mapa 8 – Bairros onde já foi realizada a feira de animais do açude de Bodocongó



A partir do exposto, podemos compreender as feiras organizadas de maneira popular, pelos próprios criadores/negociadores, como “táticas”; pois acontecem de forma espontânea, irregular e sem a vistoria de um órgão público, portanto, sem ser em um “lugar próprio”, diferentemente da feira de gado oficial estabelecida pelo Governo do Estado no Parque de Exposição. Além disso, essas feiras improvisadas são uma das práticas criativas que essas pessoas encontraram para manter a comercialização de animais, como cavalos, jumentos, etc., entre os pequenos criadores, já que eles foram proibidos de realizar tal atividade na feira de gado da cidade.

Entendemos, então, que as feiras populares de animais, realizadas na propriedade próxima ao Parque de Exposição e nas margens do açude de Bodocongó, destacam-se porque revelam “espaços vividos”, criados e apropriados pela população devido às necessidades econômicas e aos desejos de conservarem os costumes referentes à criação e à negociação de animais. Por conseguinte, a feira de gado do Parque de Exposição, por ser um espaço definido e delimitado pelo poder público para a comercialização de gado, é um “espaço concebido”.

Negociar animais é uma atividade considerada pelos próprios criadores/negociadores como um costume antigo, transmitido de pai para filho, que ocorre desde a época dos tropeiros. Eles ressaltam que gostam do que fazem e de como vivem, já estão acostumados desde crianças, portanto, pretendem conservar essas feiras e lutar pela sobrevivência delas e de seus costumes na cidade. Compreendemos a atividade de negociar como um “costume”, conforme foi apontado por Thompson (1998), pois, ao longo dos anos, tal atividade foi transmitida e mantida entre diferentes gerações, transformada e adaptada de acordo com as circunstâncias e as necessidades das pessoas que a realizavam.

Alguns criadores/negociadores moram perto da área coberta pela rede de alta tensão e utilizam-na para cultivar o capim e como pasto para os animais. Como já apontamos, a maioria deles aprendeu a criar e a trabalhar com cavalos e jumentos ainda crianças, vendo seus pais ou seus avôs trabalharem. Durante as conversas e as entrevistas, observamos que eles sempre falam dos antigos tropeiros e dos tangerinos; alguns dizem que o pai e o avô viviam nas tropas carregando produtos para serem comercializados, de Campina Grande para o Sertão e do Sertão para Campina Grande, como expõe o Sr. João:

[...] meu pai era tropeiro, ele vivia carregando mercadoria, nesse tempo Campina Grande não tinha estação, a mercadoria saía de Guarabira, o trem que vinha de João Pessoa deixava a mercadoria em Guarabira e os burros pegavam e vinham tudinho para o Sertão, era arroz, feijão, farinha, açúcar, café, tudo nos lombos dos burros carregado, chamava os tropeiros, quando descia do Sertão descia carregado de

algodão por que não tinha carro, aí papai contava, eu conversava com meu pai [...] (Sr. João, 29/05/2012)

Com base nos relatos e nas observações feitas durante os trabalhos de campo, verificamos que os criadores/negociadores são remanescentes dos antigos tropeiros da Borborema, uma vez que, depois da chegada dos veículos automotores, esses tropeiros perderam a sua função, já que não fazia mais sentido carregar mercadorias em lombos de animais, logo, muitos se mantiveram na cidade realizando serviços como carregar material de construção e, por conseguinte, não esqueceram o gosto por criar animais. Os criadores/negociadores se caracterizam pelo prazer de cavalgar e comercializar e afirmam não saber e não gostar de fazer outra coisa a não ser negociar animais, como podemos observar nas seguintes palavras:

[...] todo mundo aqui depende desses animais, a gente vende, agente troca, entendeu? Negocia e vive disso, aí tem muita gente aqui que vive disso, praticamente quase todo mundo, né, tem aqui muito pouca gente que não vive disso aí, vive da carroça, de um negócio, mas geralmente quem vem pra feira, depende da feira, que essa feira aqui é onde você dá uma trocada que arruma dinheiro pra uma feira, pra renda do mês, é aonde paga uma conta com um bicho, vende um bicho paga sua conta, entendeu? Isso aqui é *um meio de vida* [...] *a gente só sabe viver disso, porque isso aqui é coisa de raiz, é coisa que a gente aprendeu que vem dos pais, que vem do berço, como diz o matuto, vem do berço, né?* A gente aprendeu foi a lutar com isso aí, a lutar com animal, a fazer isso, trocar, vender, tem gente aqui que você pode oferecer 1.000 contos pra ele ir trabalhar, ele não quer ir trabalhar, porque uma que ele não sabe trabalhar, ele sabe negociar [...] veja bem, então, eu sei dar uma trocada, aí eu vou trabalhar numa obra de mexer massa, num tem nem como né? Nunca fiz, desde menino trocando, vendendo, achando bom, se der uma trocada bem, se não der eu vou pra casa, noutra feira eu dou, e aí tem gente aqui que troca mais em casa de que mesmo na feira, pessoal vai, fica tão conhecido que o pessoal vai procurar em casa, entendeu? Aí é como eu digo a pessoa nasce no meio daquela coisa, *a maior parte daqui é filho de tropeiro*, de trocador, de gente que vivia de troca, os avós, criados no meio da tropa, aquele ali mesmo, esse altão que vai andando pra lá olhe! O pai dele é tropeiro da época do meu pai, tangerino, entendeu? Tangia animal, tropas de burro, e tropas e mais tropas, carregando, nessa época não existia muita troca, era mais carga, a troca toda vida teve, mas já teve os tropeiros, eles viajavam carregando as cargas. Vamos supor ele vinha aqui levava aguardente pro sertão como meu pai, voltava com o algodão, na outra carga que ele ia de novo já levava o aguardente, quando voltava na outra semana já trazia agave, outra feira já trazia castanha [...] (Sr. Nêgo, 03/08/2012) (grifo nosso).

A rotina dos criadores/negociadores consiste em cuidar dos animais, ir às feiras realizar as “trocadas” e, nos finais de semana, negociar em suas casas e nas de outros interessados. Além disso, durante a semana, fazem alguns “bicos”, trabalhando como carroceiros, transportando material de construção e fazendo fretes na cidade. Contudo, às vezes, reservam algum tempo para o lazer, que, de certo modo, não está dissociado do trabalho, pois se divertem com seus cavalos e/ou jumentos, participando de argolinhas²⁵,

²⁵ Conhecida como corrida de argolinhas, é uma brincadeira em que os cavaleiros participam de uma corrida que consiste em acertar, com um bastão na mão, uma pequena argola, na maioria das vezes, enfeitada para melhor

cavalgadas²⁶ e bolões²⁷ organizados por eles mesmos. Nessas festividades, alguns terminam observando e negociando algum animal. É importante ressaltar que devido, sobretudo, às suas condições econômicas, eles raramente vão às vaquejadas, denominadas por Maia (2000) de “espetáculos”. Em seguida, o Sr. Luciano, um desses criadores/negociadores, descreve como se diverte nos finais de semana:

A tradição da gente é no domingo botar a sela num cavalo e ir pra argolinha que a gente brinca, outros vão pra vaquejada quem tem mais dinheiro, mais condição, vai pra vaquejada [...] às vezes tem um bolãozinho barato de 30,00 real, pra treinar, que o próprio povo organiza pra açoitar os cavalos [...] pronto, no tempo da seca, agora, quando estava estiado não faz muito não porque o gado está magro, né? Mas quando começa a chover o gado melhora mais, aí eles fazem um bolãozinho. (Sr. Luciano, 29/05/2012)

Constatamos que os criadores de cavalos e jumentos, do mesmo modo que os criadores de gado bovino, vivenciam um modo de vida peculiar na cidade, no entanto, para alguns – como os “vaqueiros inventados” – esse modo de vida caracteriza-se como reinventado e consiste na mistura do tradicional com o moderno; para outros – os criadores/negociadores – esse modo de vida corresponde à forma de viver aprendida com os pais e que eles mantiveram devido à necessidade de sobreviver e ao prazer de fazer o que gostam. Todavia, ambos – os “vaqueiros inventados” e os “criadores/negociadores” – apropriam-se de áreas sob a rede de alta tensão para manter a criação de equinos e/ou muares.

3.1.3 Criações de suínos

Ao longo da área coberta pela linha de transmissão de energia, também nos deparamos com pequenos chiqueiros construídos de pau a pique, madeira e/ou arame farpado, geralmente com uma parte coberta e o piso cimentado ou revestido com pedras, apresentando uma declividade. Esse formato de piso facilita a limpeza do local, que é realizada diariamente, por

ser vista de longe, dependurada por um barbante. Nela, segundo o Sr. Luciano (29/05/2012), os participantes correm com a máxima velocidade, montados em seus cavalos, em direção à argola, com o objetivo de demonstrar habilidade e pontaria ao pegá-la com o bastão.

²⁶ Conforme um dos entrevistados – Sr. Nêgo (03/08/2012) –, essas cavalgadas são passeios organizados pelos próprios participantes, em que as pessoas andam em tropas montadas em cavalos. Esses passeios são feitos em trajetos que passam por várias propriedades rurais. Em algumas, são realizadas paradas para os cavaleiros descansarem e, ao final, sempre há uma confraternização, numa propriedade previamente definida, com churrasco, feijoada e forró para encerrar o passeio.

²⁷ Os bolões consistem numa “espécie de vaquejada popular”, organizada pelos próprios cavaleiros e vaqueiros, que acontecem em pequenos pátios utilizados geralmente para treinos de vaquejadas. Conforme Maia (2000), nesses bolões, há muito de improviso e espontaneidade, pois os prêmios são objetos simbólicos, e todos estão ali para “brincar”. Para essa autora, os bolões estão mais próximos da vaquejada genuína do que das vaquejadas de hoje dos grandes parques.

causa do mau cheiro, para não incomodar os vizinhos. Esses chiqueiros são construídos debaixo da linha de alta tensão e estão sempre de frente para a moradia dos seus proprietários.



Figura 25 – Criação doméstica de porcos que serve como complemento na renda. Esta criação está localizada, sob a rede de alta tensão, no Bairro Ramadinha.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

As criações de suínos são encontradas em vários bairros por onde passa a rede de alta tensão, principalmente naqueles mais adensados, como Ramadinha, Malvinas e Três Irmãs. Se levarmos em consideração a alimentação dos porcos, essas criações são uma atividade de fácil manutenção na cidade, pois esses animais são alimentados, basicamente, com a “lavagem”²⁸ obtida nas residências da vizinhança dos criadores. Em geral, essa atividade está relacionada ao acréscimo na renda das famílias, já que são desenvolvidas para ter um complemento com a comercialização dos animais na cidade.

Andrade (1961), ao discorrer sobre a pecuária no agreste pernambucano, destaca a criação de suínos como uma atividade peculiar, pois é desenvolvida, tanto na zona rural quanto nas cidades, como uma maneira de complementar a renda familiar:

[...] existe na região uma tradicional criação doméstica de porcos que é feita, segundo afirmam os moradores do interior, para aproveitar a “lavagem da casa”, isto é os restos de comida. Essa criação se destina à venda de carne na própria zona complementando a economia não só de pequenos proprietários, de foreiros, de

²⁸ Restos de comida utilizados para alimentar os porcos.

trabalhadores agrícolas, mas até de moradores das cidades e vilas. Com o produto da venda dos “capados”, procura a população pobre adquirir certos bens que não podem ser comprados com as rendas ordinárias da atividade agrícola, como aparelho de rádio, máquina de costura, ou de roupas e calçados [...] (ANDRADE, 1961, p. 138-139).

É comum encontrarmos criações de porcos espalhadas na periferia das cidades, inclusive em Campina Grande. De acordo com o mapa 5 (p. 103), foram identificados quatro criadores de suínos na cidade com cadastros na SEDAP. Embora não tenhamos entrevistado esses criadores, foi possível, com os dados coletados, observar que suas criações têm entre 20 a 100 cabeças, logo, contêm um número elevado de animais. É importante frisar que, entre os criadores de porcos cadastrados na SEDAP, nenhum tem suas instalações sob a rede de alta tensão.

Todavia, sob essa linha de transmissão de energia, identificamos outras quatro criações de porcos (mapa 7, p. 122). Nesses casos, as pocilgas tinham, no máximo, 15 animais, portanto, caracterizamo-las como de pequenas criações. Na área investigada, essas criações são realizadas por famílias em que as mulheres e os filhos assumem a responsabilidade de limpar os chiqueiros e alimentar os porcos. Em compensação, os homens ficam responsáveis pela comercialização desses animais. Além disso, as pequenas criações de porcos sempre estão associadas a outras, como as de equinos e de muare.

3.1.4 Plantações agrícolas

Acreditávamos, inicialmente, que, sob a rede de alta tensão, não havia pessoas que desenvolvessem a agricultura, pois, nos primeiros trabalhos de campo realizados durante os meses de estiagem – dezembro, janeiro, fevereiro, março – não vimos nenhum indício de cultivo agrícola na área percorrida. É interessante ressaltar que, entre os meses mais secos e os mais chuvosos, a paisagem no agreste paraibano muda significativamente, e nos períodos secos, devido às temperaturas elevadas e aos índices pluviométricos baixos, o solo fica sem umidade, e isso dificulta o crescimento da vegetação e a preparação do terreno para a plantação. Esses aspectos podem ser observados na imagem da Figura 26:



Figura 26 – Posse em área sob a rede de alta tensão durante o período de estiagem, próxima à Rua dos Avelozes, no Bairro Malvinas.

Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

A figura 26 mostra uma posse sob os fios de alta tensão. Em virtude de a imagem ter sido registrada no mês de fevereiro, o solo e a vegetação estão muito secos. Nesse período, na área, só vimos a atividade pecuária, e, numa parte mais baixa do terreno, uma vegetação verde – capim plantado – para o gado nas áreas de vazantes. No entanto, quando retornamos a essa área, depois do período das chuvas do mês de junho, surpreendemo-nos com a paisagem, já que não havia apenas uma pequena criação de gado, mas várias plantações de culturas regionais, caracterizadas como atividades agrícolas destinadas, praticamente, ao consumo dos próprios produtores. Na Figura 27, vemos a mudança da paisagem, pois, além do capim, há plantações de fava, feijão, milho, jerimum, etc. Esse exemplo, constatado no Bairro Malvinas, pode ser verificado em outras posses espalhadas sob a rede da CHESF, ainda que, em algumas delas, não haja a associação e/ou a intercalação da pecuária com a agricultura.

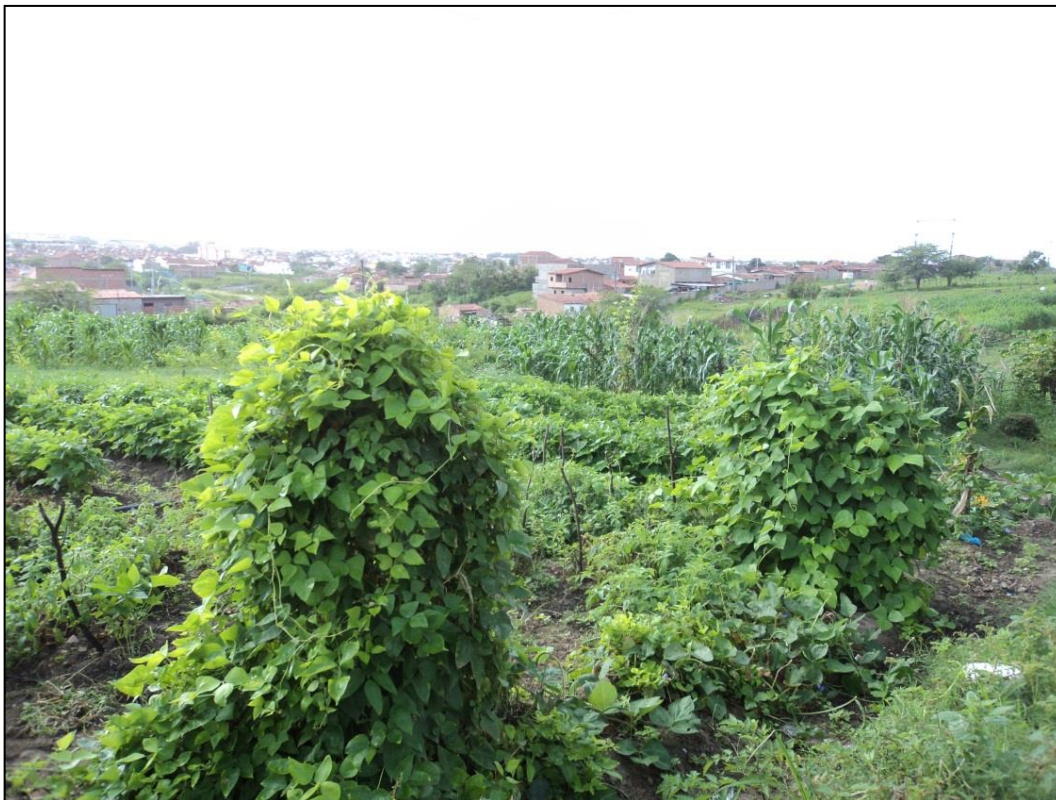


Figura 27 – Plantações em área debaixo da rede de alta tensão no Bairro Malvinas.
Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

Verificamos que as atividades agrícolas existentes na área investigada constituem uma prática voltada para a subsistência, porque o que é produzido é direcionado para a mesa da família dos produtores, ainda que, às vezes, parte da produção seja doada a algum vizinho ou amigo. As plantações são desenvolvidas em terrenos com cerca de 1 hectare e caracterizam-se pela policultura regional, logo, contêm raízes, vegetais e frutas como: batata-doce, feijão, fava, jerimum, milho, coentro, tomate, banana, acerola, melancia, etc. É importante salientar que a produção agrícola, embora seja utilizada como complemento na alimentação da família dos produtores, não é desenvolvida por causa da necessidade econômica, mas pelo prazer que esses produtores sentem de trabalhar com a agricultura.

Com base nos trabalhos de campo e nas entrevistas, averiguamos que todos os produtores agrícolas que vivem sob a rede de alta tensão têm o mesmo perfil; ou seja, são pessoas aposentadas, que viveram, durante a infância, em áreas rurais e que, por algum motivo (como a seca e a perspectiva de uma vida melhor na cidade), vieram para a cidade; mas não conseguiram abandonar as atividades rurais, mesmo assumindo empregos urbanos de vigilante, motorista e pedreiro entre outras profissões. Alguns entrevistados associam a

pecuária à agricultura; outros afirmaram já terem criado gado na cidade, todavia, no momento ocupam-se apenas com pequenas plantações agrícolas.

Quando perguntamos o porquê de manterem a prática agrícola, a resposta quase sempre é a mesma – eles respondem que é porque gostam e acrescentam que não sabem viver sem trabalhar. Conforme as entrevistas, verificamos que essas pessoas se divertem trabalhando com o que gostam, portanto, as atividades rurais – como a agricultura – são o lazer e a “terapia”, segundo expressam:

Tem 20 anos que moro aqui, esse terreno é da Chesf, aí comecei plantando, plantando, aí hoje eu vou até lá embaixo, todo ano eu planto fava, feijão, quiabo, milho, esse ano eu plantei, mas bateu a seca morreu, mas agora começou a chover segunda-feira plantei já tá crescendo como você pode ver, aquilo é só pra comer, chega uma pessoa assim eu dou, eu planto por que gosto, eu tenho problema de próstata, coração e coluna, isso é uma terapia pra mim, o médico diz tem que fazer caminhada, ir pra academia eu faço isso aí e pronto. (Sr. João, 29/05/2012)

A rotina desses agricultores consiste em, diariamente, independentemente de ser final de semana ou feriado, cuidar de suas lavouras e de suas fruteiras, e como as posses geralmente ficam perto das moradias, eles passam o dia inteiro nas plantações e só vão para casa na hora do almoço e no fim da tarde.



Figura 28 – Aposentado limpando uma área de plantio perto da Avenida Marechal Floriano Peixoto, no Bairro Malvinas.

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2012. Foto: Sonale Vasconcelos de Souza.

As observações e as análises feitas até o momento nos permitem afirmar que as atividades rurais existentes na área investigada são realizadas, principalmente, devido ao prazer proporcionado às pessoas que as mantêm e à manutenção do costume. De modo geral, elas vivenciaram o campo durante a infância e aprenderam com os pais e os avós a desenvolver as atividades rurais. É importante ressaltar que, durante os trabalhos de campo, foram entrevistadas 14 pessoas²⁹ – a metade é aposentada – que afirmaram manter as atividades rurais porque sentem a necessidade de vivenciá-las cotidianamente, gostam disso e não sabem ficar sem trabalhar. Durante a vida economicamente ativa, essas pessoas trabalharam em profissões urbanas, contudo, a maioria afirmou que, mesmo não sobrevivendo da pecuária ou da agricultura, sempre teve e dividiu seu tempo com alguma produção rural na cidade.

A outra metade, que ainda está trabalhando, afirma que mantém as atividades rurais tanto pelo prazer de realizá-las quanto pela necessidade econômica. Alguns dependem unicamente da produção do leite e da criação de gado e, embora já tenham desempenhado outras atividades na cidade, não conseguiram abandonar o modo de vida rural, por isso resolveram investir e sobreviver com essas atividades. Vale, ainda, registrar que existem pessoas que adaptaram o modo de vida rural à cidade ao associar atividades rurais às atividades urbanas.

Nesse contexto, encontramos pessoas que criam gado e utilizam o leite na produção de alimentos que são revendidos nos estabelecimentos da cidade e outras que criam gado de corte e possuem um estabelecimento comercial. Em um caso particular, um dos criadores tem um açougue, onde o gado é abatido e vendido. Esse criador também confirmou que comercializa gado de corte nas feiras. Além disso, há famílias em que os homens assumem a responsabilidade de cuidar da criação de gado e comercializá-la, em contrapartida, as mulheres complementam a renda desenvolvendo outras atividades ou serviços, como o conserto de roupas e a fabricação e a comercialização de alimentos.

Destarte, as criações e as plantações realizadas na área coberta pela rede de alta tensão, conforme nossas reflexões, podem ser entendidas a partir dos conceitos apresentados por Lefebvre (1991c [1974]): apropriação e espaço vivido, pois essas atividades rurais têm sido

²⁹ Procuramos entrevistar todas as pessoas que mantêm atividades rurais debaixo da linha de transmissão de energia da CHESF; no entanto, nem todas se disponibilizaram, por medo ou por vergonha. Contudo, as conversas informais com elas também foram essenciais para as análises aqui realizadas. O número 14 refere-se apenas àquelas pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas e nos deixaram gravar as suas falas.

praticadas em uma área urbana delimitada e planejada apenas para ter a rede de energia de alta tensão, portanto, é proibido ocupar e construir qualquer edificação, por menor que seja, como é o caso dos pequenos currais de gado com cobertura. Embora a área seja inadequada para a construção de edificações e para a realização de atividades urbanas, as pessoas têm se apropriado para desenvolver as atividades rurais. Essa apropriação se configura na vivência das pessoas nessa área, e as atividades rurais são realizadas não porque elas não têm outra opção, mas porque se sentem satisfeitas com o cotidiano rural.

Lefebvre (1991c [1974]) afirma que o espaço apropriado assemelha-se a uma obra de arte, não no sentido de se imitar uma obra de arte, mas no sentido do vivido. Logo, a obra de arte é um produto da sensação vivenciada pelo artista no momento de sua construção, ou seja, movida pela necessidade do artista de expressar algo que está sentindo. Do mesmo modo, os “subespaços rurais”, produzidos sob a rede de alta tensão, são “espaços vividos”, apropriados e construídos por pessoas que se satisfazem em viver a partir das atividades e do modo de vida rural, para manter um antigo “costume”, tal qual nos elucidou Thompson (1998). Todavia, os criadores de gado e os agricultores, para manterem determinados costumes e atividades rurais na cidade, precisam se adaptar às normas urbanas. Muitas vezes, é necessário subverter a lógica imposta e se apropriar da cidade, construindo “táticas” como saídas. Um dos exemplos abordados foi as feiras improvisadas de animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, quando estamos encerrando uma pesquisa, é comum vivenciarmos uma mistura de sentimentos. Temos a sensação de que tudo passou e de que foi muito rápido. Ao mesmo tempo, diante da análise realizada, sentimo-nos mais amadurecidos. Muitas vezes, achamos que não temos mais o que escrever nas conclusões, uma vez que tudo já foi posto no decorrer do trabalho. Em compensação, temos ciência de que ainda falta fechar o texto, expor as dificuldades enfrentadas, como também apresentar nossa opinião acerca dos caminhos trilhados e dos principais pontos destacados. Portanto, acreditamos que esse seja um dos momentos mais difíceis para o pesquisador. Por isso, é necessário ter paciência, refletir e selecionar aquilo que julgamos que é importante mencionar, já que a vontade de finalizar o trabalho é grande (e a pressão também). Assim, a seguir, retomaremos o percurso realizado e apresentaremos os principais resultados alcançados.

Na investigação que ora finalizamos, procuramos compreender o porquê da presença de atividades rurais e de costumes oriundos do campo no interior da cidade. Para tanto, tomamos a cidade de Campina Grande como objeto de análise e, *a posteriori*, no decorrer dos trabalhos, delimitamos determinada área – a que se encontra sob a rede de alta tensão da CHESF – como foco para a aplicação dos procedimentos metodológicos – observações, descrições, entrevistas e registros fotográficos. Inicialmente, havíamos pensado em levantar e analisar todas as áreas com atividades rurais na malha urbana de Campina Grande, contudo, verificamos que isso não seria possível, devido à grande quantidade de estabelecimentos agropecuários espalhados pela cidade e à falta de dados oficiais sobre essa realidade na área urbana.

É importante destacar que foi muito difícil encontrar dados nas instituições públicas. Procuramos cadastros e informações sobre áreas com cultivos agrícolas e atividades pecuárias existentes na cidade, todavia, descobrimos apenas o cadastro dos criadores de gado que formalmente comercializam animais na feira de gado do Parque de Exposição e o mapa elaborado pelo IBGE, com a localização dos estabelecimentos agropecuários por setor censitário. Esse obstáculo foi um dos motivos que nos direcionaram a aprofundar a pesquisa por meio dos trabalhos de campo e com o levantamento dos estabelecimentos rurais *in loco*.

Durante o processo investigatório, apoiamo-nos no método analítico-regressivo proposto por Lefebvre (1978), pois, além da proximidade com o pensamento do autor – que

procura entender a realidade observada a partir dos processos e dos fatos históricos – acreditamos que esse método nos possibilitaria responder aos seguintes questionamentos elaborados no início da pesquisa: as atividades rurais sempre existiram no perímetro urbano das cidades ou estavam distantes e, aos poucos, foram sendo “engolidas” pela malha urbana? As pessoas que mantêm atividades rurais são sempre pessoas oriundas do campo que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho? Quais os motivos pelos quais as pessoas mantêm determinadas atividades e costumes rurais na cidade? etc.

Para entender e explicar a permanência de atividades rurais na cidade de Campina Grande, achamos necessário, a princípio, resgatar alguns autores que analisavam e/ou analisam a relação cidade-campo. Esse momento da pesquisa foi fundamental porque pudemos nos inteirar das discussões que vêm sendo realizadas acerca da temática relação cidade-campo, principalmente na ciência geográfica. Além disso, tal levantamento teórico, abordado no primeiro capítulo, serviu para nos esclarecer e orientar sobre em que perspectiva o trabalho seria desenvolvido.

Uma das nossas angústias, ao longo da caminhada, foi investigar e descobrir qual(is) conceito(s) seria(m) utilizado(s) para analisarmos o objeto de análise. Primeiro, pensamos na possibilidade de trabalhar com o conceito de espaço periurbano. No entanto, depois de algumas reflexões, concluímos que esse conceito não explicaria as áreas com estabelecimentos agropecuários instalados nos interstícios da cidade, sobretudo as localizadas sob a rede de alta tensão. Isso porque verificamos que tais áreas, atualmente, encontram-se na zona urbana adensada da cidade, e não, na zona rural voltada para a expansão urbana. Ademais, os usos urbanos se sobressaem nessa parte da cidade, logo, as áreas com atividades agrícolas e pecuárias são resquícios do rural na cidade. Por essa razão, resolvemos analisar as áreas com estabelecimentos agropecuários a partir da noção de “subespaços rurais” proposta por Maia (1994).

A investigação realizada por meio dos trabalhos de campo, das observações, das entrevistas, dos dados secundários (da SEDAP e do IBGE) e das leituras nos proporcionou examinar os subespaços rurais existentes na cidade de Campina Grande e atingir os objetivos esboçados no começo da pesquisa. Assim, constatamos que, entre a cidade e o campo, sempre existiu uma relação de proximidade, principalmente no contexto histórico brasileiro, pois, além de constituírem partes de uma única realidade espacial, no Brasil, a colonização direcionada pelas metrópoles, baseada na exploração agrícola e na extrativista, favoreceu a

criação de cidades atreladas economicamente às atividades rurais. Nesse sentido, autores como Queiroz (1978) e Reis Filho (1968) destacam que, no Brasil, as cidades, até o início do Século XX, funcionavam como prolongamento das fazendas, e a população da zona rural e a da zona urbana eram praticamente as mesmas.

O processo de urbanização de Campina Grande não foi diferente, porquanto essa cidade surgiu devido ao pouso de tropeiros, que deu origem à instalação da feira que, ao longo dos anos, tornou-se um importante local de comercialização de produtos agrícolas, gado e, em determinado período de algodão. Logo, grande parte das pessoas que a frequentavam era das fazendas e dos sítios, tanto do Sertão quanto do Agreste e do Litoral.

Até meados do Século XX, como vimos no segundo capítulo, Campina Grande era o que Lefebvre (1978) e Maia (2000) denominaram de “cidade histórica ou tradicional”, visto que não havia diferenciação entre bairros, e a cidade limitava-se ao Centro. Além disso, a relação entre a cidade e o campo era muito próxima e não se tinha uma delimitação clara nem uma preocupação em separar ou distinguir as atividades e os costumes urbanos dos rurais.

De modo geral, na segunda metade do Século XX, a relação cidade-campo mudou, e as cidades brasileiras passaram por um intenso processo de urbanização, impulsionado pelo aumento da população urbana, sobretudo em virtude do êxodo rural. A malha urbana de Campina Grande espalhou-se com a construção dos conjuntos habitacionais, do distrito industrial e com a vinda de pessoas do campo e de outras cidades. Então, a cidade modernizou-se, a Prefeitura Municipal estabeleceu regulamentações, como o Código de Posturas, por exemplo, e restringiu a presença de atividades rurais em seu interior. No entanto, como vimos, as atividades rurais e alguns costumes oriundos do campo se mantiveram e podem ser vistos frequentemente no interior da malha urbana nos dias atuais.

Ao reunir os dados obtidos nas andanças pela cidade, na SEDAP e no *site* do IBGE, conseguimos espacializar, se não todas, mas uma boa parte das áreas com atividades agropecuárias na área urbana de Campina Grande. Com esses dados, elaboramos os mapas 5 e 7, presentes neste trabalho, por meio dos quais visualizamos a existência de muitas áreas sendo utilizadas para a manutenção de atividades agropecuárias. Observamos que, de modo geral, os estabelecimentos com usos rurais predominam em áreas mais afastadas dos bairros centrais, ou seja, nos bairros periféricos, principalmente naqueles situados nas zonas oeste e sul da cidade, onde se concentram os conjuntos habitacionais e os loteamentos populares. Apesar de serem áreas residenciais adensadas, ainda existem espaços não edificadas e áreas

impróprias para ocupação, como, por exemplo, os terrenos identificados sob a rede de alta tensão da CHESF. É justamente nesses espaços onde detectamos pessoas se apropriando da cidade para realizar cultivos agrícolas e criar gado.

O uso das entrevistas semiestruturadas foi imprescindível para investigarmos a realidade vivenciada pelos criadores de gado e pelos agricultores, visto que, por meio delas, também analisamos a origem das áreas em que são mantidas as atividades rurais. A articulação entre as informações cedidas pelas pessoas e a retomada do processo de urbanização da cidade possibilitou-nos concluir que algumas áreas com estabelecimentos agropecuários são resquícios de antigas propriedades rurais “engolidas” pela malha urbana; outras são espaços não edificadas apropriados para a realização de atividades rurais.

Verificamos que, em Campina Grande, assim como em outras cidades brasileiras, não existe uma preocupação com a conservação de atividades agrícolas e pecuárias em áreas no entorno da cidade. Ou seja, não há, no plano diretor do município, nenhuma área urbana delimitada com a função de desacelerar a expansão urbana e priorizar os usos característicos da zona rural. Além disso, a legislação brasileira favorece a expansão da cidade, ao possibilitar que áreas ainda não urbanizadas sem os equipamentos básicos possam ser consideradas urbanas, desde que apresentem loteamentos aprovados pelos órgãos competentes.

Essas determinações, somadas às restrições do Código de Posturas, dificultam a permanência de atividades rurais na cidade. No entanto, como revelamos, não impedem a (re) produção de “subespaços rurais” no interior da malha urbana. Existem muitas pessoas – a maioria migrante da zona rural – que não conseguiram nem conseguem abandonar o modo de vida vivenciado no campo, ou seja, os costumes rurais. Constatamos que, quando não são migrantes de áreas rurais de outros municípios, os produtores rurais são antigos fazendeiros e sitiantes de áreas que antes eram rurais e passaram a compor a área urbana de Campina Grande.

Com base na fala dos entrevistados, afirmamos que a permanência das atividades e dos costumes rurais na cidade se dá não apenas devido a uma necessidade econômica, mas, sobretudo, em função do desejo e do prazer de viver de maneira semelhante ao modo de vida rural. Todas as pessoas entrevistadas afirmaram que já trabalharam em atividades urbanas alguma vez na vida. Contudo, nenhuma delas deixou de ressaltar que sempre manteve os costumes oriundos do campo na cidade.

Durante os trabalhos de campo, na área investigada sob a rede de alta tensão, deparamo-nos com atividades rurais, como criações de gado (bovino, equino, muar e suíno) e pequenos roçados e plantações agrícolas com culturas regionais (feijão, milho, batata-doce, acerola, maracujá, etc.). Os criadores de gado e os agricultores que vivem na cidade enfrentam, cotidianamente, a dinâmica dominante na produção do espaço urbano. Nesse sentido, destacamos que grande parte dos entrevistados afirmou ter dificuldades tanto em virtude da expansão urbana, que vem diminuindo as áreas não edificadas, quanto por causa das restrições impostas, entre elas, as proibições de soltar o gado e vender leite *in natura*, que torna a pecuária ainda mais custosa.

Ressalte-se, entretanto, que essas pessoas se apropriam de áreas não edificadas ou ainda não valorizadas e constroem espaços apropriados e “vividos”, caracterizados pelo tempo lento e pelo uso diferenciado daqueles predominantes na cidade, como o comércio e os serviços urbanos. No terceiro capítulo, identificamos as leis e as ações coercitivas do Estado e das classes hegemônicas como “estratégias” de dominação; em contrapartida, as pequenas criações de gado e de outros animais foram compreendidas como “táticas” encontradas pela população para subverter as normas impostas e manter os costumes rurais na cidade.

Com a finalização desta pesquisa, acreditamos que alcançamos os objetivos propostos inicialmente e que contribuímos para as discussões acerca da temática relação cidade-campo. Além disso, elaboramos um documento contendo informações sobre os produtores e as práticas rurais que são mantidas na cidade de Campina Grande e que, na maioria das vezes, não são percebidas no cotidiano citadino. Tal levantamento poderá ser utilizado futuramente para diversos interesses, tanto por outros estudiosos, quanto pelas próprias pessoas que mantêm atividades rurais ou pelas instituições governamentais. Portanto, sentimos que o trabalho realizado não foi à toa; ora ele tem função acadêmica, visando favorecer o debate cada vez mais evidente sobre o urbano e o rural, ora tem função política, já que abre os olhos da população urbana para uma realidade tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA LEÃO, Otávio – Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, jul de 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A pecuária no agreste pernambucano**. 1961. 195 f. (Tese para provimento da Cátedra de Geografia Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco da Universidade do Recife) - Universidade do Recife, Faculdade de Ciências Econômicas de Pernambuco, 1961.

_____, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.

ARAÚJO, Silvera Vieira de. **Dispensando o feioso: a construção da higiene estética em Campina Grande (1930-1960)**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, abril de 2010.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na decadência da contradição. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BARBOSA, Maria José Lira. **Um projeto que (não) deu certo: Estado desenvolvimentista e industrialização**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

BIAZZO, Pedro Paulo. **Relações campo-cidade na região norte-fluminense: ruralidades e urbanidades em transformação**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 22 de maio de 2009.

BRASIL, Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação**, Brasília, outubro de 1966.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas campinenses**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

_____, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da Vila (1697 a 1864)**. Campina Grande: Ed. Caravela, 2006.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Campina Grande e sua função como Capital Regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXV, nº 4, p. 3 – 39, outubro-dezembro, 1963.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias** [online]. 2009, n.21, p. 252-280. ISSN 1517-4522.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 11, outubro 1998. p. 53-75.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e coexistências do espaço campinense na sua inserção ao meio-técnico científico-informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo**. 2003. 230 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 30 de junho de 2003.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Espaço e Geografia: Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia; - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo**. 2008. 414 f. (Tese de Livre-Docência em Geografia Urbana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Agosto de 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización, ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. **La ciudad dispersa**. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: CCCB, 1998.

DINIZ, Lincoln da Silva. **As bodegas da cidade de Campina Grade: objetos de permanência e transformação do pequeno comércio no bairro de José Pinheiro**. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

FUSCO, Fabrício Marini. **Entre campos e cidades: uma busca pelas multiterritorialidades fluminense**. 2005. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2005.

GUIMARÃES. Alberto Passos. O complexo agroindustrial. In: **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

GUTMAN, Pablo; GUTMAN, Graciela; DASCAL, Guillermo. **El campo em la ciudad: la producción agrícola em la Gran Buenos Aires**. Buenos Aires: Ediciones CEUR, 1987.

HERNÁNDEZ-FLORES, José Álvaro; MARTÍNEZ-CORONA, Beatriz; MÉNDEZ-ESPINOZA, José Arturo; PÉREZ-AVILÉS, Ricardo; RAMÍREZ-JUÁREZ, Javier;

NAVARRO-GARZA, Hermilio. Rurales y periurbanos: uma aproximación al processo de conformación de la periferia poblana. In: **Papeles de población**. Universidade Autónoma del Estado de México/México, v. 15, nº 61, jul – set, 2009, p. 275 -295.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes. **O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, maio de 2010.

LACOSTE, Yves – A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 84, jul de 2006.

LEFEBVRE, Henri. Notas sobre a Cidade Nova. In: _____. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 137 – 147.

_____, Henri. **De lo rural a lo urbano: antologia preparada por Mario Gaviria**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Ática: São Paulo, 1991a.

_____, Henri. **Lógica formal/ Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991b.

_____, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991c.

_____, Henri. **Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.

_____, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

_____, Henri. **O direito à cidade**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Damião de. **Impactos e repercussões sócio-econômicas das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964-1984)**. 2004. 300 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LIMONAD, Ester. Uma urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? In: **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 1, n. 14, p. 31-45, jan-jun, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. **O campo na cidade: necessidade e desejo (Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa-PB)**. 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado) – Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 15 de dezembro de 1994.

_____, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: Amélia Luísa Damiani; Ana Fani Alessandri Carlos; Odette Carvalho de Lima Seabra. (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-220.

_____, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB**. 2000. 364 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____, Doralice Sátyro. De centro tradicional a centro modernizado: permanências e transformações. In: FERNANDES, José Alberto V. Rio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, 2013.

MARIZ, Celso. **Cidades e homens: Campina Grande de Ontem e de Hoje**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1945.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, v.18, n. 19, p. 95-112, jul-dez, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NORONHA, Elias Oliveira. **O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no município de Jundiá – SP**. 2008. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, outubro de 2008.

_____, Elias Oliveira. O espaço periurbano no município de Jundiá – SP: características e tendências atuais. In: **Revista Formação**. Presidente Prudente, v. 1, n. 15, p. 85 – 96, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos de 1990**. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)**. 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 12 de agosto de 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. In: **Revista da ANPEGE**. Curitiba, ano 1, n. 1, p. 45-66, 2003.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba: Uma cidade entre miasmas e micróbios: O serviço de higiene pública, 1895 – 1918**. 1999. 291 f. Tese – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.

SÁ, Maria Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.) **Imagens Multifacetadas da história de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000. p.179-189.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____, Milton; ELIAS, Denise. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT, 2001.

SERENO, Claudia A.; SANTAMARÍA, Mariana; SERER, Silvia Alicia Santarelli. El rurbano: espacio de contrastes, significados y pertinência, ciudad de Bahía Blanca, Argentina. In: **Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía**. Bogotá, Colombia, nº19, 2010, p. 41-57, ISSN: 0121-215X.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Francisco Graziano da. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1-28, maio de 1997.

SILVA, José Francisco Graziano; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton . O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA)**. EMBRAPA - Brasília, v. 19, nº 1, jan/abril, p. 37-67, 2002.

SILVA, Claudia Maria Arantes. **Relações de trabalho no espaço rural friburguense: pluriatividade e complexificação das relações sociais de produção**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 13ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOLARI, Aldo. **O objeto da sociologia rural**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). Vida rural e Mudança social. 3ª ed. São Paulo: Editorial Nacional, 1979. p. 3-14.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. In: Confins [Online], 5 | 2009, posto online em 20 Março 2009, Consultado o 24 Janeiro 2012. URL : <http://confins.revues.org/5633> ; DOI : 10.4000/confins.5633

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUEFCG, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectiva a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____, Maria Encarnação. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-146.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALE, Ana Rute do. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 214 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

_____, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro (SP): Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp, 2006, ISBN 978-85-88454-12-5.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 15, outubro 2000. p. 87-145.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 ATIVIDADES RURAIS NA CIDADE
 ENTREVISTADOR: Sonale

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATA: ____/____/____

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Qual é seu nome? _____

Qual a sua idade? _____

Endereço/bairro/localidade/propriedade: _____

Escolaridade – tempo de estudo: _____

Naturalidade: _____ () zona urbana () zona rural

2 - INFORMAÇÕES:

→ DA PROPRIEDADE (condições da propriedade: se particular, se arrendada, posse) –
 Como iniciou essa atividade? Como adquiriu o terreno? Se possível historiar.

ÁREA: _____ m², _____ lotes ou _____ hectares

→ DA PRODUÇÃO

O que você produz e quanto?

PRODUÇÃO ANIMAL _ tipo

() Gado Bovino matrizes _____ N°: _____

() Equinos () esportes () tração () sela N°: _____

() Caprinos N°: _____

() Outros: _____

PRODUÇÃO AGRÍCOLA _ tipo

O que é produzido? () pastagem () produtos agrícolas

Quais: _____

Área ocupada: _____

Utiliza alguma área para pastagem: _____

PRODUÇÃO DE LEITE _ quantidade

Produzido _____ litros diários

Vendido _____ litros diários

Consumido _____ litros diários

→DA COMERCIALIZAÇÃO

Onde e de que forma comercializa (leite, gado, etc.)?

Local de entrega (no próprio local, em domicílio ou postos de revenda): _____

Bairros: _____

Transporte utilizado: _____

→TRABALHO e COTIDIANO

A sua família participa das atividades produtivas da agricultura e/ou da pecuária ou da comercialização? Quantas pessoas da família trabalham? _____

O senhor(a) emprega algum trabalhador? Quantos? E qual o regime de trabalho? _____

Pagamento: Valor: _____

Período: _____

Qual a importância da agricultura e/ou da pecuária na renda familiar? _____

O senhor(a) desenvolve alguma outra atividade para se manter? Qual? _____

Qual é sua rotina de um dia de semana comum? _____

E nos finais de semana? _____

Já trabalhou/trabalha em outras atividades? Por que saiu? _____

O senhor(a) sempre foi agricultor e/ou criador de gado? Há quantos anos o senhor(a) está nessa atividade? Como aprendeu a lidar com a produção agrícola e/ou com a criação de gado? _____

O senhor(a) gosta dessa atividade? E sua família? Por quê? _____

Como é ser agricultor e/ou criador de gado em uma cidade? Quais são as vantagens e as desvantagens? _____

O senhor(a) tem amigos/contatos com outros agricultores e/ou criadores de gado de Campina Grande? Quais e onde? Como faz esses contatos (visitas, feiras, etc.)?_____

O senhor(a) conhece alguém que deixou de produzir e/ou criar gado em Campina Grande? Se sim por que abandonaram?_____

Quais são suas perspectivas com relação à realização de tais atividades nesse local?_____

ANEXO



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA AGRICULTURA,
IRRIGAÇÃO E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE DEFESA ANIMAL



CADASTRO DO CRIADOR

Nome do Criador: ANTONIO VAGUEIRA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: 25040094395

CNPJ / CPF: 203.774.794-20 RG: 3416052 D. NASC: 16.06.50

COD.	COORDENADORIA	ESCRITÓRIO LOCAL	MUNICÍPIO ATENDIDO	SETOR	LINHA	Nº PROPRIEDADE	Nº REG. SISTEMA / SISBOV	MARCAS

NOME DO PROPRIETÁRIO: ANTÔNIO ANDRADE DE SOUZA

MATRÍCULA: _____ SINDICATO RURAL ☐ COOP. AGROPECUÁRIA ☐

Nº DO INCRA: _____ NOME DA PROPRIEDADE: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____ FONE: 3335 6033 FAX: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL OU P/ CORRESPONDÊNCIA: HORÁCIO ALMEIDA 1125 (Quilado do Quatop) BAIRRO: Novo Cruzeiro MUNICÍPIO: C. GRANDE UF: PB

CEP: _____ COORDENADAS (UTM): _____ TIPO DE EXPLORAÇÃO: ☐ LEITE ☐ CARNE ☐ MISTO E-MAIL: _____

ESTRUTURA

VEÍCULO.....SIM () NÃO (X)	PISTOLA P/VACINAÇÃO.....SIM () NÃO (X)	ÁREA TOTAL (ha) ()	OCORRÊNCIAS:
REFRIGERADOR.....SIM (X) NÃO ()	CURRAL.....SIM (X) NÃO ()	REFLORESTAMENTO (ha) ()	
ENERGIA.....SIM (X) NÃO ()	TRONCO.....SIM () NÃO ()	PASTAGEM NATURAL (ha) ()	
BALANÇA.....SIM () NÃO (X)		PASTAGEM CULTIVADA (ha) ()	
		LAVOURA (ha) ()	
		MATA (ha) ()	

CONFRONTANTES: Norte: _____ Sul: _____ Leste: _____ Oeste: _____

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	MACHOS	FÊMEAS	TOTAL
AVES	05	25	30
SUÍNOS	—	—	—
EQUINOS	01	04	05
MUARES	—	—	—

INTINERÁRIO P/ACESSO: pegar a fcs welly próximo ao Hotel Soana, passar Antônio Andrade

CROQUI

N

